

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MESTRADO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Beatriz Campana Condini

A EXPERIÊNCIA DA COZINHA POPULAR TRANSVESTIGÊNERE: “KUZINHANEM”

Rio De Janeiro

2024



Beatriz Campana Condini

A EXPERIÊNCIA DA COZINHA POPULAR TRANSVESTIGÊNERE: “KUZINHANEM”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Tecnologia para o Desenvolvimento Social, PPGTDS, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Orientadora: Luciana Correa do Lago

Rio de Janeiro

2024

CIP - Catalogação na Publicação

C745e Condini, Beatriz
A experiência da cozinha popular
transvestigênera: "KuzinhaNem" / Beatriz Condini. -
Rio de Janeiro, 2024.
121 f.

Orientadora: Luciana Lago.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar para o
Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em
Tecnologia para o Desenvolvimento Social, 2024.

1. Economia Popular. 2. Economia Solidária. 3.
Travestis e Transexuais. 4. Cozinha Solidária. 5.
Cozinha Comunitária. I. Lago, Luciana, orient. II.
Titulo.

BEATRIZ CAMPANA CONDINI

A EXPERIÊNCIA DA COZINHA POPULAR TRANSVESTIGÊNERE: “KUZINHANEM”

Dissertação de Mestrado Profissional submetida ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social – NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Aprovada por:

Profa. Dra. Luciana Correa do Lago - NIDES-UFRJ

Profa. Dra. Fernanda Santos Araújo - NIDES-UFRJ

Prof. Dr. Flávio Chedid Henriques - NIDES-UFRJ

Profa. Dra. Bruna Mendes de Vasconcellos - UFABC

Rio de Janeiro

2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a mim mesma por ter conseguido vencer todas as batalhas da vida, o que me fez chegar até aqui. Ainda em primeiro lugar - e ao meu lado - eu gostaria de agradecer a Brenno de Castro por não ter me deixado desistir em todos os momentos em que achei que não fosse conseguir concluir essa dissertação (e não foram poucas vezes). Gostaria ainda de agradecer a Brenno por termos aprendido juntos que amar é uma escolha e agradeço a escolha de compartilhar a vida. Agradeço pela vida dos nossos filhos, Caetano e Ignácio que são nossos amores. Agradeço a Márcia Campana Condini, minha mãe, pelas sucessivas férias com as crianças, em razão das quais pude dedicar tempo de qualidade nos estudos. Agradeço também por estar sempre presente mesmo nos momentos de distância.

Agradeço a Matheus Chatack pelos debates acerca desta pesquisa e pela escolha de caminharmos juntos e criarmos a nossa Associação Urutu de Cultura e Direitos Humanos, que também é parte deste trabalho. Agradeço também por toda sobrecarga que ele teve na produção do trabalho na Urutu para que esta pesquisa também fosse prioridade nossa e não só minha.

Agradeço a dinda Érica Leonardo por todas as vezes que estivemos juntas discutindo este trabalho, por me fazer entender a técnica desta linguagem e por me ajudar na construção das ideias e dos parágrafos. E agradeço por ter aceitado dividir a vida e por aceitar fazer parte desta grande família ampliada. Agradeço a dinda Tatiana Magioli por toda semana levar as crianças na natação e na capoeira, e também agradeço as conversas que incentivaram a leveza para a finalização deste trabalho. Agradeço a todas as minhas amigas e meus amigos que formam uma rede de apoio amorosa e cuidadosa.

Agradeço à minha orientadora Luciana Lago pela paciência e pela assertividade que teve ao direcionar com excelência a orientação deste trabalho (por mais que ela diga que também foi um desafio para ela). Agradeço imensamente essa assertividade.

Também gostaria de agradecer a grande família: a família Condini que me acolheu no último mês de escrita deste trabalho. Em especial agradeço: Pedro Eymard, Rosa Maria, Antonio José, Paulo de Tarso e Edite. Eles me ensinaram algo muito importante para esta pesquisa e para a vida: o trabalho de reprodução quando é feito de forma coletiva se torna leve. Ensinaram que o cuidado pode ser compartilhado e direcionado para todos. Ensinaram que a simples distribuição de tarefas relacionadas às atividades de reprodução podem trazer benefícios enormes para a saúde, para a casa, para a vida e para o lar. Agradeço a esta família por me proporcionarem momentos valiosos de silêncio

para que eu concluísse este trabalho. Agradeço pela roupa lavada, agradeço pela comida feita, agradeço o aprendizado que tive ao constatar que podemos viver em coletivo de forma harmônica e compartilhando o cuidado entre todos.

*“Todo mundo é um abismo. E se caíssemos lá dentro
do abismo?”*

Woyzeck

“Todo abismo é navegável a barquinhos de papel”

Guimarães Rosa

RESUMO

CONDINI, Beatriz. **A experiência da cozinha popular transvestigênera “kuzinhaNem”**. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2024.

Esta pesquisa possui como objeto analítico a experiência de uma cozinha popular, a KuzihaNem, localizada na Lapa, Rio de Janeiro, gerida coletivamente pelo Grupo TransRevolução. O estudo pretende investigar quais são os valores econômicos envolvidos no trabalho produtivo e no trabalho reprodutivo que podem ser significativos no movimento de construção de uma sociedade anticapitalista, que se contraponha às desigualdades. A pesquisa está centrada em dois princípios teóricos: 1) a economia associada ao social (economia popular e solidária) e 2) o trabalho produtivo associado ao produtivo. Nesse sentido foi feita uma sistematização da experiência (Holliday) por meio de encontros semanais com todos os participantes da cozinha e do envolvimento cotidiano da pesquisadora na gestão das atividades do grupo.

Palavras-Chave: Economia-Popular; Economia-Solidária; Travestis-Transexuais; Cozinha-Solidária; Cozinha-Comunitária.

ABSTRACT

CONDINI, Beatriz. **kuzinhanem: a transgender communal kitchen experience**. Dissertação (Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social) – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2024.

This research aims to analyse the experience of a communal kitchen: KuzinhaNem. The project is based at the neighborhood of Lapa, at the city of Rio de Janeiro. Grupo TransRevolução runs the project. This research investigates the significant economic values that may build an anti capitalist movement, involving the productive work and the reproductive work, and fighting against inequality. The research is based of two theoretical principles: 1) a social economy, bringing grassroot economy and solidarity economy; and 2) the productive work linked to the reproductive work. In this context, there was a systematization of the experience through weekly meetings with all members of the kitchen, who were involved in the research and in the management of the kitchen.

Keywords: Grassroot Economy; Solidarity Economy; Transgenders; Solidarity Kitchen; Communal Kitchen.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Grade analítica sobre o propósito da iniciativa e o modo de operar a gestão	16
Figura 2. Casa Sapucaia, fotografia da sala de jantar da “antiga aristocracia” de Santa Teresa	19
Figura 3. Casa Sapucaia, fotografia da sala de jantar que torna-se oficina para realização de reformas	19
Figura 4. Casa Sapucaia, fotografia da oficina que torna-se ateliê para criação coletiva	20
Figura 5. Fotografia de reunião: conversa com Jovanna Baby	42
Figura 6. Fotografia de reunião no Palco Lapa / KuzinhaNem	62
Figura 7. Fotografia de reunião no Palco Lapa / KuzinhaNem	62
Figura 8. Perfil da KuzinhaNem no Instagram	66
Figura 9. Oficina de refeições veganas na KuzinhaNem	67
Figura 10. Divulgação da pizza vegana produzida na KuzinhaNem	67
Figura 11. Divulgação da KuzinhaNem no ifood	68
Figura 12. Divulgação do hambúrguer vegano produzido na KuzinhaNem	68
Figura 13. Divulgação da sopa produzida na KuzinhaNem	69
Figura 14. Performance artística de Biancka Fernandes na KuzinhaNem	72
Figura 15. Divulgação de Show da Mulher Banana na KuzinhaNem	73
Figura 16. Aula inaugural PreparaNem 2022	76
Figura 17. Divulgação de performance artística de Shipzy	77
Figura 18. Divulgação de evento de carnaval	78
Figura 19. Divulgação show Felipe Miranda	79
Figura 20. Divulgação da performance artística de Márcio Januário	80
Figura 21. Divulgação de lançamento do livro “Erótica: Versos Lésbicas”	81
Figura 22. Divulgação evento “Encontro Preparatório para Conferência Popular pelo direito à cidade”	82
Figura 23. Divulgação show R de Lucio	83
Quadro 1. Marcos históricos sobre a conquista de direitos das pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil	45
Quadro 2. Projetos do Grupo TransRevolução	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBTQIAPN+ lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queers, intersexos, assexuais, pansexuais, não binárias

ONG organização não governamental

Trans abreviatura de transexuais

CAPES classificação de periódicos

LGBT lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

ISTs infecções sexualmente transmissíveis

REBRACA LGBTIA+ - Rede Brasileira de Casas de Acolhimento voltadas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e assexuais

ASTRAL Associação de Travestis e Liberados

ENTLAIDS Encontro Nacional de Travestis e Liberados

AIDS Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

DST doenças sexualmente transmissíveis

FONATRANS Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros

ATRAS Associação de Travestis de Salvador

Unidas Associação de Travestis na Luta pela Cidadania

RENATA Rede Nacional de Travestis

RENTRAL Rede Nacional de Travestis e Liberados

ANTRA Associação Nacional de Travestis e Transexuais

GLBT gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais talvez estados do brasil

CID Classificação Internacional de Doenças

SUS Sistema Único de Saúde

FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz

INI Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas

CEDS Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual do Rio de Janeiro

COVID-19 coronavírus Disease 2019

UERJ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UNIRIO Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SINDIPETRO RJ -Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

LAPCLIN Laboratório de Anatomia Patológica e Clínicas Integradas

FIST Frente Internacionalista dos sem teto

SUMÁRIO

Índice

1 INTRODUÇÃO	14	
1.1. RECORTE TEÓRICO E QUEM SOU EU	14	
1.1.1. A economia associada ao social: economia popular e solidária		14
1.1.2. O trabalho produtivo associado ao reprodutivo	17	
1.1.3. A bibliografia da ausência	24	
1.1.4. O transfeminismo	27	
1.2. METODOLOGIA	30	
2 GRUPO TRANSREVOLUÇÃO		41
2.1. MOVIMENTOS SOCIAIS TRANS ATIVISTAS	41	
2.2. BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	47	
3 PROJETOS DO TRANSREVOLUÇÃO		51
3.1. PREPARANEM	52	
3.2. CASANEM	54	
3.3. KUZINHANEM	56	
4 A EXPERIÊNCIA NA KUZINHANEM		59
5 CONCLUSÕES	85	

1 INTRODUÇÃO

1.1. RECORTE TEÓRICO E QUEM SOU EU

Essa pesquisa possui como recorte a experiência de uma cozinha popular, a KuzinhaNem, e tem como pressuposto meu lugar de participação nesta experiência. Este estudo pretende investigar quais são os valores econômicos envolvidos no trabalho de produção e na reprodução da vida. Esses valores podem ser significativos em um movimento de construção de sociedade que não seja exatamente calcado nos mesmos valores de uma economia capitalista, que estrutura múltiplas formas de desigualdades sociais. O objetivo geral desta pesquisa foi compreender se a KuzinhaNem era capaz de atingir uma sustentabilidade econômica, dando conta, simultaneamente, das atividades de produção e reprodução (manutenção) da vida de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social.

Sou uma mulher, investigadora, reconhecidamente cisgênera, branca e o que a “conceituação moderníssima popular” chama de “pobre premium”, escrevendo um texto de formação acadêmica. É um lugar muito delicado como investigadora, porque há, de fato, armadilhas estruturais próprias à minha identidade que me fazem pessoa oprimida em determinadas situações e opressora em outras. Então, para a participação no projeto e para a realização desta pesquisa foi necessário estudar as teorias críticas da branquitude e o transfeminismo - mesmo não sendo o foco da pesquisa realizada. O que impulsiona a minha vontade de fazer essa pesquisa é o desejo de viver a vida sem precisar trabalhar para estruturas hierarquizadas e opressoras do modo de produção capitalista.

A pesquisa sobre a cozinha popular KuzinhaNem está centrada em dois princípios teóricos: 1) a economia associada ao social (economia popular e solidária) e 2) o trabalho produtivo associado ao reprodutivo.

1.1.1. A Economia Associada ao Social - Economia Popular e Solidária

Entendo que a economia deve ser pensada não só como um fenômeno estritamente administrativo e tecnicista e sim como um fenômeno social que pode envolver diversos segmentos. E, além disso, aqui estou trabalhando no âmbito da economia popular e solidária que é “um modo de produção e distribuição alternativo ao

capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho" (Singer, 2000, p. 13).

Vale ressaltar que, no Brasil, a economia solidária foi tornada política pública durante o governo Lula do PT, que, em 2003, criou uma secretaria nacional, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, com o escopo de realizar a ampliação e o reconhecimento de outras formas legais de trabalho e de geração de renda das classes menos favorecidas. Contudo, antes mesmo dessa secretaria ter sido extinta¹ pelo Governo Bolsonaro, em 2019, ela não contemplou e não esteve em diálogo com os movimentos trans ativistas e, logo, a KuzinhaNem. Entendo o projeto de economia solidária como um longo processo de construção de uma outra economia que está baseada em práticas econômicas populares, e, observando também como um longo processo pedagógico, aqui este diálogo será posto ao aproximar o movimento trans ativista da economia solidária onde, no projeto KuzinhaNem, trarei práticas econômicas ali desenvolvidas.

Ainda em relação à economia associada ao social, esta pesquisa também foi inspirada no artigo "*A Reconciliação entre o econômico e o social: limites e possibilidades no contexto brasileiro*" de Genauto Carvalho de França Filho e outros. O artigo propõe uma grade analítica específica para evidenciar as diferentes formas de aproximação da relação entre o econômico e o social na noção de empresa social. A grade proposta dos autores se apoia na "antropologia do fato econômico na vida em sociedade" (Polanyi 2000, p. 211) onde, "a análise do econômico é antes de tudo uma análise do modo como ele se institui ou se institucionaliza na organização da própria sociedade" (Filho, 2019, p. 559). Historicamente os propósitos sociais são subordinados aos propósitos econômicos, porém, concordando com Genauto, a referência teórica desta pesquisa será a de uma economia associada ao social, mais especificamente nossa unidade base de investigação será a economia popular. Porém, sob que condições se observa, no nível da dinâmica organizacional, uma interação dinâmica entre o econômico e o social? Ou seja, na ordem prática, como um empreendimento popular é capaz de produzir essa interação dinâmica, essa reconciliação do econômico com o social?

A grade analítica dos autores propõe dois critérios para a análise dessa interação dinâmica entre o econômico e o social: (1) o propósito da iniciativa definindo a finalidade da gestão; e (2) o próprio modo de operar a gestão. O propósito da iniciativa define-se segundo os princípios, diretrizes e normas que orientam a conduta ou o comportamento

¹ A Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária - SENAES-MTE - retornou após a volta do governo Lula em 2023.

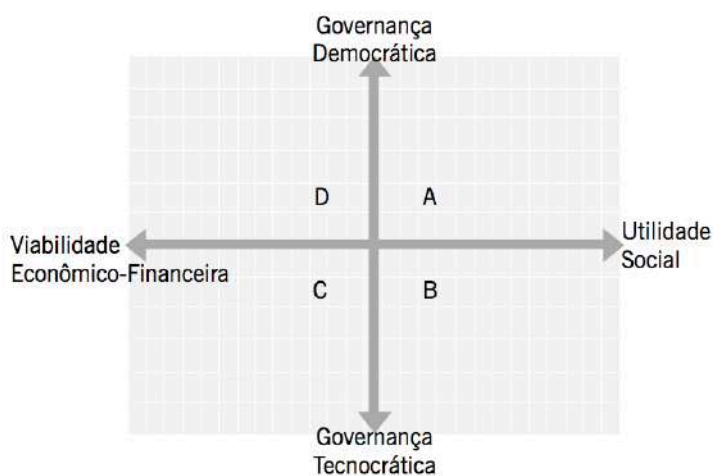
do empreendimento. E o modo de operar a gestão define o processo de organização, tomada de decisão e condução da gestão segundo princípios, diretrizes e normas utilizadas na dinâmica organizacional (Filho; Rigo; Souza; 2019).

Sobre o propósito da iniciativa, os autores definem dois subcritérios: a utilidade social e a viabilidade financeira. Sobre a utilidade social, aqui iremos discorrer sobre os propósitos não econômicos da KuzinhaNem e veremos também que a viabilidade financeira é um dos objetivos da KuzinhaNem, mas não poderá ser pontuado como sendo um princípio de gestão.

Já sobre o modo de operar a gestão os autores também consideram outros dois subcritérios para a análise: governança democrática e governança tecnocrática. A governança democrática se apoia nas práticas coletivas fundadas em princípio de cooperação e a tecnocrática se limita na condução técnico-financeira (Filho; Rigo; Souza; 2019).

Abaixo, a grade analítica proposta pelos autores:

Figura 1 - Grade analítica sobre o propósito da iniciativa e o modo de operar a gestão



Fonte: Filho, Genauto; Rigo, Ariádne; Washington, Souza; 2019.

Localizo, nesse quadro, a KuzinhaNem no quadrante A. O primeiro motivo é que a *utilidade social* é focada na manutenção da vida das pessoas que estão acolhidas pela CasaNem, um abrigo que oferece acolhimento direcionado para pessoas LGBTQIAPN+, sobretudo travestis e transexuais que se encontram em vulnerabilidade social, que veremos mais adiante. O segundo é que identifico uma *governança democrática* na organização do trabalho e na participação das pessoas que trabalharam no empreendimento. Veremos mais tarde que não houve um estudo de viabilidade financeira na construção do empreendimento KuzinhaNem e que este não é o seu foco, apesar da

necessidade de autonomia financeira abordada pelas pessoas que estavam atuando no projeto de empreendimento.

Nas bases da economia popular e solidária, podemos entender que a investigação econômica de empreendimentos populares não se reduz à viabilidade financeira nem às trocas econômicas e produtivas geradas no empreendimento. “A economia como relação humana parte do princípio que são os seres humanos que se relacionam e não as mercadorias” (Arruda, 2003, p. 25). A investigação nas bases de uma economia popular revela que a unidade essencial de investigação é o trabalho de reprodução da vida, conceito abordado a seguir.

1.1.2. O Trabalho Produtivo Associado ao Reprodutivo

O segundo princípio teórico desta pesquisa diz respeito ao trabalho produtivo-reprodutivo. Entendo que minha investigação não pode se ater apenas ao trabalho produtivo, temos que nos ater ao que Federici (2019) chama de trabalho reprodutivo, que nada mais é que o trabalho oculto de cuidado de si próprio, do lar e da comunidade. Todas as atividades ligadas às tarefas domésticas e de cuidado do corpo, que são essenciais para a própria manutenção do trabalho produtivo. Existe um trabalho não remunerado que sustenta, alimenta, cuida e organiza a força de trabalho. Este trabalho foi tradicionalmente destinado às mulheres e esteve organizado numa família nuclear que é entendida como unidade doméstica central. Ouso pensar aqui, a partir de Coraggio, que a unidade doméstica pode ser pensada como um conceito que vai além da família nuclear, pois pensamos a unidade doméstica como uma rede de cuidados que mantém a reprodução da vida de um grupo de pessoas, assim é a CasaNem.

Em uma análise mais detalhada, o grupo doméstico pode ser visto como um conjunto de indivíduos vinculados de maneira duradoura e que é, de fato ou de direito, solidário, ou cotidianamente responsável pela obtenção e distribuição das condições materiais necessárias à reprodução imediata de todos os seus membros. Uma unidade doméstica pode articular um ou mais lares; entendendo por lar: o grupo que compartilha e utiliza, em comum, capacidades, recursos e um orçamento para alimentação, habitação e outros gastos básicos. Esses lares podem ser co-residentes ou não, podem estar à distância. Na América Latina existe uma forma de família ampliada, entendida como um intercâmbio contínuo entre campo e cidade. Assim os lares podem estar embasados na família, ou não. Ou seja, nem todo lar é uma família, mas seus membros podem participar de uma ou mais redes contingentes comunitárias de reciprocidade, ou públicas de redistribuição social. (Coraggio, 2003, p.45)

Para Coraggio, unidade doméstica é a unidade básica de uma sociedade onde as decisões econômicas são tomadas. “Essa racionalidade que orienta a economia

doméstica se transfere a uma multiplicidade de formas coletivas de organização do trabalho" (LAGO, 2019, p. 9). Essa perspectiva de trazer a unidade doméstica como categoria essencial para analisar diferentes formas coletivas de organização do trabalho trouxe para esta investigação a categorização da CasaNem como a unidade doméstica responsável por decisões que nos ajudaram a compreender como está organizada a produção do trabalho realizado na KuzinhaNem.

Não se trata, portanto, de uma economia social predominantemente centrada no trabalho cooperativo, porque suas células organizadoras básicas não são as empresas, mas as unidades domésticas e suas extensões, que podem incluir micro-empresendimentos como as organizações associativas coletivas e cooperativas. Esse agregado socioeconômico coexiste em uma economia mista com os setores que, em contraste, estão fortemente organizados em economia pública e economia capitalista e com essas organizações burocráticas ou empresariais se vincula e faz intercâmbios de bens e serviços e realiza transferências. (Coraggio, 2003, p.35)

Esta pesquisa se propôs a investigar tensões geradas a partir de duas racionalidades do trabalho: o produtivo e o reprodutivo. E essa interação dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo demonstraram que KuzinhaNem se organizou coletivamente e ainda promoveu proposições econômicas que mais se aproximam da economia popular e solidária do que da economia capitalista hegemônica.

Preciso salientar que a escolha do tema foi feita com base em uma experiência já vivida por mim na Casa Sapucaia, que foi uma experiência de moradia compartilhada cujos participantes realizavam ações colaborativas, processos cênicos, corporais e de criação artística. A Casa Sapucaia teve seu início em junho de 2016 no encontro de dez pessoas com diferentes interesses, profissões e saberes. O coletivo realizou reformas e adaptações no espaço e recebeu propostas e projetos artísticos e culturais com a intenção de multiplicar esforços na sustentabilidade da casa e dos projetos abraçados por ela. Quando ainda estudava a Casa Sapucaia identifiquei que a complexidade de sua organização girava em torno da temática da economia popular, onde a necessidade do trabalho produtivo não era centrada no valor mercantil. Da reconfiguração da estrutura familiar, da prática regular de atividades culturais e do trabalho de observação reflexiva dessa realidade nasceu a proposta temática que norteava o projeto inicial dessa pesquisa. A Casa Sapucaia catalisava reinvenções em nossos cotidianos, através do espaço-tempo criativo e da potência dos afetos. Realizando reformas e adaptações no espaço, costuramos ideias para propostas e alianças criativas, multiplicando esforços na sustentabilidade da casa e dos projetos abraçados por ela. Construímos ateliê, oficina, salas multiuso, ambientes de encontros, horta, cozinha, etc.

Figura 2 - Casa Sapucaia

“Sala de jantar” da antiga aristocracia de Santa Teresa



Fonte: Compilação da autora.²

Figura 3 - Casa Sapucaia

Sala de jantar torna-se Oficina para realização das reformas



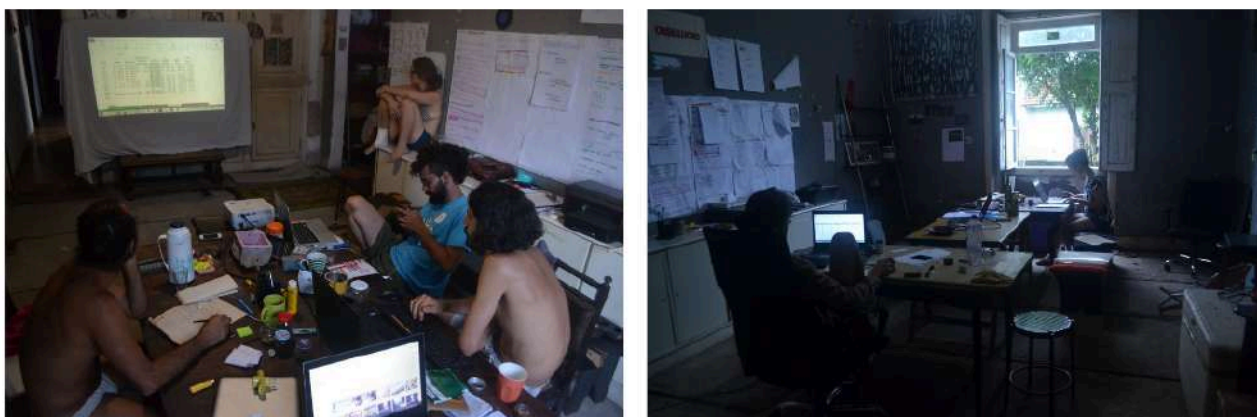
Fonte: Compilação da autora.³

² Montagem a partir de imagens coletadas no acervo da Casa Sapucaia via google drive.

³ Montagem a partir de imagens coletadas no acervo da Casa Sapucaia via google drive.

Figura 4 - Casa Sapucaia

Oficina torna-se ateliê para criação coletiva



Fonte: Compilação da autora⁴

Após o convite de Indianarae Siqueira, presidente do Grupo TransRevolução, para participar na construção de um edital para angariar recursos para seus projetos, me associei à ONG em meados de 2020 e comecei a participar na gestão, planejamento e captação de recursos dos projetos do grupo. O Grupo TransRevolução é uma organização que atua em prol dos direitos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e Não Binárias (LGBTQIAPN+), especialmente pessoas trans e travestis que se encontram em vulnerabilidade. A história do grupo começou em 2009, sob a liderança de Giselle Meirelles, no Grupo Pela Vidda⁵ em reunião de travestis e transexuais que decidiram se unir para criar soluções para a comunidade, em face da falta de reconhecimento de direitos e implementação de políticas públicas que dessem respostas às suas necessidades. O grupo desenvolve projetos para atender essas necessidades de direitos e políticas públicas, tudo realizado mobilizando a comunidade LGBTQIAPN+, sobretudo a comunidade transvestigênere⁶ para as ações coletivas. Com o crescimento e maior estruturação da organização, além de cobrar ou realizar parcerias com entidades estatais, foi iniciada uma fase de criação e implementação de projetos. Em 2015, o PreparaNem, foi o primeiro projeto implementado

⁴ Montagem a partir de imagens coletadas no acervo da Casa Sapucaia via google drive.

⁵ O Grupo Pela Vidda, fundado em 1989, é uma ONG que atua em prol das pessoas vivendo com HIV e Aids. Trata-se do primeiro grupo do Brasil formado por pessoas vivendo com HIV e AIDS e Giselle Meirelles foi a primeira travesti presidente do grupo nos anos 2000.

⁶ transvestigênere é um termo criado por Indianarae Siqueira e Érika Hilton para designar travestis, transexuais e pessoas não binárias

pelo TransRevolução. Começou sendo um curso pré-vestibular e ao longo dos anos, cresceu e passou a oferecer outros cursos, como, por exemplo: audiovisual, fotografia, inglês, costura e culinária. Implementar projetos e ações onde o poder público não consegue alcançar é uma forma que o grupo tem encontrado para solucionar as demandas da comunidade.

A CasaNem, criada em 2016, é um projeto que propõe um acolhimento direcionado aos cuidados necessários a pessoas da comunidade, sobretudo transvestigêneres em situação de vulnerabilidade. A casa se manteve nos primeiros 4 anos de existência através de ocupações ligadas a movimentos sociais de direito à moradia. Em 2020, o governo do Estado do Rio de Janeiro reconheceu a função social do projeto CasaNem e concedeu para o TransRevolução a cessão de uso de um imóvel na rua Dois de dezembro, no Flamengo, zona sul do Rio de Janeiro⁷.

O grupo atua a partir de cinco princípios: i) acolhimento: garantindo acesso a moradia, alimentação, atividades de saúde, bem-estar, ii) segurança: incluindo a proteção de pessoas ameaçadas e o encaminhamento jurídico em caso de violação de direitos; iii) oferecimento de oportunidades no campo da geração de trabalho e renda; iv) atuação pública na promoção de eventos culturais que dêem visibilidade à causa LGBTQIAPNB+, especialmente a causa trans; e v) formação e engajamento político a partir da participação em eventos promovidos pela organização e pela rede de parcerias.

Sendo assim, o TransRevolução cria uma mobilização coletiva e articulada para atuar em prol dos direitos da comunidade, tanto na cobrança de políticas públicas, quanto em ações operadas pela própria organização para concretização desses direitos.

No espaço Palco Lapa 145, um sobrado localizado na rua da Lapa, Rio de Janeiro, o grupo iniciou em 2021 o projeto de empreendimento de culinária vegana transvestigêneres: a KuzinhaNem. O primeiro motivo de criação do projeto foi solucionar a demanda de alimentação de pessoas acolhidas na CasaNem após a cessão de uso do imóvel do Flamengo, que possuía infraestrutura para acolhimento, mas não possuía cozinha estruturada que desse conta de garantir a alimentação diária das pessoas acolhidas no abrigo. E o segundo motivo foi o objetivo de geração de trabalho e renda, uma vez que a KuzinhaNem também começou a vender sua produção no Palco Lapa 145.

Anteriormente, este projeto de pesquisa tratava de casas alugadas por grupos de pessoas nas quais a moradia é também o local de trabalho. O interesse por esses espaços foi fruto da necessidade econômica de redução de gastos e da possibilidade de

⁷ No Anexo I, encontra-se a publicação em diário oficial da cessão de uso do imóvel.

gerir um espaço autogestionário onde as pessoas fossem ativas nas decisões e nas ações de trabalho ali produzidas.

Lendo algumas bases teóricas oferecidas pelo PPGTDS, revelou-se que meu trabalho como assessora de planejamento e gestão de projetos poderia me proporcionar uma investigação privilegiada de um novo objeto de estudo que estava se delineando, a saber: o projeto de empreendimento popular KuzinhaNem. A leitura do artigo *Economia Popular e Solidária no Brasil Urbano* (Lago, 2019), por exemplo, trouxe elucidações para a minha pesquisa no seu caminho metodológico e pode contribuir para o entendimento da complexidade da economia popular. Aos poucos fui percebendo que a experiência da KuzinhaNem poderia revelar essa junção do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo, do econômico aliado ao social. Ao estudar a especificidade do objeto da minha pesquisa, percebi que havia toda uma história de ativismo do TransRevolução que não poderia ser ignorada e deveria ser analisada como contexto histórico que proporcionou a criação do projeto KuzinhaNem. Ressaltando a especificidade do Grupo TransRevolução, que pensa no acolhimento de LGBTQIAPN+ que são expulsos de suas casas, migrantes de outras cidades, que aprofundaremos adiante.

Meu trabalho sempre teve como objetivo efetuar uma pesquisa sobre quais são os elementos que permeiam e possibilitam a gestão de casas coletivas e quais são as transformações estruturais, sociais e conjunturais que se dão no território casa-moradia-compartilhada e no território casa-trabalho-compartilhado. No caso da Casa Sapucaia o (re)conhecimento do espaço dentro dessa perspectiva operava em mim um sentimento de pertencimento e, nesse processo, pude pensar novas formas de organização do trabalho e de moradia. Vale ressaltar que, mesmo tendo modificado meu objeto de estudo, da Casa Sapucaia para a KuzinhaNem, continuei com o mesmo objetivo de antes: pesquisar quais são os elementos que permeiam e possibilitam a gestão de casas que são administradas de forma coletiva.

No caso dessa dissertação, elegi a CasaNem (uma casa de acolhimento que surgiu da necessidade de pessoas transvestigêneres que se encontravam em situação de rua e que estavam participando do pré-vestibular organizado pelo Grupo TransRevolução), e no caso mais específico ainda, decidi focar minha pesquisa na KuzinhaNem, empreendimento popular que surge da necessidade de manter as pessoas no acolhimento da CasaNem. Salientando novamente o entendimento da CasaNem como uma unidade doméstica (Coraggio, 2009): uma iniciativa informal que busca criar uma equivalência entre o trabalho reprodutivo e produtivo ali realizados onde a necessidade do trabalho produtivo não é centrada no valor mercantil, que pode contribuir para o

entendimento já proposto por Lago de que práticas não monetárias são também práticas econômicas.

É importante pontuar que a CasaNem nasce como parte do movimento de ocupação, conectada com movimentos sociais de direito à moradia. Importante também ressaltar que, em cinco anos de experiência deste projeto, a casa passou por seis processos de despejo. Nesse percurso, as pessoas que necessitavam da moradia não precisaram passar nem uma noite desabrigadas. Foram seis locais ocupados nos seguintes bairros do Rio de Janeiro: Lapa, Botafogo, Vila Isabel, Bonsucesso, Centro, Copacabana e em 2020, por fim, a conquista de uma residência fixada no Flamengo.

É também ímpar ressaltar que o movimento de ocupação no Rio de Janeiro está intrinsecamente ligado àquilo que podemos chamar de "direito à cidade". Na obra de mesmo nome, David Harvey afirma que as transformações urbanas estão associadas à remodelação dos meios de produção. Desde seu início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente gerado pelo capitalismo (Harvey, 2012). A urbanização está atrelada aos interesses privados de setores econômicos que investem em excedentes para controlar o espaço urbano. Os cidadãos administrados por esse setor trabalham para dar mais lucros e respostas a esses investimentos. Assim, as cidades têm mudado para continuarem como sempre foram: sistemas controlados pelos setores da elite para que esses continuem sendo elite, neste sentido, o movimento de ocupação é um enfrentamento a essa realidade. A CasaNem, como ocupação de pessoas transvestigêneres, não é somente um enfrentamento aos setores da elite, senão é também um enfrentamento estético e moral de valores normativos da cidade.

O pensamento de Harvey trouxe a reflexão sobre como pensar uma economia que seja coletiva e participativa e como ela pode estar ligada a uma reestruturação das formas de moradia nas cidades. No caso da Casa Sapucaia e também da CasaNem e KuzinhaNem, as pessoas alocadas na casa alugada e na ocupação questionam de forma prática o real direito à cidade, pois alugam e ocupam lugares destinados, no passado, a uma elite, mas que, hoje em dia, se tornaram imóveis abandonados ou quase impossíveis de serem alugados individualmente ou comprados. Nestes dois exemplos, não se trata apenas de alugar e/ ou ocupar para viver, trata-se também de um lugar onde são criadas formas coletivas de organização do trabalho. As casas-trabalho-compartilhado simplificam e modificam a própria ideia de mobilidade nas cidades - lembrando que o problema da mobilidade nas cidades tem se mostrado cada vez mais grave, caro e penoso para a classe trabalhadora. Por outro lado, o fato dessas pessoas trabalharem e morarem em um mesmo lugar e o fato de se constituírem novas organizações do trabalho, as retira do

mercado formal, o que provoca uma constante reflexão sobre como o trabalho pode ser libertador ao ser desenvolvido dessa forma. Ao mesmo tempo, algumas questões me vêm à mente: trabalhar e morar em um mesmo local realmente proporciona o direito à cidade ou limita? Não estar inserido no mercado formal de trabalho só tem consequências negativas ou também pode ser libertador?

Em linhas gerais e a partir da reflexão sobre como a organização do trabalho pode se constituir de formas variadas, esta pesquisa está pautada em duas racionalidades que serão investigadas no projeto KuzinhaNem. Uma racionalidade que está pautada pela sustentabilidade econômica a partir das atividades de produção e outra racionalidade que está pautada na manutenção da vida a partir do trabalho de reprodução. Examinaremos as tensões geradas entre essas duas racionalidades e a pesquisa buscou compreender como se manifestam os conflitos e ainda buscou identificar como é estruturada a organização coletiva do trabalho na KuzinhaNem. A pesquisa buscou compreender se a KuzinhaNem era capaz de atingir uma sustentabilidade econômica dando conta, simultaneamente, das atividades de produção e reprodução (manutenção) da vida de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social.

1.1.3. A Bibliografia Da Ausência

Com a intenção de conhecer a literatura sobre o tema da economia popular e solidária, foi realizada uma busca por artigos que relacionassem a questão do trabalho produtivo e reprodutivo e a questão do econômico associado ao social. Primeiramente foi realizada uma busca na plataforma scupira por revistas na área de avaliação em economia e a área mãe em sociologia da última classificação da CAPES, o quadriênio 2017-2020. Foram encontradas 25 revistas com a pontuação entre A1 e B1 e a partir disso, realizadas as buscas nos sites de cada revista pelas seguintes palavras-chave: economia solidária, economia popular, cozinha solidária, cozinha comunitária, produção e reprodução. Foram encontrados 49 artigos.

Após a leitura desses artigos, percebi que não há casos que contemplem a interseccionalidade, um conceito importante para a minha pesquisa sobre como a economia popular e solidária podem se relacionar com a produção e manutenção da vida de travestis e transexuais.

Então, em seguida, foi realizada uma busca por artigos que relacionassem com o trabalho e a transexualidade, desta vez, realizada na plataforma Scielo com as seguintes palavras-chave: economia social e economia solidária, travestis e transexuais, cozinha

solidária, cozinha comunitária. Foram encontrados mais de dois mil artigos e não foram encontrados artigos que relacionassem o trabalho produtivo de travestis e transexuais que fossem diferentes do trabalho da prostituição ou artigos na área da saúde, direitos humanos ou em estudos de gênero.

Nesse contexto, restou-me realizar a revisão de literatura a partir de dois vieses independentes - a economia popular e solidária e pesquisas a respeito de vivências de travestis e transexuais. Selecionei quarenta e dois artigos a partir da qualificação de revistas A1 a B1. Os trabalhos que tiveram como mote a economia popular e solidária podem se dividir em dois grupos principais: aqueles que fazem uma abordagem teórica sobre proposições e hipóteses da economia solidária e aqueles que fazem uma abordagem empírica em estudos de caso a respeito do campo.

Entre os empíricos, identifiquei estudos de caso sobre: a construção de economia popular e solidária nos bairros de Fortaleza (Paulino, 2019), os estudos de fábricas recuperadas por trabalhadores nos anos 90 (Pires; Lima, 2017), o crescimento de cooperativas no Brasil desde os anos 90 (Lima, 2006), a construção de movimentos sociais que praticam economia solidária e popular (Dowbor; Maudonett; Silva, 2023), e a relação com as mudanças na legislação trabalhista (Ramalho; Santos; Rodrigues, 2019). Maria Paula Leite (2009) apresenta um trabalho com viés que parte de um rico referencial teórico para analisar todo o contexto da economia solidária na Argentina, o que mantém o estudo em bases mais gerais que os anteriores.

Três trabalhos conceituais ainda vão trazer o mundo do trabalho como campo para pensar a economia popular e solidária: um deles reflete as relações entre vínculo trabalhista e proteção social (Lanzara, 2023), o segundo analisa sobre como a economia solidária afeta as relações de trabalho (Gaiger; Kuyven, 2020), e o terceiro relaciona trabalho decente e trabalho digno (Rosenfield; Paulo, 2012), tangenciando o tema aqui investigado.

A discussão sobre o conceito de economia popular e solidária cabe a outros trabalhos, identificando as diferentes iniciativas que reivindicam o caráter de economia solidária (Veronese; Gaiger; Ferrarini, 2017), a relação com o modo de produção capitalista em uma perspectiva a partir da crise desse modo de produção (Nóvoa; Balanco, 2013) e outra olhando para novas formas de produção emergentes (Gaiger, 2003), e, por fim, um trabalho conceitual sobre formas de combate à desigualdade social (Gaiger, 2009).

Já os trabalhos que têm como objeto as vivências de travestis e transexuais apresentam temas específicos como: saúde, educação, violência, empregabilidade,

dentre outros. Dois deles são estudos que exatamente traçam estatísticas a respeito dos estudos produzidos na área: um deles analisa bases de teses e dissertações sobre travestilidades e transexualidades (Lima et al, 2020) e o outro a respeito de publicações científicas sobre o tema realizadas entre 2001 e 2010 (Amaral et al, 2014). Um outro estudo ainda nos apresenta a importância de estudos que tenham um olhar sobre travestis e transexuais a partir da experiência (Carrijo et al, 2019).

Lima (2020) identifica uma prevalência dos estudos sobre saúde, o que se reflete nos artigos aqui reunidos. Eles falam de: itinerários de saúde buscados por pessoas trans fora da rede formal na comunidade trans de Niterói (Selles et al, 2022), ausência de estratégias de atendimento para pessoas trans no Piauí (Ferreira; Fonan, 2021), implementação da política nacional de saúde para LGBT no Paraná (Silva, 2020), acesso ao processo transexualizador (Popadiuk; Oliveira; Signoreli, 2017), direito à saúde reprodutiva (Angonese; 2017), fatores determinantes para infecção de ISTs (Dourado et al, 2016), e a patologização de travestis e transexuais (Leite Junior, 2012).

Sobre as violências sofridas pela comunidade travesti e transexual foram encontrados artigos, cujos temas são: os homicídios sofridos pela comunidade (Mendes et al, 2021), cometimento de suicídios (Silva et al, 2021), a violência simbólica vivida no mundo do trabalho (Carrieri; Souza; Aguiar, 2013), origem colonial histórica da transfobia (Garcia; Silva; Sanchez, 2020), perfil da notificação de violências sofridas (Pinto et al, 2020) e política de encarceramento (Nascimento, 2020).

Há artigos sobre a formação das identidades de travestis e transexuais, dentre eles aborda-se: a análise da formação dessas identidades a partir de fatores de posituação e não negativização (Lopes; Peres; Sales, 2020), a atuação de profissionais no processo de retificação de documentos (Santos; Martinelli, 2019), a formação dessas identidades contadas a partir da oralidade de quem as viveu (Longaray; Ribeiro, 2016), a problematização da aglutinação de identidades em uma mesma sigla (Paniza, 2020), análise de como as categorias de identidades são refletidas em encontros do movimento social (Carvalho, 2018), e um estudo de relatos sobre a construção desse movimento (Carvalho; Carrara, 2013).

Por fim, identifiquei trabalhos a respeito dos temas educação e empregabilidade, temas que se entrelaçam na medida em que a falta de escolaridade é um dos fatores que afetam a empregabilidade. Estes artigos tocam nos temas: barreiras para empregabilidade da população trans (Santos; Oliveira-Silva, 2021), a relação entre os debates sobre transexualidade na educação básica e o acesso à universidade (Lima, 2020), a empregabilidade de travestis e transexuais na cidade de São Paulo (Almeida;

Vasconcellos, 2018), e uma reflexão sobre travestis e transexuais no ambiente escolar sob um olhar foucaultiano (Santos, 2015).

Vê-se que, portanto, há uma lacuna a respeito da análise de empreendimentos de economia popular e solidária desenvolvidos por travestis e transexuais. Poderíamos trabalhar com a hipótese de que essa ausência está relacionada ao fato da KuzinhaNem ser um projeto precursor. Ou por essa ausência estar relacionada à transfobia institucional reproduzida por universidades brasileiras. Apesar disso, o que quero é fazer notar que este estudo pode ser relevante na medida em que não é um estudo de gênero, não é um estudo da área de saúde e não é um estudo na área de direitos humanos especificamente. É, na verdade, um estudo na área das tecnologias para o desenvolvimento social enquadrado nas bases teóricas da economia popular e solidária.

1.1.4. O Transfeminismo

Na literatura transfeminista encontrei as questões de opressão relacionadas ao gênero, as questões relacionadas à saúde reprodutiva, as questões de luta por direitos e as violações sofridas por travestis e transexuais. Esse trabalho pode se tornar relevante no campo de estudos transfeministas, porque aqui travestis e transexuais também propõem formas econômicas de trabalho, não só o trabalho da prostituição - muito marcado como sendo um trabalho classicamente destinado a essa população. Nós podemos ampliar as formas clássicas de narrativas de gênero e construirmos um lugar fértil de debate dentro do âmbito da economia. No âmbito da economia popular e solidária, esse pode se tornar relevante ao expor novas propostas, que também vão além dos padrões clássicos encontrados na literatura. Podemos destacar, neste trabalho, que as formas de gestão são diferenciadas, quando se estuda sobre a reprodução da vida na área da economia popular, a unidade doméstica tradicional está marcada pela família nuclear heterossexual normativa. No caso das unidades domésticas formadas por transvestigêneres, há uma ruptura dessa consanguinidade familiar e há uma construção de uma “família” baseada em uma comunidade de pessoas que coabitam e vivenciam os mesmos processos de opressão: que seria a transcestralidade, um conceito que veremos mais adiante.

Outro fato relevante é que o impulso da criação de um empreendimento, a princípio, não é para gerar renda para aquela família, como tradicionalmente encontramos nos empreendimentos populares como o da agricultura familiar, por exemplo, por mais que seja uma renda gerada fora do competitivo mercado de trabalho, onde a distribuição

do lucro é realizada com maior equidade. O impulso da criação do projeto de empreendimento transvestigênera aqui exposto não tem como objetivo principal e inicial da sua fundação gerar renda para as pessoas envolvidas. O empreendimento foi criado primeiramente para alimentar as pessoas, ou seja, o empreendimento foi criado para a reprodução da vida. Se pensarmos em pessoas transvestigêneras, por todo histórico de vida tradicionalmente marginalizadas, na criação do empreendimento não pensaram no ponto de vista capitalista de acúmulo e reinvestimento do lucro. Se pensa imediatamente na sobrevivência, na convivência e na formação política das pessoas envolvidas.

O sistema de opressões em que vivemos, e aqui não cabe investigar a gênese desse sistema, está diretamente atrelado ao colonialismo, patriarcado, ao capitalismo, sexismo, capacitismo, ao moralismo religioso cristão. O sistema de opressões estruturalmente oprime a classe trabalhadora. O sistema capitalista patriarcal privilegia somente as classes dominantes. Homens negros, homens da classe trabalhadora, transmasculinos, não binários, mulheres trans e travestis também são pessoas privadas de liberdade.

O transfeminismo surge a partir da investigação e práxis crítica da interseccionalidade reconhecendo a intersecção entre as diversas identidades e identificação de pessoas. O transfeminismo tem se ocupado de empoderar pessoas transvestigêneras ampliando a oportunidade de expressão das ideias e sentimentos das pessoas transgêneras (Dumaresq, 2013). O transfeminismo vem promovendo debates importantes em estudos de gênero que tensionam a concepção do gênero como dado e aponta para o corpo como um território simbólico e político (Bagagli, 2013). O transfeminismo vem promovendo debates que questionam o controle dos corpos e vem rompendo as normas sociais (Tchalian, 2013). O transfeminismo assume-se interseccional (Bagagli, 2013) ressaltando as múltiplas opressões sofridas por pessoas que não estão em conformidade com a cisgeneridade e a margem das atividades predominantes da produção e reprodução da vida.

Assim como “a interseccionalidade constitui uma categoria fundamental para se entender como as formas de opressões se interceptam” (Nascimento, 2021, p. 35), a interseccionalidade também se constitui como uma categoria fundamental para entender a como a práxis trans ativista vem se potencializando. E foi a partir do processo de auto-organização política que as mulheres transexuais e travestis passaram a pautar suas demandas políticas e epistemológicas dentro do feminismo. (Nascimento, 2021, p.85)

expressão de gênero. Não precisamos de autorizações ou concessões para sermos mulheres ou homens. Não precisamos de aprovações em assembleias para sermos feministas. O transfeminismo é a auto-expressão de homens e mulheres trans e cissexuais. O transfeminismo é a auto-expressão das pessoas andrógenas em seu legítimo direito de não serem nem homens nem mulheres. Propõe o fim da mutilação genital das pessoas intersexuais e luta pela autonomia corporal de todos os seres humanos. O transfeminismo é para todxs que acreditam e lutam por uma sociedade onde caibam todos os gêneros e todos os sexos. (Freitas, 2005, p.1)

Indianarae Siqueira é transfeminista e, tanto nas reuniões da KuzinhaNem quanto em diversas situações em que estive presente, afirmou não ter a intenção de promover a entrada das pessoas transvestigêneres no mercado de trabalho como sujeitas acrílicas. Indianarae repudia ações praticadas por homens brancos em posição de poder nos mercados de trabalhos e repudia o que o mercado de trabalho faz com os homens negros e com os homens trabalhadores. O pensamento econômico norteia esta pesquisa e aqui insistimos em investigar quais são os valores econômicos envolvidos nas atividades de produção e reprodução da vida que podem ser significativos no movimento de construção de uma sociedade anticapitalista, que se contraponha às desigualdades. A contraposição da cultura de dominação por uma economia participativa fundamentada na cooperação, na solidariedade e na democracia interessa nesta investigação. As feministas negras radicais nos mostraram que o sistema de opressões oprime todos os corpos simultaneamente de formas distintas. E que o pensamento sexista está estruturado e que portanto ele é estruturante. Então, pensamentos e práticas que refletem formas de trabalho produtivo e reprodutivo que caminhem para a libertação do capitalismo patriarcal interessam no debate aqui proposto.

O Grupo TransRevolução é uma organização trans ativista que utiliza a interseccionalidade como ferramenta para expor e propor a resolução de problemas vivenciados por pessoas transvestigêneres. A ascensão dos movimentos sociais trans ativistas no Brasil, e aqui mais aprofundadamente na atuação do Grupo TransRevolução, têm nos mostrado respostas interseccionais ao desafio das atividades de produção e reprodução da vida de travestis e transexuais que se encontram em vulnerabilidade. O projeto PreparaNem, por exemplo que desde 2013 objetiva a entrada de transvestigêneres em universidades como resposta ao alto índice de expulsão escolar vivida e como resposta a alternativa da produção do trabalho que não seja apenas o trabalho da prostituição estruturalmente designados pela sociedade para mulheres travestis e transexuais. A CasaNem promove resposta interseccional acolhendo transvestigêneres advindos de uma questão social amplamente debatida nos movimentos trans ativistas que é a questão das opressões promovidas por familiares onde, nas

unidades domésticas, são produzidos valores transfóbicos que violam direitos de crianças transvestigêneres levando-as a migração forçada. A CasaNem e o Grupo TransRevolução, ao articular uma coalizão de casas de acolhimento voltadas para pessoas LGBTQIAPN+ - Rede Brasileira de Casas de Acolhimento (REBRACA LGBTIA+), que veremos mais adiante - promove a manutenção da vida de pessoas transvestigêneres e promovem a ideia de família ampliada na construção do termo transcestralidade.

Como já exposto, não encontrei artigos que enquadram o transfeminismo em estudos de economia e que tragam proposições referentes às formas coletivas de organização do trabalho de produção e de reprodução da vida. Esse dado trouxe a dificuldade para essa pesquisa de trazer um referencial teórico consistente. Mas pude identificar que existe uma práxis crítica dos movimentos sociais transfeministas, sobretudo do Grupo TransRevolução. E essa práxis aqui estudada potencializa o ativismo transvestigêneres nos processos de efetivação de direitos, inclusive na promoção de atividades produtivas e reprodutivas. Como disse Indianarae:

Não tem mercado de trabalho pra gente? Ok, não quero estar nesses mercados. Vamos então criar os nossos mercados de trabalho, da nossa maneira, como aqui na KuzinhaNem. Não tem casa e família? Vamos criar nossas casas e nossas famílias pensando no nosso bem estar, na nossa segurança, na nossa auto preservação e no cuidado, como aqui na CasaNem. (Fala de Indianarae Siqueira em reunião da KuzinhaNem gravada, Palco Lapa, em 08/03/2021)

Aqui nessa investigação reconheço a experiência do TransRevolução como uma organização transativista e transfeminista que utiliza a interseccionalidade como potencializadora das práticas ativistas. O recorte de raça, gênero, orientação sexual, e origem trouxeram para a ONG a formulação de projetos que nos mostram uma inversão de valores de produção mercadológica e da reprodução patriarcal. A história dos projetos do Transrevolução são exemplos de uma produção interseccional na busca da garantia de direitos que reformulam a ordem de uma série de questões sociais vividas por travestis e transexuais. A CasaNem e a KuzinhaNem são projetos criados e desenvolvidos por uma práxis interseccional. Esses projetos se tornam experimentação de novas formas de pensar e realizar atividades de produção e reprodução.

1.2. METODOLOGIA

Este estudo se propõe a investigar práticas econômicas que estão envolvidas no trabalho de produção e na reprodução da vida que podem ser significativas em um

movimento de construção de sociedade que não seja exatamente calcado nos mesmos pressupostos de uma economia capitalista patriarcal de caráter fortemente desigual, racista e LGBTIfóbica. Tendo em vista a complexidade do objeto de estudo, este só poderia ser realizado por meio de uma perspectiva interseccional como ferramenta metodológica, na qual as categorias analíticas interseccionais pudessem evidenciar melhor as maneiras que estão estruturadas as relações de poder e opressão e onde recortes de raça, classe, gênero e sexualidade, pudessem ser analisados no fenômeno estudado. Patrícia Collins e Sirma Birge apontam que a interseccionalidade (entendida como análise) investiga como as relações interseccionais de poder (entendidas como fenômeno e práxis) influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. O importante é ressaltar que "em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes" (Collins, Birge, 2021, p. 17).

Segundo Patrícia Collins e Sirma Birge seis ideias centrais da interseccionalidade fundamentam a investigação e práxis crítica: a desigualdade social, as relações de poder, o contexto social, a relacionalidade⁸, a justiça social e a complexidade. A investigação e práxis críticas utilizadas como ferramenta para a análise interseccional é também orientada pela concepção metodológica dialética, evidenciando na interseccionalidade um aspecto importante do pensamento de Paulo Freire que propõe a dialogicidade como instrumento para a reflexão crítica onde a relação sinérgica entre a investigação e a práxis são princípios que fundamentam a análise crítica interseccional.

O livro clássico do educador brasileiro Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido*, analisa como a educação pode empoderar ou privar de direitos. Embora não seja normalmente qualificado dessa maneira, *Pedagogia do oprimido* é um texto fundamental para a interseccionalidade. Paulo Freire rejeita as análises das relações de poder baseadas apenas em classe, defendendo a linguagem mais robusta e carregada de poder dos "oprimidos". Os oprimidos de Paulo Freire no Brasil do século XX são análogos aos de hoje: sem-teto, sem-terra, mulheres, pobres, pessoas negras, minorias sexuais, indígenas, imigrantes sem documentos, indivíduos em cárcere, minorias religiosas, jovens e pessoas com deficiência. O uso que Paulo Freire dá aos termos "opressão" e "oprimido" evoca desigualdades interseccionais de classe, raça, etnia, idade, religião e

⁸ Em linhas gerais, relacionalidade é a maneira como grupos se relacionam dentro de uma práxis interseccional. Segundo Patrícia Collins e Sirma Birge, a relacionalidade abrange uma estrutura analítica que muda o foco da oposição entre categorias (por exemplo raça e gênero) para o exame de suas interconexões. "A relacionalidade assume várias formas dentro da interseccionalidade e é encontrada em termos como "coalizão", "solidariedade", "diálogo", "conversa", "interação" e "transação". Porém, a terminologia é menos importante que enxergar como essa mudança de perspectiva com relação à relacionalidade abre novas possibilidades para a investigação e a práxis da interseccionalidade." (Collins, Birge, 2021, p. 50).

Segundo Collins e Birge, pesquisas com perspectivas interseccionais podem fornecer novos entendimentos sobre questões sociais, como também, podem potencializar o ativismo. Podemos considerar que pesquisas interseccionais também são pesquisas ativistas pois podem trazer novas proposições dentro da área de estudo onde elas estão localizadas. Isso traz uma reflexão crítica sobre a importância desta pesquisa ser realizada na área da tecnologia social pois pretende expandir os seus entendimentos tradicionais apontando possíveis ausências da sua literatura em relação à possíveis práticas participativas de gestão lideradas e propostas por organizações trans ativistas.

Aqui pontuo três formas de interseccionalidade: i) a interseccionalidade como método, ii) a interseccionalidade como práxis minha e ii) a interseccionalidade como práxis do TransRevolução.

A interseccionalidade aqui utilizada como método foi abordada para entender que a desigualdade social e a injustiça social sofridas por travestis e transexuais atravessam uma ampla variedade de violências. A necessidade de trazer um capítulo sobre o histórico do movimento trans ativista brasileiro se tornou essencial para abordar os tensionamentos gerados a partir das atividades de produção e reprodução da vida desempenhados no empreendimento KuzinhaNem. E estas práticas produtivas e reprodutivas ali produzidas também estão enraizadas nas experiências e lutas de travestis e transexuais que são, historicamente, privadas de direitos.

A interseccionalidade utilizada como práxis minha revelou-se como uma ferramenta de empoderamento para a realização desta pesquisa e para a atuação como militante associada ao Grupo TransRevolução. Reconhecer meu lugar de fala não está somente em utilizar das categorias de raça, classe, gênero e sexualidade para marcar o meu lugar de branca, acadêmica, mulher cisgênera e bissexual, pois a interseccionalidade como práxis minha proporcionou leituras sobre as teorias críticas da branquitude que resultaram, por exemplo, na decisão de não utilizar um método de coleta de dados que envolvesse a formulação perguntas a serem coletadas em entrevistas. Reconhecer esta pesquisa como uma pesquisa interracial⁹ evidencia aspectos metodológicos que buscaram respostas a partir de uma interação afetiva. Veremos que a sistematização da experiência na KuzinhaNem foi realizada em reuniões semanais e a coleta de dados em determinado período foi feita através da gravação em áudio destas reuniões. Entretanto, a

⁹ Aqui a utilização do termo “pesquisa interracial” expõe uma pesquisa onde a pesquisadora é branca e a pesquisa é situada num contexto social de pessoas negras e racializadas socialmente.

interação com as pessoas também se deslocou do local de produção da pesquisa para experiências informais que proporcionaram uma abertura para o diálogo sincero durante as reuniões e fora delas. Revela-se que a produção do conhecimento não está separada da prática profissional e pessoal.

A interseccionalidade como práxis do Grupo TransRevolução evidenciou a maneira pela qual a organização recorre a interseccionalidade para orientar suas ações e ilustra como a interseccionalidade emergiu como fenômeno na construção do movimento social trans ativista. Nesta pesquisa, a perspectiva interseccional trouxe dados sobre os problemas sociais que envolvem as pessoas transvestigêneres e como as organizações trans ativistas no Brasil, mais especificamente, no contexto do meu objeto de estudo, como o Grupo TransRevolução propõe soluções a seus problemas sociais específicos.

Seguindo então o recorte trans como particularidade desta pesquisa, salientamos que pesquisar sobre o histórico do movimento trans ativista brasileiro como ferramenta que contextualiza a criação do projeto KuzinhaNem evidencia o pressuposto metodológico transfeminista da interseccionalidade.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collins; Bilge, 2021 p.16)

A interseccionalidade é um método criado pelo movimento feminista negro e é amplamente utilizado nos movimentos sociais transfeministas e em campos de pesquisas acadêmicas. O objetivo da pesquisa foi compreender se a KuzinhaNem era capaz de atingir uma sustentabilidade econômica dando conta, simultaneamente, das atividades de produção e reprodução (manutenção) da vida de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade econômica e social. Como foi dito, foi realizada uma busca por estudos que relacionassem a questão do trabalho produtivo e reprodutivo e a questão do econômico associado ao social onde não foram encontrados casos semelhantes ao estudado nesta pesquisa. Há uma possível lacuna a respeito da análise de empreendimentos de economia popular e solidária desenvolvidos por travestis e transexuais. Vimos que travestis e transexuais não estão pautadas em artigos sobre a gestão de empreendimentos econômicos populares e solidários.

A KuzinhaNem é o objeto desta pesquisa: um projeto de empreendimento econômico que se desdobra a partir de uma casa de acolhimento para pessoas

LGBTQIAPN+ em vulnerabilidade. Foi realizada uma fase de coleta de dados na internet e a coleta de dados no trabalho de campo que envolve uma atuação de todas as pessoas participantes do projeto KuzinhaNem em encontros semanais onde se organizaram as demandas da semana e as avaliações constantes do trabalho ali realizado.

Um cuidado foi necessário nesse processo, pois esta dissertação foi feita por uma pesquisadora participante - linguagem empregada por Otávio Cruz Neto (1994). Após convite para integrar a equipe de gestão do empreendimento, a pesquisadora também fez parte do processo de construção do empreendimento. Nesse sentido, foi necessário tomar distanciamento durante as discussões de grupo realizadas nas reuniões semanais para compreender as contradições ali postas e realizar a pesquisa.

A partir disso, foi utilizada a Sistematização de Experiências descrita por Holliday (2006) que é uma metodologia que se situa no caminho intermediário entre a descrição e a teoria. A escolha para o caminho metodológico desta pesquisa envolve a visão de Holliday de que sistematizar é compreender e melhorar a própria prática.

Seguidor das ideias de Paulo Freire, em sua obra *Para Sistematizar Experiências* (2006), Holliday evidencia aspectos do pensamento freiriano que pressupõe que a sistematização se fundamenta no entendimento da realidade histórico-social, tratada no texto como Concepção Metodológica Dialética. O livro serve como ferramenta de planejamento de processos e instrumento para a reflexão crítica a ser praticada na experiência. Importante pontuar que a pesquisa/pesquisador que vier a utilizar dessa metodologia deve fazer parte do processo como integrante que compõe a experiência.

Holliday aponta que a metodologia é o principal obstáculo encontrado quando queremos sistematizar alguma experiência e que o aspecto metodológico é fundamental para as organizações sociais seguirem avançando nas pautas de suas organizações.

O que muita gente busca, enquanto método, é uma receita que possa ser aplicada rápida e facilmente a qualquer experiência, não importando seu contexto. Pensa-se que os assuntos de método referem-se simplesmente a uma lista de passos ou tarefas que se tem que seguir. (Holliday, 2006, p. 17)

O autor menciona a importância de se aprofundar nas questões metodológicas de acordo com cada experiência e as particularidades de cada contexto. E, para que isso aconteça, é necessária uma sustentação teórica que seja coerente com essas particularidades e que seja criada com a participação e a prática das pessoas que estão envolvidas no processo.

O ponto de partida para sistematizar uma experiência é apropriar-se da experiência vivida e dar conta dela, compartilhando com os outros o aprendido. (Holliday, 2006). Sistematizar, na concepção do autor, depende de concretude, compreensão e processo. É necessário que se tenha uma experiência prática concreta, que seus ensinamentos possam ser extraídos e comunicados sem deixar de conduzir a uma reflexão teórica dos conhecimentos. Compreender e melhorar a prática é um dos objetivos de uma sistematização de experiências. Holliday aponta para a necessidade de condições institucionais para que a sistematização seja pactuada.

Foi essencial confrontar com a literatura a respeito de economia popular e solidária. Para Coraggio, economia popular e solidária é uma construção, um processo possível que está enraizado em práticas associativas em territórios. Nesses territórios a construção social é baseada em práticas concretas e propõe um programa de desmercantilização da vida. Neste trabalho, seguiremos Coraggio ao observar as particularidades de cada contexto, investigando especificamente a territorialidade construída pelo movimento social trans ativista.

Coraggio entende que para avançarmos no projeto de uma outra economia é necessária a compreensão da territorialidade nas trocas econômicas nas suas diferentes escalas: social, doméstica, etc. Isso porque a “racionalidade que orienta a economia doméstica se transfere às diferentes formas coletivas de organização do trabalho”. (Lago, 2019, p.8).

As crises do capitalismo abrem fissuras na crença do assalariamento e no pleno emprego por parte dos trabalhadores. O projeto de economia solidária nasce dessas fissuras e, por se desenvolver dentro do sistema capitalista e por isso interagir com ele, é carregado de contradições. (Lago, 2019, p.6)

A economia social e solidária pode ser uma construção programática possível na qual práticas econômicas de produção, distribuição, circulação e consumo devem responder, em primeiro lugar, às necessidades e desejo de todos - sejam eles familiares, econômicos ou sociais. A nível local, a KuzinhaNem pode promover a melhoria de condições de vida que vão além de manter as pessoas acolhidas na CasaNem, mas também que elas passaram por um processo de formação onde os valores, as pautas, o letramento trans e racial são constantemente levantados e debatidos no empreendimento.

A ideia de unidade doméstica como *locus* da racionalidade produtiva-reprodutiva traz a CasaNem como uma família ampliada, uma unidade doméstica produtora de valores comuns. A unidade doméstica e o conceito ampliado de família definem as decisões e os princípios de funcionamento de reprodução desta unidade. Por exemplo:

em toda família a preocupação e a proteção dos filhos é importantíssima. A preocupação com os filhos faz parte do imaginário de mães e pais. Na CasaNem não é diferente, uma vez que existe um cuidado afetivo que leva até mesmo a pessoas em acolhimento a chamarem a liderança Indianarae Siqueira de “mãe”.

Investigamos como podemos superar a lógica da exploração nas relações de produção e reprodução proposto por Coraggio. As condições de vida dos trabalhadores dependem fundamentalmente do uso que fazem de suas capacidades de trabalho, e esse uso, num empreendimento econômico, é definido e negociado no âmbito da unidade doméstica. As decisões domésticas têm fatores objetivos e subjetivos que incidem sobre essas decisões.

Algumas questões aparecem no percurso desse projeto de empreendimento: Como se dá a gestão do empreendimento culinário por pessoas que não tem experiência na área da gastronomia social? Como pensar a KuzinhaNem como uma decisão da unidade doméstica e como um empreendimento de economia popular e solidária? Pois cabe a pergunta: como conceber uma dialogicidade nos parâmetros freireanos? Podemos dizer que a educação bancária, como produtora de relações de opressão, também estrutura a condição capitalista de empreendimentos onde o patrão dá as ordens e os empregados acatam sem questionamento da dinâmica de produção do trabalho que por sua vez também está estruturalmente precarizado?

Se esta educação somente pode ser realizada, em termos sistemáticos, pela sociedade que fez a revolução, isto não significa que a liderança revolucionária espere a chegada ao poder para aplicá-la. No processo revolucionário, a liderança não pode ser bancária, para depois deixar de sê-lo. (Freire, 2011, p.106)

O conceito de dialogicidade construído por Paulo Freire (2011), carrega a ideia de práxis que por ele constituída significa, simultaneamente, a ação e a reflexão da palavra, do diálogo. Essa práxis é fundamental para a prática dialógica das relações humanas.

Esta busca nos leva a surpreender, nela, duas dimensões: ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas se resente, imediatamente, a outra. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. (Freire, 2011, p.107)

Freire aponta o diálogo como uma condição existencial da humanidade que “não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes” (Freire, 2011, p.51). No caso desta pesquisa, eu como integrante da equipe de gestão da CasaNem, Palco Lapa 145 e KuzinhaNem, durante o percurso da experiência, devolvo para o

coletivo a seguinte pergunta: Temos doações de alimentos para produzir o almoço e o jantar das pessoas em acolhimento da CasaNem e isso já funcionava há seis meses, no entanto, o que precisamos fazer para transformar essa cozinha em um empreendimento que possa nos gerar renda e sustentabilidade? Algumas respostas a essa pergunta foram: Precisamos fechar o espaço uma vez por semana para organizar nosso dia a dia; precisamos fazer cursos de alimentação vegana para criar novos pratos no cardápio; precisamos tirar as “tralhas” da cozinha e do depósito; precisamos ter prateleiras para a organização dos insumos; precisamos de torneira quente na cozinha; precisamos de uma ficha técnica de cada prato do cardápio para que possamos ser substituídas; precisamos fechar o ifood porque demoramos mais de duas horas para preparar cada pedido.

Toda decisão precisava ser permeada por um diálogo onde ação política e prática econômica precisavam estar aliadas. Essa pergunta trouxe transformações no dia a dia do coletivo que culminou em reuniões semanais de análise do trabalho e dias de organização e limpeza do espaço no formato de mutirão. A relação dialógica proposta por Freire se torna essencial para a construção da KuzinhaNem enquanto empreendimento que vai além da garantia da reprodução da casa de acolhimento.

A KuzinhaNem é a unidade básica da investigação e é o empreendimento econômico criado para manter a reprodução de uma unidade doméstica, no caso a CasaNem. Com base nas ideias da sistematização de experiência, da dialogicidade e da unidade doméstica como um local de análise da economia popular, tracei algumas questões iniciais: Podemos entender o funcionamento da KuzinhaNem enquanto um empreendimento de economia popular? As pessoas da CasaNem são LGBTs, em sua maioria travestis e não binárias, pessoas negras e em vulnerabilidade social, são pessoas refugiadas que sofrem de migração forçada que na CasaNem recebem informações sobre seus direitos civis e sociais e para além disso, também encontram os projetos do Grupo TransRevolução e o contato com a rede que a CasaNem mantém. Existem outras casas de acolhimento direcionadas para a população LGBTQIAPN+?

O olhar para a CasaNem como uma unidade doméstica, e a KuzinhaNem como o empreendimento popular da CasaNem é um olhar também orientado pela construção da transcestralidade. Transcestralidade é um termo cunhado pelo movimento social trans ativista onde a construção de uma ancestralidade é construída pela luta da população trans no Brasil desde o início da década de 1990. Viver a transcestralidade é viver um corpo de luta e é também saber que esse corpo político se fortalece através da herança das lutas de suas ancestrais e, da mesma forma, na esperança de abrir caminho para as novas gerações. Esse é o exercício que irei fazer aqui. As pessoas que estão no

acolhimento da CasaNem, tiveram os seus laços familiares cortados e os valores de uma construção transcestral que não vem unicamente de Indianarae, mas que se funde com a construção estrutural e econômica da sociedade onde os valores familiares e os valores de produção e reprodução que me trazem para olhar a CasaNem como uma unidade doméstica.

Indianarae é a mãe desta unidade doméstica. Mãezinha, madrinha, mãe. Assim Indianarae é chamada pelas pessoas trans e não binárias da casa - ou até pessoas de fora dela. Existe um medo, um respeito, a coragem para as transgressões e a certeza de que Indianarae estará sempre lá, como mãe. Afetivamente ela tem de lidar com questões graves na vida das pessoas em acolhimento: tentativas de suicídio, formação de casais, atividades escolares, a irmandade entre as pessoas do acolhimento, as desavenças pela convivência. Tanto a carência relacionada às relações familiares quanto à carência de renda - por estarem marginalizadas no modo de produção capitalista - é algo em comum entre as pessoas da CasaNem e da KuzinhaNem. Lembrando que a migração forçada é uma pauta, e é também uma forma que travestis e transexuais encontram de permanecerem vivas.

Nesse contexto, a coleta de dados seguiu quatro procedimentos metodológicos. O primeiro foi realizar uma busca ativa na internet por publicações sobre o Grupo TransRevolução e Indianarae Siqueira. O objetivo desta busca a princípio foi de identificar valores econômicos do trabalho produtivo e reprodutivo promovidos pelo Grupo TransRevolução e neste primeiro procedimento não foram encontrados esses valores, mas nos trouxe a perspectiva analítica da atuação interseccional da organização e sua liderança que promovem a construção do recém movimento trans ativista do Brasil desde o seu nascimento no início da década de 90. A busca foi realizada no google acadêmico, scielo, google, *hashtag* nas redes sociais Instagram e Facebook. A busca levantou o dado de que a liderança da organização, Indianarae Siqueira e a organização são parte integrante da história do movimento social trans ativista no Brasil que será descrito no capítulo 2. Apesar de não ter encontrado diretamente os valores buscados na pesquisa, aqui a gente pôde entender que as ações da organização partem da manutenção da vida de travestis e transexuais que mostram ações de luta pela saúde, direitos e justiça reprodutiva de travestis e transexuais.

Ainda com objetivo de identificar valores econômicos das atividades de produção e reprodução, foram realizadas consultas em arquivos e documentos da organização. Aqui, identificamos alguns valores econômicos buscados na pesquisa. A maneira que o TransRevolução pensa o trabalho e a práxis crítica da organização vem garantindo a

manutenção da vida de travestis e transexuais apontando para uma prática econômica aliada ao social.

Em um terceiro momento, seguindo a utilização da interseccionalidade na pesquisa, foi realizado estudo sobre as teorias críticas da branquitude (Bento, 2002) que objetivou identificar comportamentos próprios da minha identidade que pudessem comprometer a participação como pesquisadora e integrante do projeto KuzinhaNem. Esse procedimento teve também um segundo objetivo de contribuir para a luta antirracista dentro das instituições. Entendendo o racismo institucional e estrutural como responsabilidades da branquitude, defendo aqui que pesquisadoras e pesquisadores acadêmicos brancos que optem por trazer como objeto de estudo grupos não pertencentes a sua raça, devem incluir em seus métodos, um estudo sobre as teorias críticas da branquitude.

Em quarto lugar, e por fim, durante a experiência na KuzinhaNem, onde foi efetuada a proposta da sistematização da experiência (Holliday, 2006), a sistematização pensada de forma coletiva teve como objetivo principal a sustentabilidade econômica do empreendimento. Por escolha do coletivo participante do projeto, as reuniões foram organizadas para acontecer semanalmente, e com autorização de todas as pessoas envolvidas, foram realizadas gravações de áudio de 15 reuniões. Também foi organizado um diário de campo com anotações diárias dos processos vividos, fotografias e sistematização da documentação da ONG dos projetos financiados, então, em andamento: KuzinhaNem e CasaNem. Os dados foram organizados em pastas do google drive com: i) gravações de áudios de reuniões ii) caderno de anotações diário, iii) fotografias, iv) documentos da ONG que foram gerados durante a realização do projeto como: planilhas orçamentárias, relatórios de prestação de contas que foram financiados através de quatro editais.

Tomando como pressuposto a interseccionalidade para a análise e sistematização desta experiência, reconheço que marcadores como raça, gênero, classe social, são lentes essenciais para debater a necessidade de reconhecimento, prestígio e cooperação que estão intrinsecamente ligados às atividades de produção e reprodução da vida.

O capítulo dois foi dedicado em trazer um breve resumo da história dos movimentos trans ativistas no Brasil e o histórico de atuação do Grupo TransRevolução desde sua fundação como parte que integra essa história como organização que além atuar na cidade do Rio de Janeiro, também promove uma atuação nacional dentro do movimento social e suas lutas. O objetivo deste capítulo foi contextualizar o empreendimento KuzinhaNem como um projeto que traz propostas econômicas

transfeministas trazidas pelo movimento social trans ativista. O terceiro capítulo foi dedicado a pontuar os projetos criados e geridos pelo TransRevolução. E o quarto capítulo foi destinado a analisar os tensionamentos gerados a partir do trabalho produtivo e reprodutivo realizado na KuzinhaNem.

2 O GRUPO TRANSREVOLUÇÃO

2.1. MOVIMENTOS SOCIAIS TRANS ATIVISTAS

A história do Grupo TransRevolução conflui com a história do ativismo de travestis e transexuais no Brasil. Essa primeira parte do capítulo traz um breve histórico dos movimentos trans ativistas do país: a formação dos coletivos, suas pautas e alguns marcos na conquista de direitos. Este capítulo teve o objetivo de contextualizar o TransRevolução como parte integrante desse grupo social. Para a construção deste capítulo, fiz uma revisão bibliográfica de tudo que foi escrito sobre o Grupo TransRevolução, fiz análises de documentos e conversas com personalidades e ativistas trans com o intuito de sistematizar experiências históricas que não eram as minhas próprias.

Os grupos políticos travestis e transexuais começaram a se formar na década de 1990 a partir de duas necessidades: políticas de prevenção a epidemia da AIDS e políticas de enfrentamento a violência policial em locais de prostituição. (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 325)

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, foi fundada a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), o primeiro coletivo político travesti que “nasce com o objetivo de mapear e empoderar ativistas para atuarem nas questões de segurança pública e saúde” (Sousa, 2021¹⁰). Em 1993 a ASTRAL criou e promoveu no Rio de Janeiro o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados que atuavam na prevenção da Aids, o ENTLAIDS.

O apoio para a criação da ASTRAL veio de um projeto de prevenção das DST e AIDS chamado “Saúde na Prostituição”, que realizava reuniões com profissionais do sexo no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), local onde passaram a acontecer as primeiras reuniões da associação. A influência de ações de resposta à epidemia da AIDS foi também crucial na constituição de outras organizações de travestis que surgiram nos anos seguintes. (Carvalho; Carrara, 2013, p. 327)

Essas demandas iniciais relacionadas à violência policial e à prevenção das ISTs e Aids, até hoje, estão em pauta nos movimentos sociais de travestis, transexuais e

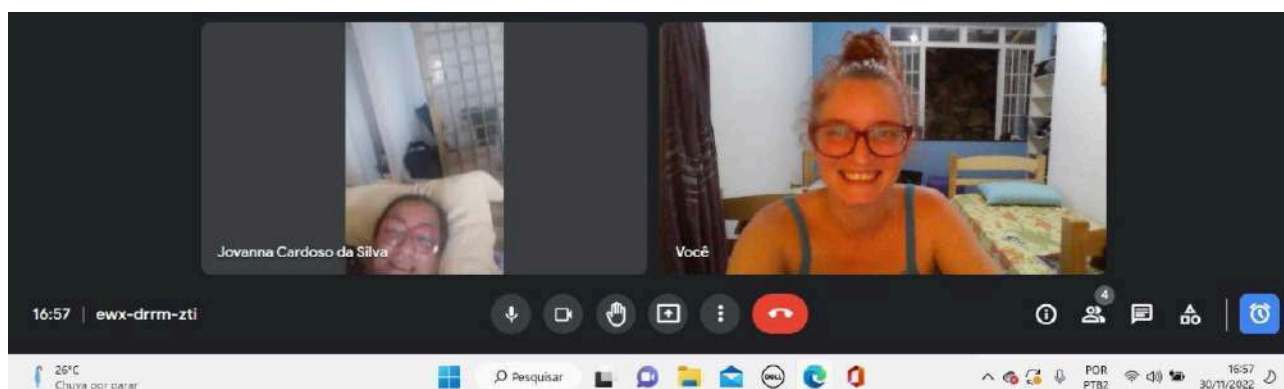
¹⁰ Informação coletada no site da ANTRA. Disponível em: <https://antrabrasil.org/sobre/>. Acesso em 07 jun. 2024

transvestigêneres, porém nunca foram pautas únicas da população trans do país. Na década anterior ainda não havia uma agenda nacional trans ativista, porém travestis nos anos 80 já se auto-organizavam, fomentando dinâmicas sociais para a manutenção da vida e para a sobrevivência nas cidades.

Eu morava no Rio de Janeiro nos anos 80 e eu fazia programa. Eu era profissional do sexo. Aí, a polícia perturbava muito. A guarda municipal do Rio perturbava muito. A sociedade perturbava muito... Perturbava, não queria que a gente ficasse na Central do Brasil. Não queria que a gente ficasse na Lapa. Não queria que a gente ficasse em Copacabana. Aí, a polícia perturbava, vivia enchendo aqueles ônibus “coração de mãe” e levando todos os dias para as delegacias. E aí, o que eles faziam? A gente ficava na delegacia de 7 até as 4 da manhã, justamente para eles impedirem a gente de ganhar o nosso sustento. A gente não sabia o que fazer. (Carvalho; Carrara, 2013, p.326)

Esse é um relato de Jovanna Baby, fundadora e liderança da ASTRAL que em 2013 fundou o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS) que nasce da percepção de que, mesmo dentro da população travesti e transexual (população T), havia quem tivesse maior vulnerabilidade social: a população T negra. Tive a oportunidade de me reunir *online* com Jovanna Baby para entender a atuação do Fonatrans no contexto histórico trans ativista do país. Uma vez que esta é a única organização brasileira que traz o recorte de raça como categoria essencial para práxis da organização. O Fonatrans é uma organização não governamental que possui atuação nacional e reúne setenta e nove afiliadas espalhadas pelas cinco regiões no Brasil.

Figura 5 - Conversa com Jovanna Baby



Fonte: Reunião Imagem, 2022

A nossa missão é ser um espaço de inclusão e aglutinação à militância trans negra e visa a articulação com o Poder Público, com o Terceiro Setor e a iniciativa privada com o objetivo de promover e propor a criação de políticas públicas

específicas e estratégicas e a ampliação das políticas públicas existentes. (Fala de Jovanna Baby em reunião *online*, em 30/11/2022)

Nos anos 90 essa formação de lideranças trans ativistas foram fomentadas através de encontros nacionais e regionais, no entanto, a gestação desse movimento se dá na década anterior.

A visibilidade das questões de saúde da população LGBT deu-se a partir da década de 1980, quando o Ministério da Saúde adotou estratégias para o enfrentamento da epidemia do HIV/Aids em parceria com os movimentos sociais vinculados à defesa dos direitos de grupos gays. (Ministério da Saúde, Política Nacional de Saúde Integral de LGBTs, 2013, p.6)

Conhecido como “movimento gay”, ONGs e coletivos dos anos 80 atuavam pelos direitos relativos à orientação sexual de pessoas LGBTs. Esses grupos eram liderados por homens gays e juntamente aos programas públicos de saúde e outras organizações de apoio a prostituição, realizaram uma série de políticas de prevenção e combate à epidemia da Aids em todas as regiões do Brasil. As organizações de apoio a prostituição dos anos 80 variavam entre ONGS cristãs lideradas por homens cisgêneros e grupos de prostitutas lideradas por mulheres cisgêneras. Nos anos 80 travestis e transexuais já eram atendidas por essas organizações e, por mais que o movimento gay da época representasse pessoas lésbicas, bissexuais, gays, travestis e transexuais, as pautas específicas relacionadas à população trans acabavam ficando à margem do próprio movimento.

“Colocávamos a navalha debaixo da língua e quando vinha algum policial, ou algum grupo de homens que nos ameaçasse, a gente tirava a navalha da boca e cortávamos nossos braços, ameaçando passar Aids”. (Fala de Indianarae Siqueira em reunião no Palco Lapa em 25/08/2021)

Esse relato de Indianarae Siqueira evidencia que travestis e transexuais eram vistas como soropositivas, marginais e perigosas. Dessa maneira, também encontraram, paradoxalmente, na epidemia da AIDS, uma forma de permanecerem vivas. Viver a transexualidade é viver um corpo de luta. O corpo político se fortalece através da herança de lutas na esperança de abrir caminho para as novas gerações. Não é uma ancestralidade construída por laços sanguíneos, mas da participação dessas pessoas em processos similares, pela desconstrução de valores sócio-culturais, pela resistência ao avanço de seus direitos fundamentais. Uma mesma luta é passada de uma a outra, em uma relação familiar que consiste em estratégias para a sobrevivência. Esse é o conceito da transcestralidade promovido pelos movimentos trans ativistas do Brasil.

Importantes lideranças e organizações marcaram essa primeira década dos movimentos trans ativistas do país: o “Grupo Esperança, 1994 em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) e o grupo Filadélfia, Santos, ambos em 1995; o grupo Igualdade, em Porto Alegre e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania (Unidas), de Aracaju, em 1999”. (Silva, 2022, p. 5). As pautas desses movimentos trans ativistas além da prevenção as ISTs, Aids e o combate a violência policial, também incluíam a regulamentação da prostituição, o direito de uso ao nome social e a desgenitalização da identidade de gênero.

Em 1996 teve a Conferência Municipal de Saúde em Santos e participamos como Filadélfia. Eu disse da importância do nome social e que deveríamos brigar por isso. Então pleiteamos isso e que, em caso de internação, trans fossem internadas na ala feminina, também que os companheiros de pessoas LGBT fossem considerados como cônjuges no prontuário médico (sabíamos que um laudo médico derruba um presidente, então, entre outros casos, e um deles de morte, esse prontuário poderia ser usado pra garantir direitos). (Jesus, 2013, p.63)

Essa primeira década de ativismo trans no Brasil, foi marcada pela formação de uma rede coletiva de travestis e transexuais. Os encontros do ENTLAIDS, a exemplo, foram organizados e realizados pelas lideranças precursoras do movimento: a ASTRAL fundada em 1992, liderada por Jovanna Baby, a Rede Nacional de Travestis (RENATA), fundada em 1993 e liderada por Keila Simpson que passou a chamar Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL) e desde 2000 como Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Grupo Filadélfia, fundado em 1995 e liderado por Indianarae Siqueira, que em 1996

já tinha se tornado referência, projetando Indianarae nacional e internacionalmente como ativista, o que deu direito à organização de levar para a capital paulistana o quinto ENTLAIDS, no ano seguinte. (Carvalho; Carrara; 2013 p. 318).

No decorrer desta investigação identifiquei alguns marcos na conquista de direitos da população LGBTQIAPN+ do Brasil a partir dos anos 2000. Para a sistematização deste capítulo organizei esses marcos em um quadro para melhor evidenciar os processos e as conquistas referentes às lutas por direitos da população LGBTQIAPN+. O quadro está organizado em três colunas. A primeira o ano em que ocorreu o fato histórico, a segunda o marco em si o e a terceira coluna é onde descrevo o objetivo do marco histórico.

Quadro 1 - Marcos históricos sobre a conquista de direitos das pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil.

ANO	MARCOS	OBJETIVO
2001	Criação do Conselho nacional de combate a discriminação	Combater o racismo no Brasil
2004	Criação do Programa Brasil sem homofobia elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos	Combater à violência contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais
2004	Dia da visibilidade Trans (governo + movimento social = campanhas Travesti e Respeito)	combate às violências transfóbicas
2007	Decreto Presidencial Lula de 28 de novembro: Convocação da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Propor diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT; e avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia.
2008	1ª Conferência Nacional GLBT , Brasília entre 5 e 8 de junho de 2008	Teve como resultado a elaboração da Política nacional de saúde integral LGBT.
2009	Acórdão do Superior Tribunal de Justiça garantindo a requalificação civil RECURSO ESPECIAL Nº 1.008.398 - SP (2007/0273360-5)	O primeiro passo para que pessoas trans pudessem ter o direito de usar o nome social sem maiores burocracias aconteceu no julgamento do REsp 1.008.398, garantindo o direito à requalificação civil após cirurgia de transgenitalização.
2012	Política Nacional de Saúde Integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais	Elaboração, distribuição e informações MINISTÉRIO DA SAÚDE Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Departamento de Apoio à Gestão Participativa Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social Coordenação-Geral de Apoio à Educação Popular e Mobilização Social SAF.
2017	Entendimento firmado pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao acolher pedido de modificação de prenome e de gênero de transexual que apresentou avaliação psicológica pericial para demonstrar identificação social como mulher. O número deste processo não é divulgado em razão de segredo judicial.	Transexuais agora possuem direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia.
2019	CID 11	é retirada a transexualidade da Classificação Internacional de Doenças
2019	13 de junho: Determinação STF	O crime de LGBTfobia se enquadra na lei de racismo nº 7716/89 e no artigo 140 do Código Penal, no crime de injúria racial.
2021	Rio Sem LGBTIFOBIA - Programa Estadual de combate á violencia e a discriminação à LGBT	objetiva desenvolver políticas públicas para o combate a violência e discriminação de LGBTs

2022	A Lei 14.382/2022 alterou o artigo 56 da Lei de Registros Públicos.	Permissão para que qualquer pessoa maior de idade (não só pessoas transvestigêneres), a qualquer tempo, requeira a mudança do prenome, independentemente de justificativa e de autorização judicial – direito que antes, em regra, só podia ser exercido no prazo de um ano após a maioridade.
------	---	--

Fonte: Beatriz Condini, 2022.

Apesar de ainda haver muito a ser galgado pelo movimento social, políticas públicas foram conquistadas depois de três décadas de realização da mobilização cívica dos movimentos sociais trans do Brasil. Essas políticas interferem diretamente na atuação do Grupo TransRevolução. Por exemplo, depois de quinze anos fazendo *advocacy*, em 2024 o grupo participou da criação do Programa Acolher+ do Governo Federal que possui como finalidade o desenho de políticas públicas voltadas para Casas de Acolhimento LGBTQIA+. O programa financia treze Casas de Acolhimento da Rede Brasileira de Casas de Acolhimento (REBRACA LGBTIA+) e pretende através de pesquisa participativa a criação de novas políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+.

A população trans no país sofre de migração forçada. Os processos migratórios acontecem devido a uma série de violações de direitos civis que são nutridas pelas bases da sociedade e pelo estado. Essas violações acontecem desde a infância e os dados levantados mostraram que a maioria é forçada a sair de suas cidades natais devido às violações de direitos sofridas. Desde ameaças de morte feitas não só pelo genitor, mas também por pessoas do bairro, da cidade, da escola, da família, etc. Então as grandes cidades acabam se tornando locais de refúgio, de resistência e de transcestralidade. Ainda hoje, as mesmas violações e outras seguem existindo em todo o país. A REBRACA LGBTIA+ é uma rede que demonstra que a migração forçada é algo em comum vivida, sobretudo por travestis e transexuais, mas também demonstra que gays e lésbicas também passam por essa situação. As casas de acolhimento voltadas para as pessoas LGBT demonstram a necessidade de cuidados específicos para essa população refugiada interna do país. Atualmente a REBRACA congrega na rede as seguintes casas de acolhimento: 1) Casa Miga localizada em Manaus, AM; 2) Casa FloreSer, São Luís, MA; 3) Casa Brasil, Natal, RN; 4) Casa Cores, Petrolina, PE; 5) Casa CAERR, Maceió, AL; 6) Casa Marielle Franco, Salvador, BA; 7) Casa Rosa, Sobradinho, DF; 8) Casa Casulo da Astral, Goiânia, GO; 9) Casa Gold, Vitória, ES; 10) CasaNem, Rio de Janeiro, RJ; 11) Casa Dulce Seixas, Nova Iguaçu, RJ; 12) Casa Resistências, Maré, RJ; 13) Casa Florescer, São Paulo, SP; 14) Casa 1, São Paulo, SP; 15) Casa Cae Casarão Brasil, São Paulo, SP; 16) Casa Construindo Igualdade, Caxias do Sul, RS.

Minha pesquisa aborda processos, vivências e projetos sociais e econômicos construídos por grupos que constroem valores que divergem de valores econômicos e sociais dominantes. Me interessa saber como os processos são idealizados e vividos, quais os objetivos e como se dá a gestão de conflitos. O objeto desta pesquisa é analisar um empreendimento popular idealizado e gerido pelo Grupo TransRevolução. Apesar dessa pesquisa não ser sobre movimentos sociais trans ativistas e suas pautas, este capítulo contextualiza o Grupo TransRevolução e sua liderança Indianarae que é trans ativista desde a formação do movimento transnacional organizado na década de 1990. Por isso, na próxima parte deste capítulo será apresentado o histórico de atuação do Grupo TransRevolução e as suas relações institucionais.

2.2. BREVE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

O Grupo TransRevolução foi fundado em reuniões no Grupo Pela Vidda¹¹ em 2009 liderado pelas trans ativistas Giselle Meirelles e Indianarae Siqueira. O Grupo TransRevolução é uma organização da sociedade civil que teve os seus primeiros quatro anos marcados por encontros mensais, realizados nas dependências do Grupo pela Vidda. Giselle, Indianara¹², Beatriz, Selem, Tatiana Crispim, Alcione, dentre outras que trabalhavam na organização desses encontros que abarcavam dezenas de pessoas. As reuniões eram abertas para toda a sociedade civil, para representantes de entidades públicas e privadas.

Tive a oportunidade de participar de algumas das reuniões mensais do TransRevolução.... Primeiramente era notável a quantidade de diversidade de pessoas que participavam da reunião. A sala estava quase sempre lotada com mais de trinta pessoas, o que é um número significativo para reuniões de grupos ativistas... As reuniões eram coordenadas por Giselle e Indianara na maioria das vezes. Giselle tratava da maioria dos assuntos burocráticos e sempre repassava informações das reuniões das quais participava representando o grupo. Indianara costumava conduzir alguns debates mais abertos, temas polêmicos e pautas mais tradicionais do ativismo de pessoas trans. O formato altamente comunitarista do grupo, que sempre incluía um lanche ao final ou no meio da reunião, também pode ser percebido pela facilidade relativa com que o grupo incorporou homens trans. Assim, se por um lado o grupo repetia a fórmula de tantos outros em sua relação direta com o ativismo da AIDS, ele também gerou a partir de seus encontros uma série de novas formulações políticas. (Carvalho, 2015, p.99)

O debate central era a implementação de políticas públicas que dessem respostas às necessidades diante da falta de reconhecimento de direitos. Pautas amplamente

¹¹ O Grupo Pela Vidda, fundado em 1989, é a primeira ONG formada por pessoas vivendo com HIV e AIDS (1978) e Giselle Meirelles foi a primeira travesti presidente do grupo nos anos 2000.

¹² O uso do nome Indianarae é recente, ela se identificava como Indianara nos anos 90.

debatidas eram sobre saúde, educação, moradia e renda para travestis e transexuais. Muitas cartas, manifestos foram escritos nessas reuniões e encaminhadas para instituições solicitando apoio e alertando sobre a necessidade de criação de projetos para que a sociedade respeitasse a identidade de gênero de travestis e transexuais. Nas reuniões, todas as pessoas tinham direito à fala. Havia muitas histórias, casos individuais, que desde os anos 90 já eram identificadas enquanto questões coletivas de interesse da comunidade T.

O Grupo foi atuando nas pautas trans ativistas como: i) direito ao estudo: importância de formar profissionais da educação para que se interrompa o ciclo das violências sofridas por crianças e adolescentes trans fomentadas nas escolas; ii) cartas as famílias representando todas as pessoas que foram expulsas de suas casas devido a orientação sexual ou identidade de gênero; iii) direito ao trabalho: importância de contratar travestis e transexuais em todos os setores do trabalho produtivo e regulamentação da prostituição; iv) Elaboração e disseminação de manifestos contra as violências transfóbicas.

O TransRevolução é uma ONG de voluntariado que atua em rede, sobretudo promovendo mobilização cívica para obter respostas às necessidades de travestis e transexuais. Essas pautas foram amplamente debatidas e como o Grupo TransRevolução nos seus primeiros quatro anos de atuação e depois de muitas denúncias, que geraram, a exemplo, uma parceria com Fiocruz para a construção de um laboratório transvestigênera muito antes da retirada da transexualidade na Classificação Internacional de Doenças (CID) em 2019. Isso é interessante porque o Brasil se baseia na CID para promover políticas públicas. E o Grupo já estava mobilizando mudanças no atendimento de travestis e transexuais no SUS.

Em relação à parceria com a FIOCRUZ, o Grupo TransRevolução esteve conosco para apoiar a construção do atendimento médico especializado na solução de questões pertinentes à população travesti e transexual. Esse processo surgiu de uma reivindicação pública realizada pela comunidade LGBTIAP+ e que foi encampada pelo grupo, cuja atuação não se restringiu à reivindicação da política pública. Desde o início, quando a FIOCRUZ propôs a parceria, o TransRevolução se engajou na construção da solução. (Beatriz Grinsztejn - ARQUIVOS TRANSREVOLUÇÃO - em anexo II)

Algumas pessoas que destaco: Beatriz Grinsztejn é chefe do laboratório de pesquisa clínica de IST e AIDS do INI e da Fiocruz e ela relata como os projetos do TransRevolução “vêm contribuindo para o avanço dos direitos das pessoas LGBTs no Brasil” (documento completo no anexo II). Márcio José Villard Aguiar é coordenador geral do Grupo pela Vidda e relata que “o Grupo TransRevolução esteve conosco desde sua

fundação em 2009 e desde então já são várias ações em conjunto pela saúde e cidadania de pessoas LGBTIAP+”. (documento completo no anexo III)

Nélio Giorgini, advogado, membro permanente da Comissão de Direitos Humanos do Instituto de Advogados do Brasil, relata que o primeiro Hotel Municipal de acolhimento LGBTIA+ do Rio de Janeiro, fundado em 2021 foi inspirado na CasaNem. Nélio atuou como assessor especial da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado do Rio e foi fundador e idealizador do hotel.(documento completo no anexo V)

O grupo realizou em parceria com a Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual (CEDS - Rio) junto com a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil, ambas da Prefeitura do Rio de Janeiro, o I Seminário de Cidadania Trans - Dignidade, Inclusão e Respeito no dia vinte e nove de janeiro de 2013¹³.

Tal evento aconteceu no centro da cidade do Rio de Janeiro, nas imediações da Cinelândia. No prédio estão localizados alguns serviços da Secretaria Municipal de Saúde, entre eles a Coordenadoria da Área Programática 1 (CAP1), correspondente ao centro da cidade. Este espaço é usado em vários eventos relacionados à saúde, desde debates pontuais, reuniões programáticas, até cursos de formação de agentes comunitários de saúde. Foi no auditório da CAP1 onde aconteceram esses seminários organizados pelo Grupo TransRevolução no dia da visibilidade trans de 2013.(Carvalho, 2015, p. 99)

Mais recentemente, foi fundada a Rede Brasileira de Casas de Acolhimento LGBTIA+. A REBRACA LGBTIA+ foi uma rede criada pelo Grupo TransRevolução em 2021 no período da pandemia da COVID-19. A rede proporcionou que casas de acolhimento de todo o país passassem a estar conectadas para compartilhamento de experiências e estratégias que melhorassem suas atuações. Como relatado, em 2024, a rede conquistou um programa do Governo Federal especificamente voltado à manutenção de casas de acolhimento, o Acolher+.

No próximo capítulo irei discorrer sobre a idealização e construção de projetos que vão além da mobilização cívica (*advocacy*) promovido para a classe, além das pesquisas e ações pedagógicas de formação que participam. O Grupo constrói projetos que as políticas públicas ainda não deram conta de solucionar. Vemos a questão da sobrevivência muito forte, tratando-se de uma classe em extrema vulnerabilidade no país.

Em 2024 ainda não temos as políticas que são demandadas desde os anos 70, como o direito à cidade, à infância, etc. Existe uma distância entre elaborar um plano político nacional e colocá-lo em prática. Entre um decreto e a perpetuação dele. A distância entre o casamento homoafetivo ser um direito civil e pessoas homossexuais

¹³ No dia 29 de janeiro é comemorado o Dia da Visibilidade Trans, motivo pelo qual foi escolhida esta data para o evento.

casadas poderem morar em determinado lugar e não serem hostilizadas pela vizinhança, pela família, pelo empregador, pelo cliente, pelo atendente da padaria, etc. Existe uma distância entre o direito de crianças e adolescentes terem acesso à escola e a equipe da escola, estudantes e suas respectivas famílias estarem preparadas para receber crianças e adolescentes transexuais, para que as práticas cotidianas não sejam de violações de direitos humanos. O que evidencia a importância dos movimentos sociais darem continuidade nas mobilizações cívicas, para que se promovam políticas que atendam a essas demandas a níveis locais.

As mudanças de valores promovidas, não só pelos movimentos trans ativistas, mas pelos movimentos sociais LGBTQIA+ passam por um processo histórico que põe à prova muitos valores sociais. Essa pesquisa, no entanto, busca práticas que fomentem a participação dos atores na gestão participativa e busca identificar os valores contra hegemônicos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo, do econômico e do social.

Eu poderia fazer essa pesquisa com ênfase em como a auto organização desses grupos colocam em cheque alguns valores como a ideologia de gênero. Aqui também eu poderia estudar o corpo político, como a própria existência de pessoas travestis, transexuais e transvestigêneres que coloca em xeque valores sociais que visivelmente estão ganhando voz na sociedade, nas mídias, nas manifestações culturais. Poderia pegar grupos de pessoas atendidas no laboratório transvestigênere da Fiocruz, da ciência, da biomedicina, na disputa do movimento trans em relação ao gênero, a binariedade, as questões de saúde, etc. Mas aqui busco valores econômicos, o trabalho de produção, o trabalho de reprodução, que podem atentar a um movimento maior de projeto de sociedade. E o que me interessa são as formas de produção e reprodução. O importante pra mim é analisar e descrever como “pessoas afetivas não convencionais” promovem práticas econômicas não capitalistas.

3 PROJETOS DO TRANSREVOLUÇÃO

O Grupo TransRevolução possui três projetos contínuos. Aqui farei um breve resumo de cada projeto com o objetivo de contextualizar a KuzinhaNem. Não é possível isolar a KuzinhaNem sem a contextualizar em uma análise dos processos vividos pelo TransRevolução e seus projetos. Como esses projetos foram criados? Por que esses projetos foram criados? Essas são algumas perguntas que me interessaram para o desenvolvimento da pesquisa.

O histórico de atuação do Grupo TransRevolução é traçado por um caminho de realização de projetos realizados em Rede. Latour (2012) fala que, para analisar um social, é preciso existir alguma prática de pesquisa que traga visibilidade a ele. A Teoria Ator-Rede de Bruno Latour permite um olhar dinâmico e processual a partir de constantes associações das práticas cotidianas. A solidez de um fato depende sempre de todos aqueles que o mantêm em movimento. O que impulsionou o grupo a se formalizar em 2017 depois de 8 anos de atuação foi a necessidade de receber recursos para manter a CasaNem. A partir daí, o Grupo TransRevolução, além da mobilização cívica, passa a ser responsável por um projeto que necessita realizar a manutenção da vida das pessoas que estão no abrigo. Aqui iremos colocar em ordem cronológica a criação de cada projeto e alguns de seus desdobramentos.

Quadro 2 - Projetos do Grupo TransRevolução

Projeto	Quando surgiu e porque	como era no ano do surgimento	o que se tornou até 2022
1º PreparaNem	2015 - para formar travestis e transexuais para entrada em universidades	Curso Pré-ENEM para pessoas LGBT	Curso Pré ENEM + uma série de cursos livres
2º CasaNem	2016 - necessidade trazida pelo público do PreparaNem	Ocupação direcionada para o acolhimento (moradia e alimentação) de LGBTs em vulnerabilidade social	Imóvel cedido pelo Governo do Estado. (cessão de 5 anos) com atividades de saúde e bem estar
3º KuzinhaNem	2021 - necessidade de manter as pessoas acolhidas na CasaNem	Produz refeições para a CasaNem; vende comida vegana; local de eventos LGBT+ e reuniões de organizações políticas Trans ativistas.	Produz refeições para a CasaNem; vende comida vegana; local de eventos LGBT+ e de reuniões de organizações políticas Trans ativistas.

Fonte: Beatriz Codini, 2022.

3.1. PREPARANEM

O PreparaNem foi o primeiro projeto idealizado por Indianarae e, em 2013, surgiu como um curso pré ENEM direcionado para pessoas LGBTIA+. Anualmente o projeto é realizado por educadores populares LGBTs que trabalham de forma voluntária e pelas parcerias institucionais engajadas pelo TransRevolução. O direito à cidade é um tema importante pautado pelos projetos do grupo, então, além da entrada em universidades, o curso também é pensado para ser realizado de forma itinerante. Transitar pela cidade e marcar presença de LGBTs, sobretudo pessoas T+ nos lugares foi a forma que o grupo encontrou para que o direito à cidade fosse contemplado neste projeto.

Além do corpo docente voluntário de no mínimo 10 ativistas por ano, o PreparaNem é construído através de parcerias institucionais. Muitos espaços já foram sede do projeto. Destaco aqui algumas sedes de sindicatos: petroleiros, jornalistas, servidores públicos, servidores da justiça federal, professores; Além dos espaços cedidos por organizações como: Grupo Pela Vidda, Grupo Arco Íris, Grupo Delas, ONG da Vida; e também salas na Fiocruz, UERJ, UNIRIO. Vale destacar que o projeto apenas não foi realizado em 2020 devido a pandemia COVID-19.

Além do direito ao ensino superior e o direito à cidade, a militância do TransRevolução também está no diálogo e nos conflitos gerados a partir dos locais cedidos para a realização do curso. A formação e o letramento LGBT nas instituições que cedem espaço para a realização das aulas também constroem o movimento de luta contra LGBTIfobias do TransRevolução.

Uma história que vale ser destacada desses espaços cedidos para a realização das aulas é o SINDIPETRO RJ. Interessante pensar a classe de petroleiros majoritariamente formada por homens cisgêneros cedendo espaço para um projeto como este. Indianarae relata com muito orgulho os processos de formação política e aprendizagem vividos em espaços como o SINDIPETRO onde as aulas do PreparaNem foram realizadas.

Em todos os lugares, quando o PreparaNem chega, sempre tem um banner, uma faixa grande com bandeira trans, bandeira LGBT, bandeira da CasaNem são colocadas na sede da instituição que aceita doar uma sala. No primeiro dia de curso no SINDIPETRO a bandeira trans foi rasgada por um grupo de homens do sindicato. Isso não foi impedimento para o curso ser mantido no espaço e ser concluído. Os conflitos e a solução deles no andamento do projeto fazem parte da formação de pessoas que podem

ser aliadas ao movimento trans e LGBT em geral. No evento de formatura deste primeiro ano do curso, os mesmos trabalhadores do sindicato que rasgaram a bandeira no primeiro dia foram os que entregaram flores para todas as pessoas que conseguiram finalizar o curso. E já sediou o PreparaNem em muitos outros anos e apoia o Grupo TransRevolução em outras instâncias da assistência social como por exemplo doações de cestas básicas.

O PreparaNem começa como um pré-vestibular que se desdobra em CasaNem e que já apresentou uma série de cursos livres fornecidos para as pessoas que estão no acolhimento da CasaNem como, fotografia, inglês, libras, design, mídias sociais, audiovisual, dentre outros.

Na publicação PreparaNem, Rio de Janeiro, 2015-2016 de Miritica, Welldonna, et al, alguns participantes relatam as suas experiências:

Nasceu então o PreparaNem, trazendo das cinzas minha esperança. Fiz parte da primeira turma. Foi uma convivência maravilhosa, conheci um coletivo acolhedor, generoso e devo a eles o caminho que minha vida seguiu e o que consegui construir. O Prepara me deu mais do que o ingresso na faculdade: me devolveu a autoestima, a vontade de vencer e seguir em frente, devolveu o nome que eu tinha – e eu nem sabia do poder que ele tinha –, me fez reconhecer privilégios e trabalhar preconceitos, me ensinou a questionar os padrões, as normas e a me desconstruir. (Aires, Bárbara, 2018, p.159)

Eu posso dizer que é um saber de desconstrução. Porque ficou muito gravado na minha cabeça quando duas amigas minhas me questionaram sobre o proveito que eu tinha tirado no Prepara, já que eu não passei na universidade e nem fiz o Enem. O Prepara me deu empoderamento, pessoas, responsabilidades e, com isso, me fez pensar que não é só por uma academia. Não é só um preparatório para o Enem. Eu não fiz nenhum dos três, não fiz vestibular, não tirei meu diploma de segundo grau e nem entrei numa academia, mas o Prepara me deu empoderamento, pessoas, responsabilidades. Ele deu a minha família de volta. (Vasconcellos, Luciana, 2018, p.160)

Se depender de mim, minhas filhas transvestigêneres terão um lugar para onde voltar de suas andanças e brigas contra o patriarcado e o machismo, base de todes opressões dessa sociedade cis-hetero. Se depender de mim, mes filhas transvestigêneres terão noites dançantes entre irmãos e irmãs. Se depender de mim, todes os dias serão domingo pres transvestigêneres. Se depender de mim, transvestigêneres sempre terão um lugar para onde fugir e para onde voltar. Que meu corpo aguente um pouco mais. Não é mais por mim. É por nós. É por um futuro mais inclusivo para cisgêneres e transvestigêneres. Até que sejamos apenas pessoas. Até que matemos o humano que inventaram no nosso cérebro e nos tornemos apenas ser. Sem definições que nos aprisionem. Sem definições que façam ressurgir o ódio. Sem definições que matem o amor entre iguais que sempre serão diferentes entre si. O afeto será o remédio e o amor vencerá o ódio.” (Indianarae, 2018, p.162)

O PreparaNem garantiu que pessoas travestis e transexuais circulassem em espaços muito machistas e com o decorrer da convivência, preconceitos foram sendo desconstruídos. A busca é sempre de que as pessoas LGBTQIAPN+ possam circular

livremente pela cidade sem sofrerem violências e agressões. O PreparaNem, desde sua primeira edição em 2013, somente não ocorreu em 2020 devido à pandemia do coronavírus - COVID-19.

3.2. CASANEM

A CasaNem é uma casa de acolhimento para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social. O objetivo da casa, além de abrigo para essas pessoas, é também de qualificação, estudo e formação de projetos. O projeto da CasaNem é um desdobramento do primeiro ano de pré-vestibular "PreparaNem". Em sua maioria, as pessoas que participaram do curso viviam situações de violência doméstica, familiar ou moravam em abrigos da prefeitura onde sofriam uma série de abusos levando a preferência para estar em situação de rua. Por isso a necessidade de criar uma casa de residência para o acolhimento direcionado para a população LGBTQIAPN+, sobretudo a população T. Como já havia afirmado, em setembro de 2020 a CasaNem ganhou concessão para um local definitivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro através do programa Rio Sem LGBTI Fobia, da Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social.

A CasaNem é formada por, em média, 30 pessoas acolhidas no abrigo, 50 pessoas que recebem atendimento da casa e por militantes que atuam de forma voluntária em diversas áreas: professores do PreparaNem (pré-vestibular e cursos técnicos), formação audiovisual e na equipe de comunicação da casa, militantes que atuam na formação política das pessoas que estão no abrigo, apoiando na mobilização para a participação nos fóruns, movimentos e na organização das manifestações de rua que a CasaNem apoia e realiza. O trabalho de militância na luta pelo direito à livre orientação sexual e identidade de gênero está presente em todas as instâncias dos projetos do Grupo TransRevolução. Debates sobre gênero, sexualidade e violência são sempre promovidos, seja por pesquisadores, seja por militantes da área da saúde, seja pelos próprios abrigados na casa. A CasaNem também é um espaço de escuta onde as pessoas se sentem seguras. "Lutamos para que no futuro, lugares como a CasaNem possam ser apenas lugares de memória" (Indianarae, 2020).

A importância de pessoas LGBTQIA+ circularem, viverem com segurança na cidade é uma grande perspectiva do Grupo TransRevolução. Por isso, além do espaço da CasaNem, onde tem o abrigo, é importante as pessoas LGBTQIAPN+ circularem pela cidade com segurança, atuarem nos espaços e trabalharem. Por isso o trabalho da CasaNem vai além do abrigo, desenvolvendo projetos e parcerias que visem o acesso ao

trabalho produtivo de pessoas travestis e transexuais, não-binárias em diversos lugares da cidade.

Muitas pessoas acolhidas na CasaNem vivem com HIV-AIDS, o que traz a importância da manutenção das parcerias com instituições tão importantes como o Grupo pela Vidda e também a Fiocruz que, além do atendimento psicológico, também promove o atendimento médico clínico para as pessoas que estão abrigadas na CasaNem. A CasaNem também mantém relações e atividades assistenciais junto ao Fórum de HIV-AIDS do RJ.

A formação política promovida pelo Grupo TransRevolução para pessoas acolhidas na CasaNem trouxe resultados importantes como o Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro (Fórum TT RJ), liderado por Wescla Vasconcelos, cearense que viveu em 2016 na CasaNem. Não é difícil encontrar pessoas que passaram no acolhimento da CasaNem se mobilizando politicamente para a manutenção da transexualidade e do transativismo. A Wescla, por exemplo, além de fundar o Fórum TT, também já atuou como assessora parlamentar da então vereadora Tainá de Paula. O fórum nasceu em 2017 pelo engajamento de

sete ativistas transexuais e travestis formadas na CasaNem de diferentes gerações com o objetivo principal de firmar posição contra transfobia e intersexofobia e outras lutas correlatas a população trans no Rio de Janeiro. Hoje esses projetos são referência no Estado do Rio de Janeiro no debate sobre transexualidade e acesso a Direitos Humanos.” (Fala de Wescla Vasconcelos, liderança do Fórum TT em reunião na Associação Urutu de Cultura e Direitos Humanos, 13, setembro, 2021)

A Associação Grupo TransRevolução promove ações e projetos na CasaNem que colaboram para o bem-estar das pessoas acolhidas. Se apoia em recursos como a vaquinha online na perspectiva de contribuir com a manutenção da casa. A ONG também proporciona parcerias para a realização de projetos da CasaNem e inscrição em editais. Podemos citar como parceiros: 1) o Fórum das Pastorais de Favelas estiveram presentes para garantir frente à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social do RJ; 2) o Conselho Tutelar - Instituição governamental esteve sempre de prontidão para orientação do acolhimento de menores LGBTQ+ que passaram pela CasaNem que sofreram da migração forçada com suas respectivas mães; 3) a Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual da prefeitura do Rio de Janeiro (CEDES-Rio) foi uma importante auxiliadora na construção do projeto KuzinhaNem em parceria com o Palco Lapa; 4)

Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (Fórum TT), como fórum que apoia o projeto CasaNem, em todas suas instâncias, e muitas ativistas ajudam a organizar as pessoas abrigadas pela casa para a participação no Fórum; e 5) Fundação Oswaldo Cruz - A rede de saúde que acolhe e cuida da saúde de pessoas acolhidas na CasaNem, através do laboratório LAPCLIN implementado nessa instituição.

3.3. KUZINHANEM

A CozinhaNem iniciou suas atividades em 2019 como parte do PreparaNem que realizou um curso de culinária vegana. O Institute Trans Found e a Organização Internacional do Trabalho no projeto Cozinha & Voz, apoiaram o projeto CozinhaNem através da parceria feita pelo Grupo Transrevolução em 2019. Esse projeto contou com a qualificação das pessoas acolhidas na CasaNem onde foi ofertado um curso de culinária vegana e as pessoas que participaram da formação também receberam auxílio financeiro para ajuda de custo.

A CozinhaNem em 2021 se tornou o primeiro empreendimento de culinária vegana liderado por travestis e transexuais na cidade do Rio de Janeiro. O projeto possuía os seguintes objetivos: alimentação diária das trinta pessoas (em média) que estavam em acolhimento na CasaNem; cozinha solidária de distribuição de quinhentas quentinhas semanais congeladas para mães solas e em ocupações ligadas à Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST); geração de renda para as pessoas que trabalham no projeto e fortalecimento institucional da CasaNem (pagamentos de contas e manutenção da casa de acolhimento). A viabilidade desse projeto se deu devido a parceria com o espaço Palco Lapa 145 que começou em dezembro de 2020 através da sociedade entre a proprietária do Palco Lapa e Indianarae Siqueira (liderança do movimento social trans ativista desde sua fundação na década de 1990 e também presidente do TransRevolução e pessoa que idealizou e mantém o cargo de coordenação dos projetos da organização). O Palco Lapa desde o tempo em que a CasaNem garantia a moradia das pessoas em acolhimento através de ocupações

Sempre recebeu as pessoas da casa com muito afeto e cuidando para que fosse um local onde as pessoas LGBTIA+ não sofressem de LGBTIFobias. Sempre foi um local que as pessoas da Nem frequentavam, onde tinham saraus de poesia e apresentações das travestis. Onde sociáizávamos sem medo de sofrermos crimes de ódio. (Fala de Indianarae Siqueira em reunião no Palco Lapa, Rua da Lapa, em 29 mar. 2021)

Em setembro de 2020, através do programa Estadual de Combate à Violência e a Discriminação a Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Intersexual - Rio Sem LGBTIfobia, a CasaNem ganha cessão por 5 anos de um espaço para sediar a casa de acolhimento. A saída de ocupações é marcada pelo reconhecimento que o Estado tem sobre a função social do projeto. No entanto, implicou em custos que não existiam, a exemplo das contas de água e energia elétrica. O espaço cedido também não possuía estrutura para manter uma cozinha que suportasse a produção das refeições diárias para trinta pessoas. A ideia do empreendimento, além de garantir trabalho e renda de pessoas transvestigêneres que já passaram pelo acolhimento da CasaNem também seria para garantir um local para produção dessas refeições. Para além disso, uma proposta de divisão dos excedentes do empreendimento, que será avaliada mais adiante.

A KuzinhaNem, desde janeiro de 2021 a julho de 2022, funcionou em parceria com o espaço cultural Palco Lapa. A estrutura da cozinha foi montada no estabelecimento, foi criado um cardápio e a KuzinhaNem funcionou como um empreendimento de economia popular com gestão participativa onde as pessoas LGBTQIAPN+ da CasaNem aprenderam a cozinhar, cozinham e através do ifood, o delivery foi o formato encontrado para iniciar as vendas do empreendimento durante o período de isolamento social gerado pela pandemia da COVID-19 no primeiro semestre de 2021. A KuzinhaNem também garantiu a alimentação diária das pessoas que estavam acolhidas na CasaNem e de pessoas que não estavam acolhidas através de distribuição de cestas básicas. Em suma, a KuzinhaNem : i) forneceu as refeições diárias das pessoas que estão em acolhimento na CasaNem (economia doméstica / trabalho de reprodução); ii) arrecadou e distribuiu alimentos para pessoas em vulnerabilidade (cozinha solidária); iii) vendeu refeições e lanches veganos no espaço Palco Lapa (empreendimento popular).

O projeto KuzinhaNem foi adiante apenas depois do recurso conseguido em 2019 que possibilitou a compra de equipamentos industriais, como forno e fogões, assadeiras para a montagem da cozinha. O projeto foi importante para garantir a manutenção da vida das pessoas que estavam no acolhimento da CasaNem e se desdobra em um projeto de empreendimento que objetivou a geração de trabalho e renda de travestis e transexuais. Vale ressaltar que a KuzinhaNem se torna o primeiro empreendimento vegano protagonizado por travestis na cidade do Rio de Janeiro.

A KuzinhaNem recebeu insumos de diversas instituições e empresas privadas, como por exemplo, o ASSAÍ atacadista, que forneceu semanalmente legumes e verduras, o que possibilitou o almoço e o jantar das pessoas em acolhimento na

CasaNem e a distribuição de alimentos para pessoas em vulnerabilidade do entorno do Palco Lapa.

Agora que já temos em vista toda a narrativa histórica da criação da KuzinhaNem, entraremos na análise propriamente dita do nosso objeto de estudo, a saber: a experiência da cozinha popular transvertigênere KuzinhaNem. Para tal análise decidimos usar: a) a “metodologia da sistematização de experiências” de Oscar Jara Holliday, b) as ideias freirianas ligadas à dialogicidade, e c) o conceito de “reprodução ampliada da vida” de Coraggio (onde se entende as unidades domésticas não apenas as famílias nucleares mas também os projetos e as redes de ajuda mútua). Em suma buscaremos analisar a KuzinhaNem como sendo um empreendimento popular que é baseado e gerido nas e por decisões coletivizadas tal qual uma economia doméstica. Defendemos que a KuzinhaNem não é apenas um empreendimento de trabalho produtivo (para geração de trabalho e renda), mas também um projeto de reprodução para a manutenção da vida das pessoas em acolhimento na CasaNem (unidade doméstica).

A “sistematização de experiências” vai nos ajudar a compreender melhor a prática na KuzinhaNem, extrair os ensinamentos e conduzir a uma reflexão e análise da nossa prática nesse projeto, além de me possibilitar a compreensão de como a produção do trabalho pode estar aliada a reprodução (doméstica) do trabalho. Através dessa metodologia pretendemos olhar para o processo, entender a dinâmica e como se sucedem as práticas. Vale ressaltar que foi formulado um plano de trabalho, utilizando anotações do dia a dia da cozinha e de todo o trabalho necessário para manter a estrutura e a logística do projeto, foram feitas reuniões semanais com o objetivo de identificar quais são as maiores dificuldades e com objetivo de analisar de forma coletiva, a partir das diferentes visões das pessoas envolvidas, os processos que envolvem a gestão projeto/empreendimento.

4 A EXPERIÊNCIA NA KUZINHANEM

Neste capítulo proponho como reflexão teórica e prática analisar a interação dinâmica entre o econômico e o social tendo como objeto de estudo a iniciativa da CozinhaNem. O projeto definiu a finalidade da gestão e o próprio modo de operar a gestão, tendo em vista o caminho metodológico proposto por Holliday (2006): a sistematização da experiência. Neste sentido, busquei apropriar-me da experiência vivida como participante do projeto com a intenção de compartilhar o aprendizado. Lembrando que, para o autor, sistematizar uma experiência depende de concretude e compreensão do processo. Eu, enquanto participante, tive o privilégio de ter uma experiência prática do processo e tenho a impressão que pude conduzir uma reflexão teórica dos conhecimentos sem abandonar a prática. Visto que compreender e melhorar a prática é um dos objetivos de uma sistematização de experiências proposta por Holliday.

O projeto da CozinhaNem, além de objetivar a alimentação das pessoas acolhidas na CasaNem, também tinha como objetivo alcançar a sustentabilidade econômica para que assim fosse gerada renda a partir de uma proposta de divisão do lucro. Vou descrever como esse processo foi realizado para, em seguida, aprofundar algumas análises a partir de questões geradas neste percurso - não os conflitos entre capital e trabalho -, mas os conflitos a partir de tensionamentos gerados entre as atividades de produção e de reprodução.

O propósito da iniciativa CozinhaNem era a de ser um empreendimento de culinária vegana no qual a expectativa era gerar renda para o sustento das pessoas envolvidas e para a manutenção da CasaNem; porém a CozinhaNem não chegou a alcançar a almejada receita para que pudesse ter sido colocada em prática a proposta de sua divisão. Detalharemos esse fato mais adiante. Certo é que mesmo não alcançando a receita, poderemos trazer aqui algumas proposições econômicas deste projeto de empreendimento transvestigênere para mostrar o que ele tem de original.

A CozinhaNem funcionou no Palco Lapa 145 durante um ano e meio: janeiro de 2021 a junho de 2022. A CasaNem em junho de 2022 encaminhou as pessoas que estavam no abrigo para outras casas de acolhimento da REBRACA LGBTIA+ devido a necessidades de realização de obras estruturais no espaço. O imóvel estava em risco e não retirar as pessoas de lá colocaria as pessoas abrigadas em risco. Por isso, a CozinhaNem foi interrompida junto com o encerramento temporário da casa de

acolhimento e vou trabalhar com o recorte temporal de funcionamento pleno da KuzinhaNem enquanto proposta de empreendimento popular.

A sistematização da experiência foi realizada a partir de minha vivência direta como trabalhadora do projeto durante o primeiro semestre de 2021, e contou com ajuda de áudios gravados, das anotações feitas durante esse período em que estive presente como pesquisadora e participante. A partir do segundo semestre de 2021 até meados de 2022, mesmo tendo participação pontual em reuniões e em eventos realizados, eu já não era mais participante do projeto e não tinha mais a experiência concreta em si. Mas, por continuar associada ao Grupo TransRevolução, trabalhando na captação de recursos e assessora de planejamento e gestão dos projetos, continuei tendo acesso aos dados da organização como: extratos bancários, google drive com fotos, documentos, e-mails da organização.

A primeira questão que irei discorrer é sobre as condições institucionais que foram estruturadas para que fosse possível iniciar a KuzinhaNem, enquanto empreendimento econômico estabelecido nas dependências do Palco Lapa 145. Condições que não foram realizadas pelo Grupo TransRevolução, mas por Indianarae Siqueira. Como já descrito, Indianarae é uma liderança nacional, trans ativista que também é presidente do TransRevolução e a pessoa que idealizou todos os projetos da organização. Tais condições foram estruturadas por ela e apresentam uma interação interessante entre o econômico e o social que definem o propósito da KuzinhaNem em ser um empreendimento econômico popular. Em especial um recorte interseccional não convencional do empreendimento que se funde entre pessoas transvestigêneres, militantes ativistas, pessoas físicas, pessoa jurídica sem fins lucrativos, pessoa jurídica com fins lucrativos. Essas condições institucionais estruturadas por Indianarae trouxeram a viabilidade para o projeto KuzinhaNem ser iniciado.

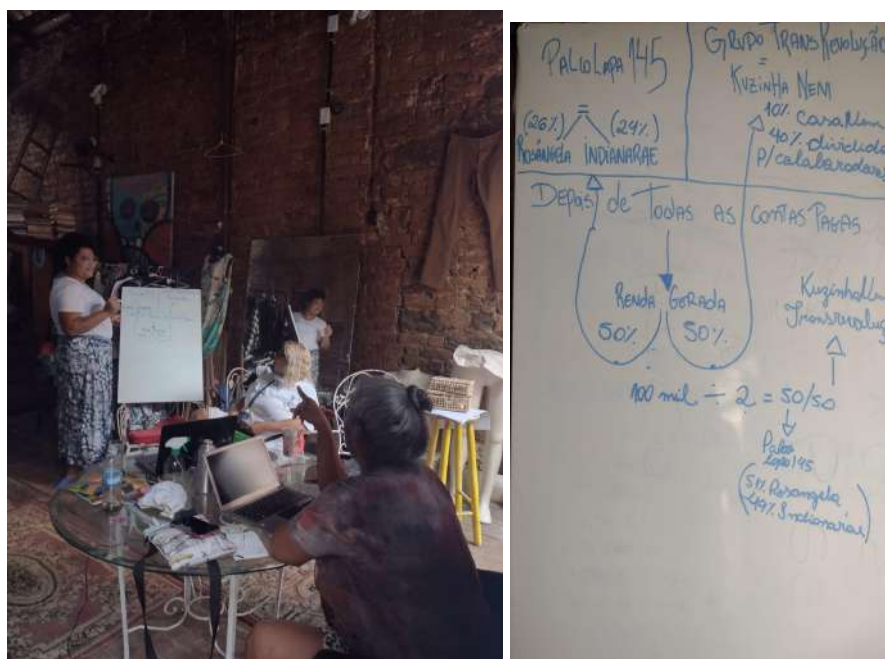
O projeto KuzinhaNem recebeu recursos do TransRevolução, porém só foi possível de ser realizado nas dependências do espaço Palco Lapa 145 após Indianarae se tornar sócia de 49% do estabelecimento em dezembro de 2020. Essa sociedade não foi formalizada em contrato, porém a compra de 49% do ponto foi financiada por Indianarae. O Palco Lapa já possuía CNPJ enquadrado na categoria de bar e restaurante desde 2003. Indianarae estabeleceu três condições para efetivar a sociedade: a primeira foi modificar a produção do cardápio oferecido pelo restaurante para se tornar exclusivamente vegano, a segunda era que o local deveria produzir o almoço e o jantar das pessoas acolhidas na CasaNem diariamente e a terceira foi a do estabelecimento incluir travestis e transexuais trabalhando no espaço.

Vale lembrar, que, neste acordo de sociedade, a condição estabelecida pela sócia majoritária do Palco Lapa 145 (51%) foi a de manter no empreendimento as duas pessoas que ali já trabalhavam. Não é o foco desta pesquisa realizar um estudo sobre as mudanças ocorridas na operacionalização da gestão do Palco Lapa 145, porém, esses acordos estabelecidos para efetivação da sociedade geraram alguns tensionamentos. A partir de agora, a divisão de poder acerca das tomadas de decisão do Palco Lapa, incluíam as necessidades econômicas de um outro empreendimento que funcionaria dentro do estabelecimento Palco Lapa 145: a KuzinhaNem.

Essa divisão acarretou num dado importante sobre uma forma de operacionalização da gestão de um empreendimento que se funde com outro. A KuzinhaNem passava a operar a partir do possível lucro gerado pelo Palco Lapa, porém a parte que compete a sócia Indianarae Siqueira, ou seja, a KuzinhaNem só pode ser operacionalizada dentro dos 49% do Palco Lapa. O acordo foi realizado exclusivamente entre as duas sócias e essas condições estabelecidas entre elas foram apresentadas por Indianarae, em reunião gravada. A KuzinhaNem então é um projeto de empreendimento popular que possui particularidades específicas criadas a partir de condições institucionais estruturadas dentro de um outro estabelecimento comercial.

A KuzinhaNem funcionou durante um ano e meio e a autonomia econômica não foi alcançada. Percebemos que, mesmo não "dando certo" sob o ponto de vista financeiro, ao planejar a divisão do lucro, as pessoas ali envolvidas no projeto, puderam vivenciar práticas que se aproximam de proposições econômicas apresentadas em empreendimentos populares e solidários. Como as pessoas envolvidas no projeto eram em última instância seus próprios "patrões" e estavam mais interessadas na sua subsistência e na manutenção da CasaNem, aquilo que seria apenas geração de "lucro" passa a ser também uma prática cooperativa de reprodução para a manutenção da vida de determinado grupo social. Mesmo que "financeiramente" não tenha "dado certo" a experiência da KuzinhaNem acaba gerando uma rica experiência pedagógica, em matéria de experiências cooperativas nas bases de uma economia popular e solidária. Enquanto as práticas econômicas do modo de produção capitalista promovem competitividade entre trabalhadores, as práticas econômicas populares e solidárias promovem cooperação entre trabalhadores - e penso que foi assim que ocorreu na KuzinhaNem.

Figura 6 - Reunião no Palco Lapa / KuzinhaNem



Fonte: Compilação da autora¹⁴

Figura 7 - Reunião no Palco Lapa / KuzinhaNem



Fonte: Fotografia tirada pela autora, 2021.

A atividade para geração de renda seria o foco da sistematização da experiência realizada na KuzinhaNem. Porém, o fato interessante a ser pontuado é que a KuzinhaNem precisava também efetuar uma tarefa importante: o fornecimento das refeições diárias para as pessoas acolhidas na CasaNem, que aqui entendemos como

¹⁴ Montagem a partir de fotografias realizadas pela autora em 2021

uma atividade elementar que integra uma atividade do trabalho de reprodução necessário para a manutenção da vida.

O primeiro problema encontrado entre produção e reprodução do trabalho foi manter o critério de sustentabilidade nesta pesquisa apenas pelo viés da autonomia financeira. O critério de sustentabilidade pensado estritamente para alcançar a autonomia econômica a fim de gerar renda não basta para analisar o trabalho desenvolvido na KuzinhaNem. É preciso pensar que o empreendimento "deu certo" pelo viés da reprodução para a manutenção da vida. Em outras palavras, as pessoas abrigadas na CasaNem foram alimentadas durante todo esse período pela comida produzida e fornecida pela KuzinhaNem.

Além de garantir a manutenção da vida das pessoas atendidas pela CasaNem, podemos assinalar a relevância da proposta econômica da KuzinhaNem que envolveu a participação de trabalhadores nos debates relativos às questões operacionais de gestão. O empreendimento teve "sucesso" e é sustentável tanto no sentido de ter alimentado as pessoas abrigadas quanto no sentido de que todos os processos de produção relacionados à construção de um restaurante vegano, envolviam atividades específicas que foram pensadas e debatidas em grupo. Exemplos dessas atividades foram a montagem de um cardápio, a decisão pelos preços, as formas de divulgação, etc.

Assim, a gestão do empreendimento também trouxe uma questão interessante para a análise aqui desenvolvida que é a aplicação de um critério de sustentabilidade que seja coerente (Coraggio, 2009) com o objeto desta pesquisa. O objetivo da autonomia econômica da KuzinhaNem, sem dúvida expõe uma proposta que confronta a lógica da exploração capitalista. Para ser sustentável, o restaurante também precisa manter o fornecimento de refeições diárias para as pessoas que estão na casa de acolhimento.

Vale lembrar ainda que ao final do projeto várias pessoas acabaram passando por uma formação para o trabalho de produção de comidas veganas, um trabalho especializado e complexo com suas especificidades. A ONG TransRevolução financiou o projeto do empreendimento para as pessoas aprenderem enquanto trabalhavam, efetuando o pagamento de auxílio financeiro denominado "bolsas" mesmo sem ter lucro. Certo é que não podemos, no caso da KuzinhaNem, reduzir o critério de sustentabilidade à autonomia financeira apenas, devemos pensar também na formação para autonomia no trabalho. A experiência da KuzinhaNem evidenciou que, além de preconizar as práticas financeiras, os empreendimentos poderiam ou deveriam também preconizar a formação, a educação de trabalhadores envolvidos. Na perspectiva das análises realizadas no campo da economia popular e solidária, as decisões domésticas, que são identificadas

como provedoras essenciais de valores que implicam em formas de organização do trabalho, podem beneficiar a formação de futuros gestores e trabalhadores.

O acordo de sociedade realizado entre Indianarae Siqueira e a outra parte trouxe também um tensionamento de expectativas: por um lado, a atividade de cozinhar atua diretamente na reprodução da vida das pessoas da CasaNem, mas significa, para outra parte, apenas a finalidade de geração de lucro. As duas partes selaram o acordo informal da sociedade em transformar o estabelecimento em um local de produção exclusivamente vegano, mas a outra sócia não topou a proposta cooperativista da divisão do lucro.

A divisão do trabalho foi formulada a partir de uma lista de tarefas determinadas como necessárias para o funcionamento do projeto: quantas e quais pessoas seriam elencadas para realizar o trabalho na cozinha; quantas e quais pessoas seriam elencadas para realizar o trabalho da limpeza e organização do espaço, quantas e quais pessoas seriam responsáveis por realizar o trabalho da comunicação (que objetivava divulgar o empreendimento em busca de consumidores veganos) e finalmente quantas e quais pessoas seriam responsáveis pelo trabalho de organização financeira (que objetivou analisar o processo e entender a quantidade de receitas que deveriam ser geradas para alcançar a autonomia econômica).

Eu não participava das tarefas de produção realizadas diariamente no local apesar de ter participado de mutirões de limpeza e organização do espaço. Foi-me atribuída a tarefa de buscar recursos através do TransRevolução para que existisse uma condição institucional inicial que pudesse garantir uma remuneração mensal a ser destinada para cada participante. A captação de recursos foi realizada através da pesquisa de editais públicos onde submeti através do CNPJ do TransRevolução os projetos CasaNem e KuzinhaNem. O objetivo do meu trabalho como contribuição na experiência foi de garantir recursos necessários para o pagamento de, ao menos, o valor de um salário mínimo mensal, para as pessoas que estavam trabalhando e não moravam na CasaNem, que na época (2021 e 2022) era R\$1200. Já para as pessoas que estavam trabalhando no empreendimento e que moravam na CasaNem o valor era reduzido pela metade (600 reais) pois as pessoas que recebiam esse valor não tinham custos com moradia, alimentação e transporte.

Esses valores aqui expostos foram debatidos e decididos em assembleia pelos participantes do projeto e foram pensados como sendo os valores e as condições mínimas para que as pessoas pudessem se dedicar ao projeto. A ideia era que o TransRevolução criasse uma condição institucional proporcionando auxílio financeiro enquanto o empreendimento não alcançasse a sua sustentabilidade econômica para que

assim, o lucro fosse dividido. Aqui vale destacar que o acordo feito em reunião era de que o esperado excedente gerado a partir das vendas seria contabilizado após pagamento dos custos do estabelecimento (custos de manutenção: contas de consumo, compra de insumos, materiais de limpeza) e também as contas básicas de consumo da CasaNem (energia elétrica e água).

O primeiro edital aprovado obteve um recurso total no valor de cinquenta mil reais. Este era um edital do Fundo Elas+, no qual o orçamento poderia ser manejado de forma flexível e não foi necessário apresentar uma planilha orçamentária na submissão do edital. Os gastos poderiam ser realizados livremente sem precisar de aprovação prévia de destinação de recursos por parte da organização financiadora, mas a realização da prestação de contas com discriminação dos gastos reunindo notas fiscais e comprovantes bancários organizados em planilha eram necessárias para a prestação de contas. Também foi elaborado e encaminhado para o fundo financiador um relatório narrativo que tinha como base um documento com perguntas sobre como foi o processo ali realizado. O edital garantiu o funcionamento do projeto nos primeiros quatro meses e, além do auxílio financeiro para participantes da CozinhaNem, também contou com auxílio financeiro para pessoas que realizavam atividades na CasaNem, a saber, a portaria da casa e a governança que exercia a função de coordenar a distribuição das tarefas de reprodução relacionadas a limpeza e organização da casa de acolhimento.

Minha participação na gestão do empreendimento ocorreu nos primeiros seis meses do projeto, que envolveu a organização dos gastos do empreendimento em uma planilha que continha as despesas e as receitas. Também como parte da tarefa estava a apresentação do resumo financeiro semanal nas reuniões. Para isso, foi criado um grupo de *whatsapp* para realizar a comunicação interna de trabalhadores da CozinhaNem onde as fotos das notas fiscais de compras e também as anotações e extratos da conta bancária foram enviadas para o controle das receitas e as despesas geradas.

Um panorama relevante a respeito da CozinhaNem é que também podemos enquadrá-lo no setor de bares e restaurantes. Vale notar que, durante a pandemia de COVID-19 e conforme nos informa Larghi (2020)¹⁵, neste setor os “Pedidos de comida por delivery aumentaram 77% nas duas primeiras semanas de março; simultaneamente, o número de entregadores e restaurantes cadastrados em aplicativos também cresceu”. O delivery tornou-se assim uma saída econômica para o setor, devido às restrições para controle da proliferação do coronavírus. Lembrando que o projeto CozinhaNem se iniciou

¹⁵ Disponível em:

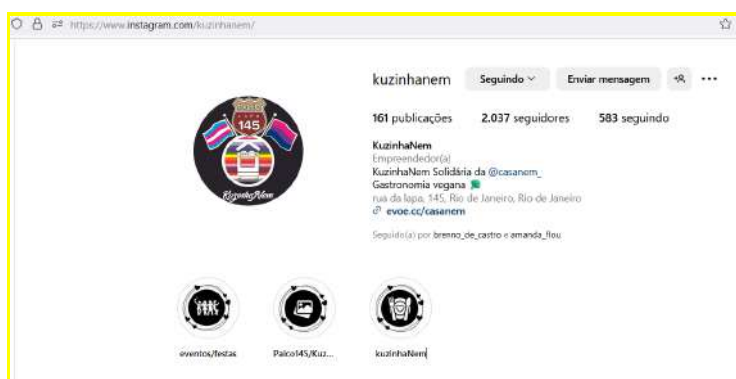
<https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreenda-se/noticia/2020/04/02/com-quarentena-apps-de-entregas-sao-oportunidade-para-trabalhadores-e-comercios.ghtml>. Acesso em 02 ago. 2024,

durante a pandemia e funcionou nos primeiros seis meses apenas através de delivery. É interessante notar a utilização de uma tecnologia convencional utilizada na KuzinhaNem (que aqui é entendida e apresentada como uma tecnologia social) com bases estruturadas na autogestão e na auto organização. Tomamos como base o conceito de tecnologias sociais abordadas pelos autores Dagnino, Vasconcellos, Dias & Fraga (2009), a qual define tecnologias sociais como:

Resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo. (Dagnino, 2009, pg.37)

Ao contrário de muitos restaurantes e bares que fecharam durante a pandemia, a KuzinhaNem se inicia neste período exclusivamente como um restaurante delivery. Foi criada uma conta no aplicativo *Ifood* e a KuzinhaNem possuía um celular destinado a receber pedidos através de ligação telefônica e *whatsapp*. Também foi criado um perfil no instagram que teve como objetivo a divulgação do empreendimento. Mesmo a KuzinhaNem aqui se apresentando como uma tecnologia social, é importante ressaltarmos a utilização dessas tecnologias convencionais (aplicativo de entrega de comida, telefone e redes sociais) acima citadas para que o projeto se desenvolvesse no início da pandemia.

Figura 8 - Perfil da KuzinhaNem no Instagram



Fonte: Página da KuzinhaNem no Instagram.¹⁶

Como poderemos perceber nas imagens a seguir, as pessoas que estavam envolvidas na produção da cozinha participaram de oficinas educacionais e realizaram

¹⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/kuzinhanem/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

experimentações culinárias no campo da culinária vegana que resultaram em um cardápio diferenciado desenvolvido exclusivamente para as vendas no *delivery* (aplicativo de entrega, chamadas de telefone e pedidos por *whatsapp*), a saber, caldos de diferentes sabores, coxinha vegana a base de carne de jaca, pizzas veganas etc. Lembrando que essas experimentações possibilitaram a criação de ingredientes que puderam substituir o queijo, e possibilitaram a criação de hambúrgueres feitos à base de vegetais. Gerando, como afirmamos antes, uma experiência pedagógica que vai muito além do simples ganho financeiro.

Figura 9 - Oficina de refeições veganas



Fonte: Fotografia do acervo Grupo TransRevolução, 2021.

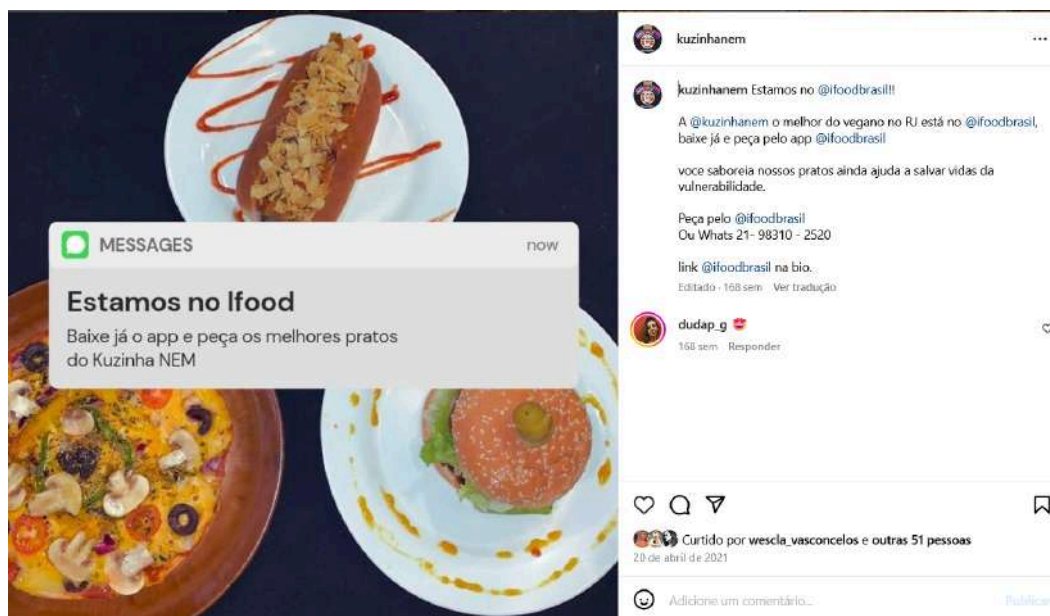
Figura 10 - Divulgação da pizza vegana produzida na KuzinhaNem



Fonte: Página da KuzinhaNem no Instagram, 2021.¹⁷

¹⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CN5g0zjpwNu/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Figura 11 - Divulgação da KuzinhaNem no Ifood.



Fonte: Página da KuzinhaNem no Instagram, 2021.¹⁸

Figura 12 - Divulgação do hambúrguer vegano produzido na KuzinhaNem.



Fonte: Página da KuzinhaNem no Instagram, 2021.¹⁹

¹⁸ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CN5s_upxeB/. Acesso em: 19 jul. 2024.

¹⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CN73hsxpI3o/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Figura 13 - Divulgação da sopa produzida na KuzinhaNem.



Fonte: Página da KuzinhaNem no Instagram, 2021.²⁰

No final do período de seis meses do projeto KuzinhaNem, as vendas no *delivery* tiveram uma média contabilizada de dois a seis pedidos mensais. Semanalmente eram entre zero a dois pedidos feitos pelo *Ifood*. Esse processo afetou a auto estima do coletivo que estava trabalhando que apresentaram uma redução da expectativa de que o empreendimento pudesse, algum dia, alcançar sua autonomia financeira. Esse contexto de baixa demanda também nos apresentou um segundo problema gerado nesta interação dinâmica entre o trabalho produtivo e reprodutivo realizados na KuzinhaNem: a questão do reconhecimento. Reconhecimento aqui entendido como resposta social necessária para que seja efetivada uma valorização do trabalho e do trabalhador. Reconhecimento entendido como algo externo ao trabalho mas que afeta não só a qualidade do trabalho produzido, mas que também legitima a importância da manutenção do trabalho.

A questão do reconhecimento é algo historicamente importante para os movimentos sociais trans ativistas e neste caso, demonstra a importância da necessidade do outro (a sociedade) reconhecer as identidades trans como um aspecto fundamental da existência digna. É o reconhecimento como marcador fundamental de identidade. O direito ao uso do nome social conquistado na década de 90 e o direito da requalificação civil em 2020 são exemplos de que a luta por reconhecimento identitário acarretou mudanças substanciais na promoção de direitos civis de travestis e transexuais.

²⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQuWyMxpPNV/>. Acesso em 19 jul. 2024.

No caso do meu estudo, estamos tratando de mais um outro aspecto do reconhecimento, aquele que acontece no âmbito da produção e reprodução abarcados pelo projeto da KuzinhaNem, e que envolvem a necessidade do reconhecimento social como uma forma de valorização do trabalho ali executado e a concretização das expectativas das pessoas envolvidas. Como vimos anteriormente, as trans ativistas se reconhecem enquanto transfeministas e travam uma batalha para que a sociedade reconheça as identidades trans. Essa luta por reconhecimento nos mostrou respostas interseccionais impressionantes em relação à promoção de direitos. Então aqui é interessante analisarmos as mudanças geradas na própria KuzinhaNem que aconteceram a partir desse conflito acerca da frustração das expectativas e da necessidade do reconhecimento. Do lado da produção, a falta de reconhecimento é pontuada na KuzinhaNem pela ausência de vendas necessárias para alcançar a autonomia financeira. E que essa ausência interfere diretamente na finalidade do empreendimento obter lucro.

No que tange a atividade da reprodução, as pessoas acolhidas na CasaNem demonstraram insatisfação com o fato das comidas fornecidas para elas se alimentarem serem exclusivamente veganas posto que, a maioria das pessoas eram carnívoras. Qual seria então, o reconhecimento social necessário para que a KuzinhaNem permanecesse desenvolvendo suas atividades? Nas reuniões percebemos que o reconhecimento se daria a partir de duas questões: a primeira seria uma maior quantidade de vendas suficientes para geração de lucro, e a segunda seria a satisfação das pessoas da CasaNem em relação às refeições fornecidas.

Essa dupla questão do reconhecimento proporcionou algumas mudanças na KuzinhaNem. Alguns participantes desistiram de permanecer no projeto e as pessoas que permaneceram começaram a traçar outras perspectivas de atuação na produção do empreendimento KuzinhaNem, em busca de um maior reconhecimento do trabalho ali realizado. Essas outras perspectivas foram traçadas durante intensos debates nas reuniões semanais onde a decisão foi de que o trabalho ali produzido não deveria mais estar focado unicamente como um restaurante vegano. Porém a questão do veganismo era inegociável para a liderança da organização (Indianarae) que, como vimos anteriormente, fazia parte de uma condição para que a sociedade do Palco Lapa fosse realizada.

A solução então encontrada foi dar início à produção de eventos políticos e culturais voltados para o público LGBTQIAPN+. O foco do empreendimento, que até então era exclusivamente um restaurante vegano, liderado por pessoas transvestigêneres, agora se desdobraria em um local de produção de eventos políticos e

culturais, onde também é servido um cardápio vegano. Nesses eventos buscava-se prioritariamente valorizar a cultura LGBTQIAPN+, sobretudo a cultura trans, dando oportunidade para as pessoas acolhidas se apresentarem e desenvolverem projetos culturais no mesmo espaço do Palco Lapa / KuzinhaNem.

Nos primeiros seis meses, me dispus a ser participante ativa do projeto, para assim sistematizar a experiência de forma mais plena para esta pesquisa. Após esse período, não participei mais ativamente das reuniões e nem tomei conhecimento das planilhas financeiras do empreendimento, porém concluí que a transformação da KuzinhaNem em espaço de cultura LGBTQIAPN+ reunia condições favoráveis para que a KuzinhaNem alcançasse seu objetivo de gerar pelo menos, o duplo reconhecimento buscado pelos participantes.

Analisamos como a KuzinhaNem vem se organizando para dar conta, simultaneamente, das atividades de produção e reprodução da vida, para entender como ali se manifestam os tensionamentos entre essas duas áreas do trabalho, e como as pessoas ali envolvidas lidam com essas questões. Até agora, foram abordadas duas questões na produção e reprodução do trabalho. O primeiro é a questão da sustentabilidade econômica como critério único de sustentabilidade e o segundo é a questão do reconhecimento como algo fundamental para a manutenção do trabalho. Essas questões foram vivenciadas, identificadas e marcaram o primeiro semestre do projeto de empreendimento da KuzinhaNem.

A partir do segundo semestre (2021/2) a KuzinhaNem abriu suas portas para receber o público local e houve mudanças em relação à equipe de trabalho. Tiveram as pessoas que foram embora, as que continuaram e as recém chegadas. Existiu um fluxo de pessoas que vão e vêm para trabalharem no projeto KuzinhaNem. Os dados coletados durante as pontuais reuniões que participei mostraram outras questões que provocaram outras mudanças. Anteriormente, as refeições feitas para alimentar as pessoas da CasaNem eram produzidas a partir da doação de fardos de alimentos recebidos pela Fiocruz e cestas básicas recebidas da ONG Ação e Cidadania. O cardápio anteriormente montado exclusivamente para as vendas por entrega (*delivery*) utilizava insumos comprados especialmente para tal. O *delivery* também funcionava para entregar a comida na CasaNem, uma vez que não era incentivada a saída das pessoas da casa por causa da pandemia.

Agora as pessoas acolhidas no abrigo da CasaNem começaram a se deslocar para realizar suas refeições nas dependências do espaço Palco Lapa/ KuzinhaNem. Um trajeto que leva vinte e cinco minutos para realizá-lo caminhando. Agora, o cardápio vendido não

era mais somente os lanches, pizzas e caldos. A KuzinhaNem, a partir do segundo semestre de 2021, se propunha a vender os “pratos do dia” para o público externo no período de almoço e jantar. E esses “pratos do dia” eram as mesmas refeições fornecidas para alimentar as pessoas abrigadas na CasaNem. “Daqui a ideia é pra sair um empreendedorismo social para que todo mundo ganhe. Não queremos dar só mais uma bolsa no valor de um salário mínimo. Se conseguirmos ter lucro, vamos dividir esse lucro.” Essa foi uma fala de Indianarae durante uma reunião realizada em outubro de 2021 onde novos participantes estavam chegando para trabalhar no projeto. Isso mostra que, mesmo com a mudança e equipe de trabalho na KuzinhaNem, o propósito de que ali se tornaria um empreendimento continuava existindo.

A seguir, serão apresentados alguns dos eventos culturais que ocorreram na KuzinhaNem em 2021.

Figura 14 - Performance artística de Biancka Fernandes na KuzinhaNem



Fonte: Página da KuzinhaNem no Instagram, 2021.²¹

Biancka Fernandes é uma referência trans no Rio de Janeiro. É atriz, pesquisadora, dramaturga, diretora e poetisa. Também atua como educadora comunitária na disseminação de informação sobre a prevenção ao HIV/AIDS junto a Fiocruz, onde realiza oficinas formativas. Além disso, Biancka é assessora jurídica da justiça itinerante

²¹ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CUsszh0J5mz/?img_index=1. Acesso em 19 jul. 2024

do Rio de Janeiro para a realização das requalificações civis e também compõe a coordenação de cultura do Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro.

Neste dia seis de outubro de 2021, Biancka foi convidada para se apresentar no Palco Lapa / KuzinhaNem e realizou uma performance teatral chamada “Cadê minha Bandeira”, de autoria própria onde traz à tona o caso de Dandara dos Santos, uma travesti que foi brutalmente assassinada em 2017 no Ceará. Neste evento, o público presente eram as pessoas abrigadas no acolhimento da CasaNem.

Figura 15 - Divulgação de Show da Mulher Banana na KuzinhaNem.



Fonte: Página da KuzinhaNem no Instagram.²²

A equipe de comunicação da KuzinhaNem convidou a Mulher Banana para se apresentar aos sábados no estabelecimento e assim ocorreu nos meses de novembro e dezembro de 2021. A Mulher Banana, também conhecida como Garota X, é uma MC de funk que canta músicas autorais. O público presente nos shows da Mulher Banana foram, em sua maioria, as pessoas acolhidas na CasaNem. Já podemos perceber que todas as apresentações culturais realizadas no estabelecimento estão sempre conectadas ao universo da cultura LGBTQIAPN+ - um importante recorte interseccional que sempre determinou as ações do Grupo TransRevolução e, agora, as ações do estabelecimento Palco Lapa / KuzinhaNem.

²² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXTfMWPlcWK/>. Acesso em 19 jul. 2024.

O que pude perceber da KuzinhaNem neste novo período pós isolamento social é que, mesmo agora o foco do empreendimento sendo em realizar eventos que promovam a cultura LGBTQIAPN+, sobretudo a cultura realizada por pessoas transvestigêneres, para busca de reconhecimento, também houve uma tentativa de aumento de maiores vendas no restaurante que agora passava a ofertar refeições diárias. Mas como eram produzidas essas refeições diárias? Houve um cardápio elaborado para que fossem criados esses “pratos do dia”? Para obter essas respostas, fui ao Palco Lapa em um dia de reunião onde a resposta foi: “Estamos sem recursos para comprar insumos. As refeições diárias são feitas exclusivamente com alimentos doados.” (Fala de Alixia Lianessy em reunião da KuzinhaNem gravada, Palco Lapa, em 14/10/2021)

O primeiro problema desses alimentos doados é que se resumem a alimentos de uma cesta básica: arroz, feijão, macarrão, eventualmente uma lentilha ou um grão de bico. Porém, isso não bastava para que fossem elaborados pratos veganos. A solução encontrada pelo Grupo TransRevolução foi encaminhar ofícios para diversos mercados e HortiFrutis com a intenção de conseguir doações de uma parte essencial da produção de refeições veganas: as verduras e os legumes. Rapidamente, o TransRevolução conseguiu parceria com o supermercado Assaí Atacadista que passou a doar caixas de legumes, verduras e frutas. O acordo de doação incluiu que o TransRevolução seria responsável pelos custos do transporte para que esses alimentos chegassem até o Palco Lapa/KuzinhaNem. Segunda feira então passou a ser o dia de receber essa doação. E as refeições então eram produzidas a partir dos alimentos que eram doados.

Assim, a KuzinhaNem permaneceu funcionando até o final de 2021: promovendo eventos culturais que valorizem a cultura e as lutas de LGBTQIAPN+, sobretudo transvestigêneres (T e N da sigla) e produzindo os “pratos do dia” que eram vendidos para o público externo e fornecidos para as pessoas beneficiárias do acolhimento da CasaNem. Um dado relevante desta produção diária é que também não houve adesão do público externo no consumo dessas refeições. Diariamente o que pude perceber é que ali estavam se alimentando as pessoas acolhidas na CasaNem, e também pessoas em situação de vulnerabilidade da região que pediam comida e também se sentavam ali e comiam o prato do dia. As vendas mensais de agosto a dezembro de 2021 variaram de cinco a zero pratos do dia vendidos para público externo. Nos eventos, o recurso advindo de vendas de bebidas, agora também incluía o pagamento de artistas que ali se apresentavam. Então, neste momento começo a perceber que a KuzinhaNem já não trabalha mais como empreendimento de culinária vegana que se propõe a gerar lucro para promoção de renda. Aqui vejo o projeto de empreendimento de culinária vegana se

transformando em uma cozinha social onde, diariamente são fornecidas refeições para pessoas que estão no acolhimento da CasaNem e pessoas da região que se encontram em vulnerabilidade.

Aqui eu gostaria de pontuar que houve outros três editais aprovados que puderam manter financeiramente o projeto. O financiamento foi usado no auxílio financeiro de participantes de projetos do TransRevolução, na compra de insumos que não foram recebidos por doações e pagamento de contas como aluguel, água e luz. Os editais aprovados foram: dois editais do Fundo Brasil de Direitos Humanos e um edital internacional do OutRight.

Chegamos então ao segundo ano do projeto KuzinhaNem (2022). Uma nova parceria foi estabelecida: a Gastromotiva é uma organização estabelecida a quatrocentos e cinquenta metros da KuzinhaNem e é uma ONG que possui como “objetivo levar refeições saudáveis e completas para população em situação de vulnerabilidade social”²³. A Gastromotiva passou a incluir na sua produção, um cardápio vegano onde eram entregues, semanalmente, quinhentas quentinhas para a KuzinhaNem. A partir de então, a produção da KuzinhaNem passa a ser realizada para consumo e venda apenas em quatro dias da semana. As refeições produzidas pela Gastromotiva eram entregues na KuzinhaNem todas as quintas-feiras de noite e a quantidade doada cobria a distribuição da KuzinhaNem nas sextas-feiras, sábados e domingos. As pessoas beneficiárias continuavam sendo as acolhidas na CasaNem e a população vulnerável do entorno.

Em janeiro de 2022 também ocorreu o retorno do projeto PreparaNem. Depois de ter ficado um ano pausado devido a pandemia, o preparatório para o ENEM retornou suas atividades e este ano também incluiu um curso de inglês. As pessoas que trabalhavam na KuzinhaNem também participaram do PreparaNem e isto só foi possível pela redução da produção de refeições na KuzinhaNem proporcionada pela parceria com a organização Gastromotiva.

²³ Disponível em: <https://gastromotiva.org/> acessado em 31 de julho de 2024.

Figura 16 - Aula Inaugural PreparaNem 2022.



Fonte: Acervo da Pesquisadora, 2022.

A aula Inaugural do PreparaNem em 2022 foi realizada nas dependências do Palco Lapa / KuzinhaNem. Além disso, diversas disciplinas do preparatório foram realizadas no espaço. A KuzinhaNem, neste ano, também passou a fornecer lanche e café para participantes do curso. Os cursos então eram realizados na CasaNem, espaço Palco Lapa / KuzinhaNem e também uma sala foi montada e o curso também possuía dias de realização nas dependências da Ocupação Benjamin Filho, localizada próximo a praça Tiradentes, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

No primeiro semestre de 2022, a CasaNem também viu crescer a necessidade de que fossem feitas reformas em sua estrutura. Especialmente no telhado e banheiros do espaço. Neste mesmo período, o primeiro albergue público da prefeitura voltado para a população LGBT foi inaugurado. Até o final do primeiro semestre daquele ano, o Grupo TransRevolução decidiu encaminhar a maioria das pessoas do acolhimento para outros locais. Apenas estava morando na CasaNem as pessoas bolsistas (receptoras de auxílio financeiro) para que os projetos continuassem. Apesar da redução de pessoas beneficiárias dos projetos da organização, ainda assim, haviam pessoas dedicadas à

produção da KuzinhaNem, pessoas dedicadas à área de comunicação dos projetos e pessoas que participaram das capacitações promovidas pelo PreparaNem. Os eventos culturais continuaram sendo realizados como demonstrarei abaixo:

Figura 17 - Divulgação de performance artística de Shipzy.



Fonte: Página da KuzinhaNem no Instagram, 2022.²⁴

Shipzy é artista não binária que se apresentou no Palco Lapa em fevereiro de 2022. O artista tem uma produção musical na qual experimenta sonorização eletrônica com poesias autorais. Foi o primeiro evento realizado no qual a produção da alimentação vegana não era o foco do empreendimento. Apesar do público ter sido em torno de 30 pessoas, sendo a maioria moradores da CasaNem, o evento foi elogiado por todas as pessoas presentes.

²⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CaH59S8FpfE/>. Acesso em 19 jul. 2024.

Figura 18 - Divulgação de evento de carnaval



Fonte: Página da KuzinhaNem no Instagram.²⁵

A KuzinhaNem também produziu um evento de carnaval e, desta vez, foi cobrado um valor de dez reais por pessoa mais um kilo de alimento não perecível para entrar no estabelecimento. Foi concedida gratuidade na entrada para travestis e transexuais. A arrecadação de alimentos também foi uma estratégia de arrecadação de alimentos, que foram usados tanto na produção das refeições quanto na distribuição para a população vulnerável do entorno. Neste dia diversos artistas LGBTQIAPN+ se apresentaram, como, por exemplo: a artista Didi Guerreiro, que possui performance com malabares de fogo; o artista Tyaro, que é cantor e bailarino; dentre outras pessoas. Em determinado momento do evento, o palco ficou aberto para pessoas se apresentarem de forma espontânea, o que levou as pessoas presentes a se encorajarem para se apresentarem. Neste dia, além das pessoas da CasaNem, que estavam presentes, um público espontâneo da Lapa e turistas que também entraram no estabelecimento.

²⁵ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CaSQP_9lslh/. Acesso em: 19 jul. 2024.

Figura 19 - Divulgação show Felipe Miranda.



Fonte: Página da KuzinhaNem no Instagram.²⁶

Felipe Miranda é um multi artista gay e realizou uma série de performances no Palco Lapa em oito de março de 2022 quando reuniu poesias autorais com canções. O foco da sua apresentação no espaço foi em apresentar o seu trabalho, que fala sobre a experiência do seu corpo gay na cidade. O evento, mais uma vez, contou com a presença das pessoas acolhidas na CasaNem e um público espontâneo transeunte da Lapa. Foi exigida apresentação de comprovante de vacinação contra COVID-19 para entrada no local. As pessoas em acolhimento na CasaNem, que formavam a maioria do público, haviam sido vacinadas na própria casa em uma ação coordenada com a Fiocruz.

²⁶ Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ca2bR3RJ_4p/. Acesso em: 19 jul. 2024.

Figura 20 - Divulgação da performance artística de Márcio Januário.



Fonte: Página da KuzinhaNem no Instagram.²⁷

As canções de amor de uma bixa velha é um espetáculo de teatro²⁸ e um show que traz questões existenciais de uma travesti preta a partir das vivências de homens cis gays na sociedade. No dia dezoito de abril de 2022, o evento cultural produzido no Palco Lapa / KuzinhaNem consistiu na apresentação do filme documentário²⁹ sobre *As canções de amor de uma bixa velha*, seguido de show de Márcio Januário junto com o violinista de seu espetáculo Vitor Trope. Mais uma vez, a maioria do público presente foram as pessoas acolhidas na CasaNem.

...criamos o show *As canções de amor de uma bicha velha*, elaboramos um repertório de música popular brasileira, no qual o enfoque desse repertório consiste em trabalhar as questões de gênero e sexualidade que gira em torno do movimento feminista e LGBT por meio da performance musical, principalmente em relação à questão do preconceito existente em nossa sociedade à homossexualidade masculina.³⁰

²⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cca2TderSTd/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

²⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QFBH78K-jfE>. Acesso em: 19 jul. 2024

²⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cBPuRCgasSI>. Acesso em: 19 jul. 2024

³⁰ Disponível em: <https://independent.academia.edu/VitorDeLimaTrope>. Acesso em: 19 jul. 2024

Figura 21 - Divulgação de lançamento do livro “Erótica: Versos Lésbicas”.



Fonte: Página da KuzinhaNem no Instagram.³¹

Desta vez, o evento cultural realizado foi o lançamento de um livro de poesias autorais de mulheres lésbicas e bissexuais brasileiras. Neste evento, além das pessoas do acolhimento da CasaNem, também esteve presente um público de pessoas convidadas pelas autoras do livro. Mesmo que nem todas as autoras estivessem presentes, porque o livro reúne mulheres de várias regiões do Brasil, houve público expressivo. Pela primeira vez, a maioria das pessoas presentes não era o grupo de pessoas em acolhimento na CasaNem. Além do lançamento do livro, o palco estava aberto com um microfone disponível e houve apresentações de performances, e recital de poesias do público presente.

³¹ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CczRcffOjMn/?img_index=1. Acesso em: 19 jul. 2024.

Figura 22 - Divulgação evento "Encontro Preparatório para Conferência Popular pelo direito à cidade".



Fonte: Página da KuzinhaNem no Instagram.³²

Este foi um evento de preparação para a Conferência Popular pelo Direito à Cidade que aconteceu nos dias 03, 04 e 05 de junho de 2022 em São Paulo. Este evento realizado no Palco Lapa no dia trinta de abril de 2022 teve como objetivo preparar LGBTQIAPN+ para incluir as pautas da comunidade no direito à cidade. O evento foi organizado com as casas de acolhimento de São Paulo que fazem parte da REBRACA LGBTIA+ e o público do evento foram as pessoas acolhidas na CasaNem, ex acolhidas da CasaNem, também esteve presente as representantes do Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro, as representantes do Instituto Trans da Maré, dentre outras lideranças trans do Rio de Janeiro. A ideia deste evento era preparar as lideranças trans e LGBTs para participarem da Conferência Popular pelo Direito à cidade em São Paulo.

³² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cc0dJEUrFHS/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

Figura 23 - Divulgação show R de Lucio.



Fonte: Página da KuzinhaNem no Instagram.³³

R de Lucio é um artista trans masculino que compõe músicas próprias e neste vinte de maio de 2022 apresentou seu show no Palco Lapa / KuzinhaNem. R de Lucio, na época era morador da CasaNem e veio refugiado da Argentina. A CasaNem também sempre acolheu, especialmente pessoas trans de outros países que também sofrem migração forçada devido aos mesmos problemas que travestis e transexuais sofrem no Brasil. Neste dia, o público presente eram as pessoas do acolhimento da CasaNem.

Em julho de 2022, o grupo TransRevolução estava sem recursos para manter as pessoas trabalhando diariamente na KuzinhaNem. A CasaNem também com o acolhimento reduzido para apenas bolsistas dos projetos. A busca da organização estava focada em angariar recursos para que a obra pudesse ser realizada. Então, até julho de 2022 foi possível manter o auxílio financeiro de participantes dos projetos. A partir de agosto de 2022 a CasaNem finalizou os encaminhamentos de acolhimento e a KuzinhaNem passou a abrir apenas para os dias de realização de eventos, onde as pessoas convidadas a trabalhar recebiam diárias de trabalho. A KuzinhaNem continuou a ser um local de produção de cultura e eventos políticos das causas LGBTQIAPN+ e até hoje (2024) realiza eventos culturais e promove alimentação vegana.

Aquele projeto de empreendimento agora se transforma em cozinha social. A partir de agosto de 2022 já não mais se produz refeições diárias, porém ainda realiza as doações das refeições doadas pela Gastromotiva e ainda realiza doação das cestas

³³ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CdytxZzJUOi/>. Acesso em: 19 jul. 2024.

básicas recebidas pela organização Ação e Cidadania, fardos de alimentos doados pela Fiocruz e também mantém as atividades de distribuição das frutas, legumes e verduras doados pelo hipermercado Assaí Atacadista. A própria Indianarae realiza este trabalho semanal onde as portas do Palco Lapa / KuzinhaNem se abrem para que pessoas possam buscar cestas básicas e sua “feira” semanal. Além de Indianarae, outras pessoas voluntárias também mantiveram esse trabalho de distribuição de alimentos. Eu mesma já estive em algumas segundas feiras ali de forma voluntária para que a distribuição pudesse ser efetivada.

A experiência da KuzinhaNem, aqui apresentada como um projeto de empreendimento popular que, além de empreendimento que também possuía como propósito a autonomia econômica, sempre teve como ação uma cozinha social. Entendemos a cozinha social como uma proposta de distribuição de alimentos e refeições para grupos marginalizados que vivem em condição de vulnerabilidade. Sendo assim, o que a experiência nos contou foi que, muito embora a KuzinhaNem não tenha atingido a sua sustentabilidade econômica, o projeto foi exitoso enquanto cozinha social. Não chegou a ter receita para sua manutenção sem o apoio externo - seja de fundos seja da doação de alimentos - mas foi capaz de alimentar muitas pessoas, principalmente travestis e transexuais em vulnerabilidade econômica e social.

5 CONCLUSÕES

O objetivo inicial desta pesquisa foi compreender se a KuzinhaNem seria capaz de atingir uma sustentabilidade econômica visto que, para além das atividades de produção do projeto, a reprodução da vida de travestis e transexuais acolhidas na CasaNem seriam essenciais para o funcionamento do empreendimento. A resposta a essa pergunta foi: não, a KuzinhaNem não atingiu sustentabilidade econômica no período em que esta pesquisa foi realizada. Para atingir a sustentabilidade econômica o projeto de empreendimento enfrentou alguns desafios específicos: i) pagar as contas de consumo do Palco Lapa e da CasaNem, ii) dividir o lucro entre as sócias; iii) o lucro que cabia para a sócia Indianarae (49%) seria dividido entre as pessoas que ali trabalhavam e este teria que, ao mínimo ser o valor de um salário mínimo. Essas condições dificultaram o alcance da sustentabilidade econômica, mas não somente por essa condição específica da KuzinhaNem funcionar em apenas 49% do Palco Lapa. Coraggio aponta que para superação dos efeitos econômicos da exclusão, é necessários combinar:

(a) o desenvolvimento de atividades coletivas de reprodução que possuem um alto componente de vontade de convencer as pessoas que trabalhem juntas, que preparem cooperativas, que trabalhem coletivamente (em algumas culturas isso pode ser mais espontâneo do que em outras, mas de uma maneira geral, os ativistas, os promotores encontram algumas dificuldades de fazer com que as pessoas passem a um nível coletivo de realização); (b) uma interdependência mercantil coordenada mediante um certo grau de automatismo (quer dizer, intercâmbios mediados por mercados quando podem ser regulados de outra forma e mais solidários). (Coraggio, 2003, p. 48)

No caso mais específico da pesquisa efetuada, o período da pandemia da COVID-19 também dificultou o alcance da sustentabilidade econômica. Apesar deste empreendimento ter se iniciado neste período, como vimos, a necessidade de manter a sobrevivência das pessoas acolhidas no abrigo da CasaNem foi o que impulsionou o início do empreendimento. Foram estruturadas pela liderança as condições institucionais que, além da sobrevivência daquele grupo social, também proporcionaram a possibilidade da criação de um empreendimento voltado para a gastronomia vegana. Porém, alcançar um público vegano também não foi uma tarefa fácil. Além disso, as pessoas que não possuíam experiências em culinária e estavam ali para produzir um recorte bastante específico que é a produção vegana. Ainda assim, como já refletido no capítulo anterior, o critério de sustentabilidade apenas pensado para autonomia financeira do empreendimento seria ineficiente para ser aplicado nesta pesquisa. É preciso fazer uma reflexão mais ampla sobre a sustentabilidade da KuzinhaNem.

Melhoria estrutural é um processo contínuo de elevar as condições de vida e a desconstrução permanente dos parâmetros de bem-estar. Essa melhoria estrutural é o que Coraggio conceitua como reprodução ampliada da vida. E para que isso aconteça, é preciso que se construam processos autogestionários, de criação de empreendimentos populares, é preciso que se criem redes de solidariedade, coalizões estruturadas nas bases da sociedade e que satisfaçam necessidades coletivas. Coraggio aborda a questão da economia neoliberal, e suas políticas neoconservadoras como produtoras de exclusão de milhares de pessoas. E ele pontua que como resposta a essa exclusão massiva, surgiram milhares de iniciativas como estratégias de sobrevivência diante desta exclusão. E que depois de algumas décadas configurou-se um setor chamado de economia popular e solidária. (Coraggio, 2003) Aqui apresentei e reconheço a CozinhaNem como um exemplo de empreendimento popular. Porém, é também preciso uma reflexão acerca do contexto desta pesquisa para pensarmos em melhoria estrutural e reprodução ampliada da vida neste caso apresentado.

Aqui preciso falar da especificidade do contexto de travestis e transexuais no Brasil. As estratégias de sobrevivência criadas vão para além dos modos econômicos de produção. Como foi abordado no breve histórico dos movimentos sociais trans ativistas do Brasil, a migração forçada é uma condição comum desta comunidade que se tornam refugiadas internas. As estratégias de sobrevivência vem sendo criadas e hoje, a exemplo, o conceito de transcestralidade, que nada mais é do que uma forma unificada da condição existencial de travestis e transexuais no país onde a ancestralidade é vivida a partir da luta de suas ancestrais. As estratégias de sobrevivência independem do mercado formal de trabalho ou mesmo de uma economia capitalista produtora de exclusões. Organizações e ativistas trans vêm lutando para transformar suas vidas. A reprodução ampliada da vida dessa população que hoje se encontra conectada, a exemplo em casas de acolhimento, criam redes de solidariedade, de ajuda mútua. A CasaNem, por exemplo, que em 2021, além do abrigo, do serviço de assistência social, assessoria jurídica, também promove atividades de saúde e bem estar: aulas de capoeira, de muay thai são oportunidades vividas que superam por exemplo ao fato da sustentabilidade econômica não ter sido alcançada no que chamamos de projeto de empreendimento CozinhaNem. Que, mesmo não tendo alcançado a sustentabilidade econômica, a reprodução da vida das pessoas acolhidas na CasaNem se manteve. E a CozinhaNem deixou de ser um projeto de empreendimento no momento em que a CasaNem encerrou suas atividades em julho de 2022. Isso é mais um indício de que o projeto de empreendimento CozinhaNem estava primeiramente preocupado na

reprodução da vida daquela unidade doméstica. Sem a CasaNem, não faz mais sentido a “tentativa” de formulação deste empreendimento. De certo que a economia popular é heterogênea, está enraizada em práticas locais onde estão enraizados muitos valores do mercado capitalista, porém também os valores de solidariedade.

Um dado interessante é que o modelo do empreendimento proposto se encerra no momento em que a CasaNem encerra suas atividades de acolhimento devido a necessidades de efetivação de obras estruturais na habitação. O Grupo TransRevolução encaminha as pessoas do acolhimento para outras casas da REBRACA LGBTIA+ e também para outras ocupações parceiras da organização, como por exemplo a ocupação Rosa Maria, situada na rua Morais e Vale, localizada na rua de trás da KuzinhaNem e também a Ocupação Menino Benjamin - uma ocupação formada por mulheres e crianças localizada no centro da cidade, próxima a praça Tiradentes e próxima a KuzinhaNem.

Travestis e transexuais no Brasil possuem estratégias de sobrevivência que não acontecem somente devido a exclusão causada pelas políticas neoconservadoras. A exclusão de travestis e transexuais no país ultrapassam os modos econômicos de produção capitalista. Como foi abordado no breve histórico dos movimentos sociais trans ativistas, as estratégias de sobrevivência também são criadas para estarem vivas diante de um quadro catastrófico de violências sistêmicas. Hoje, por exemplo, a ideia da transcestralidade, conceituada pelo próprio movimento social onde a ancestralidade é construída através da luta das mais velhas onde são formuladas estratégias de sobrevivência que subvertem por exemplo a ideia da família.

Isso é o que o movimento trans ativista fomenta no campo da agenda nacional, como por exemplo a formação da REBRACA LGBTIA+, rede criada pelo Grupo TransRevolução. Podemos concluir que a REBRACA é uma rede que busca promover a melhoria estrutural da vida de travestis e transexuais e que também se enquadra na noção da família ampliada. Uma vez que estas casas de acolhimento se conectam em rede e promovem diálogo e ajuda mútua no que diz respeito à manutenção das pessoas acolhidas que são em todos os casos, pessoas LGBTQIAPN+ refugiadas internas do Brasil. A busca pela melhoria estrutural está dada a partir dessa família ampliada que se constrói na ideia da transcestralidade. Nesta pesquisa concordamos com Coraggio que os mercados são construções sociais e que é possível serem construídos de outras formas.

E a nível local, a KuzinhaNem pode promover a melhoria de condições da vida que vão além de manter as pessoas acolhidas na CasaNem, mas acredito também que elas passam por um processo de formação onde os valores, as pautas referentes às batalhas por direitos da população LGBTQIAPN+ em geral, o letramento trans e racial,

constantemente levantados durante as atividades do projeto são valiosos no campo da educação e das experiências individuais. Organizações trans ativistas vêm promovendo educação diante da expulsão escolar vivida por crianças e adolescentes transexuais. A nível local a CasaNem e KuzinhaNem proporcionou a vontade de pessoas que ali trabalharam, a finalizarem seus estudos. Tive acesso a dados da organização e a oportunidade de conhecer pessoas que foram acolhidas na CasaNem, usufruíram das redes da organização para impulsionar mudanças efetivas, por exemplo, a finalizarem os estudos no EJA para depois se prepararem para o ENEM no curso Preparanem com a intenção de ingressarem em universidades. Pessoas trans negras que passaram pela CasaNem e pelos projetos do Grupo TransRevolução e que hoje, por exemplo, coordenam atividades do FONATRANS RJ, por exemplo, que criaram e gerenciam até hoje o Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro, que hoje são atendidas pelos programas federais de assistência social, que retificaram suas identidades civis. Podemos dizer que as organizações trans ativistas no Brasil buscam a melhoria estrutural de suas comunidades e que subvertem valores estéticos, morais e econômicos promovendo assim, solidariedade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cecília; VASCONCELOS, Victor. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 302-333, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/HpFvXPZ8WRd63Gbz4CfSRQC/?lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2024.
- AMARAL, Marília; *et al.* Do travestismo às travestilidades”: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. **Psicologia & Sociedade**, Brasil, v. 26, n. 2, p. 301-311, ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dMZrH9BgyrHNGg8HFbrrdvp/?lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2024.
- ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 256-270, ja./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/FqFGGyngpCS9xJp4zrZYBcL/?lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2024.
- ANTRA. História: E assim nasceu o movimento nacional de travestis e transexuais. Disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- BARBOSA, Luiza Borges Ferraz. **As meninas entraram na Casa pra ficar: corpos, marcas e narrativas: História(s) e disputas da Casa Nem**. Orientadora: Soraya Silveira Simões. 2018. 152. Dissertação (Mestrado) - Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000890167&local_base=UFR01. Acesso em 19 jun. 2023.
- BENEVIDES, Bruna G (org.). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. – Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em 19 jun. 2023.
- BORBA, Rodrigo. A linguagem Importa?: sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 441 - 473, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/T86yvM4tkCzZts3kVwqKPQG/?lang=pt>. Acesso em 21 jun. 2023.
- BRAGA, Charlotte Wescla Vasconcelos. **A Luta Político-Cultural de Artistas Travestis e Transexuais no Cenário do Rio de Janeiro**. Orientadora: Adriana Facina e Jaqueline Gomes de Jesus. 2021. 120. Dissertação (Mestrado) - Cultura e Territorialidades, Universidade Federal Fluminense, Niterói 2021. Disponível em: https://www.ppcultuff.com/_files/ugd/bba3f8_9fac8c9243da4280a07c43cc16249585.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.
- BRASIL. Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Altera a lei do Crime Racial
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. PL nº 420/2021. Altera a Lei nº 8.184, de 10 de maio de 1991, para dispor sobre a inclusão de perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero nos questionários aplicados à população por ocasião do censo demográfico. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=146491>. Acesso em: 21 jun. 2023

CARRIERI, Alexandre; SOUZA, Eloisio; AGUIAR, Ana. Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 78-95, jan./fev. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/bZyZTtpBCrwwtTyvNftgTG/?lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2024.

CARRIJO, Gilson, *et al.* Movimentos emaranhados: travestis, movimentos sociais e práticas acadêmicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1-14, set./nov. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/ntRmycqprgwWvYRxgyw8bqq/?lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2024.

CARVALHO, Mario Felipe de. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans”, e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. *Cadernos Pagu*, Rio de Janeiro, v. 52, e185211, p. 1-35, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MyFKg4jJ4dBr6Zzfpb7vL9Q/?lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2024.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud, y Sociedad**, Rio de Janeiro, v. 2, n 14, p. 319-351, ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/bwWdcsDTNwS9mxzBkX6MSmx/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2023.

CARVALHO, Mario Felipe de. Muito prazer eu existo!: Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil. Orientador: Sérgio Carrara. 2015. 263. Tese (Doutorado) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/322861401/Muito-Prazer-Eu-Existo-Visibilidade-travesti#>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CARVALHO, Mario Felipe de. Notas Etnográficas sobre duas manifestações de rua do ativismo Trans no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 96, p. 2 - 19, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/6hs6ndGRv5zkX8ghw8xqgxL/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Regulamento a comissão interamericana de direitos humanos. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/u.Regulamento.CIDH.htm>. Acesso em 21 jun. 2023

CORAGGIO, J. L. . Es posible pensar alternativas a la política social neoliberal. *Revista Nueva Sociedad*, Caracas, 1999.

CORAGGIO, J. L. . Una alternativa socioeconómica necesaria: la economía social. Políticas Sociales y Economía Social. Buenos Aires: UNGS, Altamira, OSDE, 2004

CORAGGIO, J. L. . Economía do Trabalho. Economía Solidária - Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães. Salvador: FLEM, 2003,

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Identidade de gênero, igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo, Opinião Consultiva nº 24/17 (OC-24/17), 24 nov. 2017. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_por.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

CNN BRASIL. 10 anos da política nacional de saúde LGBT: colocá-la em prática ainda é um desafio. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/10-anos-da-politica-nacional-de-saude-lgbt-coloca-la-em-pratica-ainda-e-um-desafio/>. Acesso em 21 jun. 2023

DOURADO, Inês; *et al.* Construindo pontes: a prática da interdisciplinaridade. Estudo PopTrans: um estudo com travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 9, p. 1-11, set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/GhYH9dYqbWpjWV3hyHJSZxh/?lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2024.

DOWBOR, Monika; MAUDONNETE, Janaina; SILVA, José. A presença do Estado nas organizações de movimentos sociais: notas sobre a porosidade bilateral. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 121-141, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/q3f3ZLDvSS8jXm8BSS59fJc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 mai. 2024.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Raísa Fernandes. **Transexualidade, rede de apoio e suas multiplicidades: do acolhimento ao protagonismo**. Orientador: Ronald Clay dos Santos Ericeira. 2016. 91. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/1567>. Acesso em: 21 jun. 2023

FERREIRA, Breno; BONAN, Claudia. Vários tons de “não”: relatos profissionais da Atenção Básica na assistência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTB). **Interface, Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 25, p. 1-16, nov. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/7fm8KVRLY58qTsZgsHxLBrL/?lang=pt>. Acesso em: 29 mai. 2024.

FRANCELINO, Pâmela. **(Des)Marginalização e Novos Movimentos Sociais: Um estudo sobre a CasaNem/RJ**. Orientadora: Vera Sirlei Martins. 2021. 82. TCC (Graduação) - Curso de Relações Públicas, Universidade Federal de Santa Maria, Frederico Westphalen, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22321>. Acesso em: 19 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FILHO, Genauto Carvalho de França; RIGO, Ariádine Scalfoni, SOUZA, Washington José de. A reconciliação entre o econômico e o social na noção de empresa social: limites e possibilidades (no contexto brasileiro). *Revista Organizações e Sociedade*. 2019

GAIGER, Luiz. A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 563-580, set. a dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/6BmTfHkG5tRLH9DSM7hhB9L/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

GAIGER, Luiz; KUYVEN, Patrícia. Economia solidária e trajetórias de trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 35, n. 103, p. 2-18, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcso/a/3TQfLKKqF6NhrBhvrmJzw3y/>. Acesso em: 29 mai. 2024.

GAIGER, Luiz. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 16, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642>. Acesso em: 15 mai. 2024.

GARCIA, Carla; SILVA, Fabio; SANCHEZ, Marcelo. Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 138, p. 321-341, mai./ago. 2020

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 23, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/18497/13692>. Acesso em: 21 jun. 2023.

hooks, bell. **O Feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOLLIDAY, Oscar Jara. *Para Sistematizar Experiências*. [S.I.] Ministério do meio ambiente, 2006. Disponível em: <http://www.edpopsus.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/oscar-jara-para-sistematizar-experic3aancias1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023

ILGA WORLD. Maps - Sexual Orientation Laws in the World. Disponível em: <https://ilga.org/maps-sexual-orientation-laws>. Acesso em 21 jun. 2023.

JAYANETTI, Mari Scarambone; FILHO, Aldo Victorio; ALMEIDA, Edvan Carneiro de. Considerações sobre Transcartografia Nem. **Título da Revista**, Rio de Janeiro, volume do exemplar, número do exemplar, p. 1-18, mês, ano de publicação. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/778/o/75.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.**
<transfeminismo-jaqueline-de-jesus.pdf>

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero : conceitos e termos**. [S.I]: Brasília, 2012. Disponível em: https://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta__es_popula__o_trans. Acesso em 20 jun. 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Uma Puta Educadora: entrevista com Indianara Alves Siqueira. **Revista Gênero**, Niterói, v 14, n 1, p. 57 - 67, jan, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31065>. Acesso em: 20 jun. 2023.

JORNAL DO BRASIL. Travestis e Transexuais comemoram Dia do orgulho trans no Rio . Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/noticias/2018/05/15/travestis-e-transexuais-comemoram-dia-do-orgulho-trans-no-rio.html>. Acesso 21 jun. 2023.

JORNAL DO COMÉRCIO. **O Brasil é um dos países mais perigosos para ativistas, diz Anistia Internacional**. Disponível em: [Brasil é um dos países mais perigosos para ativistas, diz Anistia Internacional](#). Acesso em 21 jun. 2023

JÚNIOR, Jorge. Transitar para onde?: monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n.2, p. 559-568. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GZ4KZpZGPTjvPkMyKq4bffv/?lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2024.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: Bauru, 2012.

LAGO, Luciana Corrêa. Economia Popular e Solidária no Brasil urbano: as políticas e suas pesquisas. **E-metropolis**, online, n. 38, p. 8-19, set. 2019. Disponível em: http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/294/original/emetropolis38_capa.pdf?1573345508. Acesso em: 21 jun. 2023.

LANZARA, Arnaldo. Trabalho e Proteção Social na era da Economia Digital. **Caderno CRH**, Salvador, v. 36, n. e023001, p.1-15, mai./jun. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/KCXVVQJqgJRLYj8LNZhMRSh/#>. Acesso em: 15 mai. 2024.

LEITE, Marcia. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 69, p. 31-52, fev. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/7HP9bKqJ83YnmhtynNGVj8b/?lang=pt>. Acesso em: 29 mai. 2024.

LIMA, Jacob. Trabalho, Autogestão e Mercado. **Caderno CRH**, Salvador, v. 19, n. 46, p. 97-110, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v19i46.18549>. Acesso em: 15 mai. 2024.

LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 77, p. 70-87, dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/178743>. Acesso em: 29 mai. 2024.

LIMA, Rafael; *et al.* Análise bibliométrica de teses e dissertações brasileiras sobre travestilidade, transexualidade e saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Brasil, v. 18, n. 3, p. 2-16, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/wrr7g3F9HKQNnMN6HzbKb3L/?lang=pt>. Acesso em: 29 mai. 2024.

LOPES, Hebert; PERES, William; SALES, Adriana. Prazeres, práticas sexuais e abjeção: travestis, transexuais e os limites em ser “gente”. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 32, n. 3, p. 306-317, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5991>. Acesso em: 29 mai. 2024.

LONGARAY, Deise; RIBEIRO, Paula. Travestis e transexuais: corpos (trans)formados e produção da feminilidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 761-784, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/KMw7k6XzmPJLLmMjn5zdncc/?lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2024.

MARTIELO, Renata Giovana de Almeida. Capoeira, uma experiência Anarquista. **Estudos Libertários**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 09, p. 93 - 109, fev. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/estudoslibertarios/article/view/47133/27306>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MENDES, Wallace; *et al.* Revisão sistemática das características dos homicídios contra a população LGBT. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 11, p. 5615-5628, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MGMGSTN9W6vjsJQYPxf65HM/?lang=pt>. Acesso em: 29 mai. 2024.

MIRITICA, Welldonna *et al.* PreparaNem, Rio de Janeiro 2015-2016. **Cadernos de Subjetividade**, Online, n. 19, p. 157-168, jul. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernos subjetividade/issue/view/1965>. Acesso em: 19 jun. 2023.

NASCIMENTO, Francisco. Agrupamentos de travestis e transexuais encarceradas no Ceará, Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/kpwDhjd3JLBL7Z57nPQjPbJ/?lang=pt>. Acesso em: 29 mai. 2024.

NÓVOA, Jorge, BALANCO, Paulo. O estágio último do capital: a crise e a dominação do capital financeiro no mundo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 87-104, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/WshQjd6mPYtgvZRwxSxvwGK/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

PANIZA, Maurício. Entre a emergência, a submersão e o silêncio: LGBT como categoria de pesquisa em Administração. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 13-27, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/7dPJZHy9Dmxy5bpb8XHsZDk/?lang=pt>. Acesso em 29 mai. 2024.

PAULINO, Antonio. Entre o Diálogo e a Resistência: o Movimento Social do Bairro no Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, CE. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 87, p. 659-677, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/zVQwwSVg3DJ4nkWyBGwyyvGK/#>. Acesso em: 15 mai. 2024.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. NEVES, Benjamim Almeida de. Memórias Transmasculinas: Das reflexões nacionais ao movimento de homens trans carioca. *In: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO*, n. 5, 2021, Online. **Anais**

eletrônicos [...] Rio de Janeiro: Realize, 2021. Disponível em:
<https://mail.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79228>. Acesso em 21 jun. 2023.

PELA VIDDA. [site institucional]. Disponível em: <http://www.pelavidda.org.br/site/>. Acesso em 21 jun. 2023

PEREIRA, Matheus. Movimentos sociais, partidos políticos e políticas públicas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 41, n.03, p. 467-486, set./dez. 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/nec/a/gjM4nczHx3mMjykdPkncHSm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 mai. 2024.

PINTO, Isabella; *et al.* Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, Brasil 2015 a 2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/YV7VvNY5WYLwx4636Hq9Z5r/?lang=pt>. Acesso em: 29 mai. 2024.

PIRES, Aline; LIMA, Jacob. Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores: os dilemas da gestão coletiva do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 79, p. 69-87, jan./abr. 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/SqNT5SG86HpnBB8PVsDtJtb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2024.

POPADIUK, Gianna; OLIVEIRA, Daniel; SIGNORELLI, Marcos. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no Sistema único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1509-1520, mai. 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/JVTfd3DqVzN3dPMLPJJYLVy/?lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2024.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tradução Jones de Freiras, julho de 2007. Disponível em:
http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em 19 jun. 2023.

RAMALHO, José; SANTOS, Rodrigo; RODRIGUES, Iram. Mudanças na legislação trabalhista, sindicato e empresas multinacionais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n.86, p. 343-359, mai./ago. 2019. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/WshQjd6mPYtgvZRwxSxvwGK/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

ROSENFELD, Cinara; PAULI, Jandir. Para além da dicotomia entre trabalho decente e trabalho digno: reconhecimento e direitos humanos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 319-329, mai./ago. 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/XYTJZrcXrh65bZPTRwN39Kw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2024.

SAPUCAIA, Casa (Casa Sapucaia). **Informações adicionais**. Rio de Janeiro, 11 mar. 2017. Facebook: [casasapucaia](https://www.facebook.com/casasapucaia). Disponível em:
<https://www.facebook.com/casasapucaia.rj/posts/pfbid0qRjGvXpGGshYC38kbjG5NKTcQNvNjnWUWPr1o6LZcSTpYoACqM5HVqSwMgXeWDDAI>. Acesso em jun. 2023.

SANTOS, Ailton. **O gênero encarnado**: modificações corporais e riscos à saúde de mulheres trans. Orientador: Sérgio Carrara. 2014. 218 Dissertação (Mestrado) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/4708/1/Tese-Ailton%20Santos.pdf>. Acesso em 21 jun. 2023

SANTOS, Dayana. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 630-651, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/dTmDL3Cr4VTzGq6vZ58n4Vr/?lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2024.

SANTOS, Karolyn; SILVA, Lígia. Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 62, p. 1-18, jul. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/yxChpWPJynxSSZbZvP47nFH/?lang=pt>. Acesso em: 29 mai. 2024.

SANTOS, Thais; MARTINELLI, Maria. A sociabilidade das pessoas travestis e transexuais na perícia social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 142-160, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/RwnvLrwgXZNqSMYcDnKpBwC/?lang=pt>. Acesso em 29 mai. 2024.

SELLES, Beatriz; *et al.* Redes sociais de apoio a pessoas trans: ampliando a produção de cuidado. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 6, p. 148-161, dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/DW6XdZ75vKb5mX5HzNSHQFn/?lang=pt>. Acesso em: 29 mai. 2024.

SICSÚ, João. A economia da depressão está de volta?. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 435-468, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/SWPGmp7FQnpq5wjZMFJwPmx/?lang=pt>. Acesso em 21 jun. 2023

SILVA, Amanda; *et al.* Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. **Interface, Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 24, e190568, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/FFrYJnPRddNv6s69ZbLJgCt/?lang=pt>. Acesso em 29 mai. 2024.

SILVA, Jovanna Cardoso da. *Bajubá Odara: resumo histórico do nascimento do movimento de travestis do Brasil*. Picos: Fonatrans, 2021.

SILVA, Fabricio. Um “corpo realidade como arma”: Ocupação, resistência e a corpopolítica transvestigênere de Indianarae Siqueira e da Casa Nem. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA DEFENDER DIREITOS E FAZER ANTROPOLOGIA EM TEMPOS EXTREMOS, 33., 2022, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: 33ª RBA GT-45, 2022. p. 1 - 20. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/evento/rba/33RBA/atividade-107323>. Acesso em 20 jun. 2023.

SILVIA, Flavia F. Errância Corporal, Gênero em Trânsito. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [13th. Women's Worlds] Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. p. - 10. Disponível em:
http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497923193_ARQUIVO_TrabalhocompletoFG2017.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

SILVA, Glauber; *et al.* Fatores associados à ideação entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 4955-4966, jan. 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/8xXfNtVtVRbWfhcdH996qLr/?lang=pt>. Acesso em 29 mai. 2024.

Singer, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição *In*: SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs.). *A Economia solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2020.

SIQUEIRA, INDIANARAE. Referência teórica da pesquisa: CONDINI, Beatriz. A experiência da cozinha popular transvestigênera: KuzinhaNem. Orientadora: Luciana Correa do Lago. 2024. 121 Dissertação (Mestrado) - Núcleo Interdisciplinar para o desenvolvimento social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

TOTA, Martinho. A via-crúcis de Jonas no Sertão da Paraíba: interseccionalidade, diferença e Brasil atual. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 62, e216209, p. 2-17, jul. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/WyWsT3nTwDHrLbQ6dTYtJgS/?lang=pt>. Acesso em 29 mai. 2024.

VALLE, Carlos Guilherme do. Memórias, histórias e linguagens da dor e da luta no ativismo brasileiro de HIV/Aids. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 153 - 182, dec. 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sess/a/WtKZQKNbbkd3LwqxybS5W6f/>. Acesso em 21 jun. 2023.

VERONESE, Marília; GAIGER, Luis; FERRARINI, Adriane. Sobre a Diversidade de Formatos e Atores Sociais no Campo da Economia Solidária. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 79, p. 89-104, jan./abr. 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/4VtvHrKp8ggv4jFnVjGrGHL/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 15 mai. 2024.

ANEXOS

ANEXO I

**Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos****SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E
DIREITOS HUMANOS****EXTRATO DE TERMO**

***INSTRUMENTO:** Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel nº 001/2020.

PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SED-SODH) e o Grupo Transrevolução - CASA NEM.

OBJETO: Cessão de uso do imóvel situado na Rua Dois de Dezembro, nº 09, Flamengo/RJ, CEP: 22220-040, no Município do Rio de Janeiro do qual o ESTADO é senhor e possuidor, conforme certidão do Registro Geral de Imóveis integrante do presente Termo.

VIGÊNCIA: A presente cessão de uso vigorará pelo prazo prorrogável por igual período de 05 (cinco) anos, contados a partir de 11 de setembro de 2020, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial, valendo esta última como Termo inicial de vigência, caso seja posterior à data convencionada nesta cláusula.

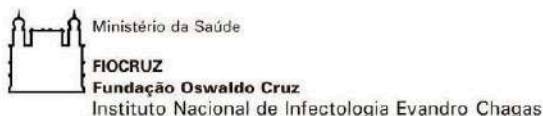
FUNDAMENTO LEGAL A presente cessão de uso se rege pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e pelo disposto na Lei Complementar nº 8, de 25 de outubro de 1977, com as suas alterações, bem como pelas demais normas legais em vigor ou que venham a ser posteriormente editadas sobre a utilização de móveis e imóveis do patrimônio estadual.

DATA DE ASSINATURA: 11/09/2020.

PROCESSO Nº SEI-310003/002811/2020

Id: 2271274

ANEXO II



Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2022

Sra.

Mafoane Odara

Presidente do Conselho de Administração
 Fundo Brasil de Direitos Humanos
 Rua Santa Isabel - 137 - conj. 42, República
 CEP. 1221010 - São Paulo – SP, Brasil

Senhora Mafoane Odara:

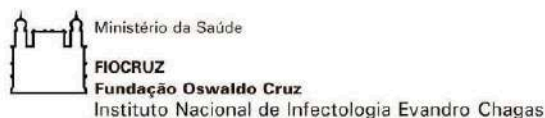
Sinto-me honrada em escrever esta carta, na condição de pesquisadora do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas da Fundação Oswaldo Cruz (INI/Fiocruz), para apoiar a proposta do **Grupo TransRevolução** ao “Edital Geral 2022: Fundo Brasil 15 anos – Resistindo com quem Resiste”.

A iniciativa do Fundo Brasil de Direitos Humanos, que há 15 anos apoia grupos da sociedade civil a avançarem na luta por seus direitos, vem em um contexto marcado por muitos retrocessos. Apesar de a transfobia ser crime desde 2019, há 13 anos consecutivos o Brasil tem sido o país que mais mata pessoas trans e travestis em todo o mundo. A escalada da violência contra as pessoas transgênero se confunde com o ambiente político e é agravada pela falta de dados sobre a violência contra essa população.

Diante de uma realidade caracterizada pela violência e pela ausência de políticas públicas, o trabalho desenvolvido pelo **Grupo TransRevolução** faz a diferença. Enquanto pesquisadora da FIOCRUZ, conheço o belíssimo trabalho realizado pela organização. A seguir, apresentarei brevemente algumas iniciativas que considero emblemáticas, que produzem impactos positivos para a população LGBTIAP+ em diferentes áreas de políticas públicas.

Em relação à parceria com a FIOCRUZ, o **Grupo TransRevolução** esteve conosco para apoiar a construção do atendimento médico especializado na solução de questões pertinentes à população travesti e transexual. Esse processo surgiu de uma reivindicação pública realizada pela comunidade LGBTIAP+ e que foi encampada pelo grupo, cuja atuação não se restringiu à reivindicação da política pública. Desde o início, quando a FIOCRUZ propôs a parceria, o **TransRevolução** se engajou na construção da solução.

Além da saúde pública, o **Grupo TransRevolução** tem projetos em outras áreas sociais que devem ser apresentados. O primeiro deles é a CasaNem: uma casa de acolhimento para pessoas LGBTIAP+ em vulnerabilidade social. Mesmo que as políticas públicas não atendam essas pessoas, a organização as acolhe para o fornecimento de um mínimo de dignidade para viver. O segundo

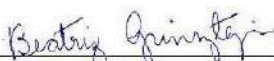


projeto é o **PreparaNem**: um conjunto de cursos para formação. A dificuldade de acesso à educação atinge fortemente a comunidade LGBTIAP+, pois muitas dessas pessoas são expulsas de suas casas e têm sua formação comprometida. Com o **PreparaNem**, o **Grupo TransRevolução** oferece acesso direto à educação, contribuindo para o resgate da cidadania e da dignidade da população LGBTIAP+.

As iniciativas apresentadas mostram muito da postura da organização de reivindicar direitos e soluções para a população LGBTIAP+, comprometendo-se, de maneira criativa e participativa, com o processo de construção de projetos que contribuem para a concretização desses direitos. Nesse sentido, o **Grupo TransRevolução** tem uma visão de que o trabalho político não se restringe à vocalização, mas também envolve a formação de parcerias e a implementação de projetos que transformam o que é vocalizado em uma nova realidade a ser desfrutada pela comunidade LGBTIAP+.

As iniciativas do **Grupo TransRevolução** mostram seu compromisso com as demandas, os direitos e as lutas da comunidade LGBTIAP+ no Brasil. A atuação do grupo demonstra uma compreensão das intersecções e interconexões entre classe, gênero e raça, que são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos. As atividades desenvolvidas pelo grupo apontam para uma sociedade mais solidária, livre da misoginia, do racismo, da xenofobia, da transfobia e de todas as formas de preconceito. Apesar de alguns avanços, ainda há muito a ser conquistado e realizado.

Os projetos desenvolvidos pelo **Grupo TransRevolução** vêm contribuindo para o avanço dos direitos da comunidade LGBTIAP+ no Brasil. Diante do seu compromisso histórico com as populações LGBTIAP+, reafirmo o meu apoio ao grupo, cujo trabalho precisa ter continuidade.



Beatriz Grinsztejn

Chefe do Laboratório de Pesquisa Clínica em DST e AIDS
Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI)
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

ANEXO III



Rio de Janeiro 23, de fevereiro de 2023.

Prezada Equipe do Fundo Brasil de Direitos Humanos,

Escrevo essa carta para recomendar o Grupo TransRevolução para recepção de recursos do Edital **Resistindo com Quem Resiste** do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Enquanto entidade que trabalha há 33 anos com HIV e Aids e Direitos Humanos, tive contato com o belíssimo trabalho realizado pela organização e passo a apresentar brevemente o que considero ser o que há de mais relevante e elogioso nesse trabalho.

Em relação à parceria com o Grupo Pela VidDA, o Grupo TransRevolução esteve conosco desde sua fundação em 2009 e desde então já são várias ações em conjunto pela saúde e cidadania das pessoas LGBTIAP+.

Isso mostra muito da postura da organização de reivindicar soluções e direitos da população LGBTIAP+ e se comprometer em participação na concretização dessas soluções e direitos. Há uma visão de que o trabalho político não está apenas na vocalização, pois ele está também na edificação de projetos e parcerias que transformam o que é vocalizado em realidade a ser desfrutada pela comunidade LGBTIAP+.

Os avanços dos direitos da comunidade LGBTIAP+ só aconteceram em razão do trabalho realizado por organizações como o TransRevolução. Ainda há muito a ser conquistado e realizado. Por isso, o grupo merece receber os recursos do fundo para continuar e ampliar seu trabalho.

Marcio José Villard Aguiar

Coordenador geral - 2518-3993 / 99899-9868

marcio@pelavidda.org.br

Utilidade Pública Estadual Lei nº 2038-26/11/92
 Av. Rio Branco, 135 sl. 709 • Centro • Rio de Janeiro - RJ • CEP: 20040-006
 Tel: (55 21) 2518 3993 • Fax: (55 21) 2518 1997 • gpxvj@pelavidda.org.br
www.pelavidda.org.br
 CNPJ: 35.798.651 / 0001-53

ANEXO IV

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2022

Prezada equipe do Fundo Brasil de Direitos Humanos,

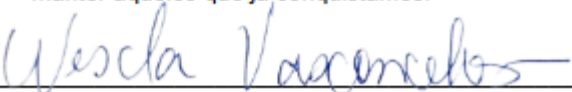
Venho recomendar o Grupo TransRevolução para receber o aporte financeiro do Fundo Brasil de Direitos Humanos com o objetivo de construir a TransAgenda 2022, o que faço não apenas por conhecer o trabalho realizado pelo grupo e por ainda trabalhar na sua rede colaborativa, mas por ter sido uma das milhares de pessoas contempladas pelos projetos desenvolvidos pela organização. Se hoje sou Mestra em Cultura pela UFF e Coordenadora do Fórum Estadual de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro, isso só aconteceu porque um dia estive em contato com o Grupo TransRevolução.

Minha história é apenas uma no meio de milhares de beneficiadas pelo grupo. Esses benefícios podem ser tanto diretos - no caso de pessoas que puderam desfrutar dos projetos lá desenvolvidos - quanto indiretos - pois as ações do grupo beneficiam a comunidade LGBTIAP+ como um todo em suas ações. Trata-se de uma organização que está empenhada na luta por direitos de nossa comunidade há mais de uma década, o que gerou boas consequências hoje aproveitadas por toda a comunidade.

Os exemplos são muitos. Um deles foi a facilitação para que travestis e transexuais retifiquem seus registros civis é um dos mais importantes. Antes o procedimento para mudança dos documentos de travestis e transexuais era marcado por uma grande burocracia que tratava os corpos que não vivem na cisgenderidade como corpos que sofrem de alguma patologia. Hoje, os corpos não-cis podem utilizar de procedimentos mais humanizados para fazer suas retificações, o que foi fruto de reivindicações do Grupo TransRevolução que culminaram na parceria estabelecida com o poder público.

Esse é um exemplo de consequência concreta do grupo, mas a mobilização cívica praticada por ele se expande para muitas ações de cobrança de direitos da comunidade LGBTIAP+. Deve-se destacar os debates ocorridos nas dependências do KuzinhaNem como momentos de encontros da comunidade para construção de agendas comuns. Tive a honra de estar presente em muitos desses momentos e de me considerar uma aliada na construção dessas pautas coletivas.

A construção do TransAgenda 2022, portanto, só poderia ser realizada por uma organização com o alcance e a experiência do Grupo TransRevolução. Será muito importante chegar à campanha eleitoral de 2022 com uma pauta comum da comunidade LGBTIAP+ para que possamos, juntas, lutar por direitos e resistir para manter aqueles que já conquistamos.



CHARLOTTE WESCLA VASCONCELOS BRAGA

ANEXO V

Página 1 de 2

Carta de Recomendação

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2022

Prezada equipe do Fundo Brasil de Direitos Humanos,

Venho, por meio desta carta, recomendar o Grupo TransRevolução como um grupo responsável pela gestão de vários projetos de políticas públicas LGBT e portanto merecedor de ser contemplado pelo *Edital Defensoras/es de Direitos Humanos: Fortalecendo Capacidades para Proteção e Segurança Integral*. Faço parte da rede de advogades que apoiam a organização e sou testemunha da importância do trabalho desenvolvido na promoção de direitos e defesa daquelas e daqueles que atuam para essa promoção.

Essa atuação para promover direitos acontece em múltiplas frentes, destacando-se o trabalho de mobilização e luta por direitos e desenvolvimento de projetos sociais que implementam direitos em parceria com instituições estatais ou a despeito da negligência do Estado. Trata-se de uma série de ações para que pessoas LGBTIAP+ - principalmente aquelas que se encontram em vulnerabilidade social - encontrem um lugar de segurança para se desenvolverem. Esse desenvolvimento tem como relevante caráter o oferecimento a essas pessoas acerca desses direitos.

Aliado a isso, a organização possui importante atuação em *advocacy*, uma vez que ocupa espaço em muitas arenas de debates para defender e cobrar por direitos para a população LGBTIAP+. O Grupo TransRevolução organiza e apoia outras organizações aliadas na construção de eventos, protestos e outras iniciativas em prol de direitos.


Contudo essa atuação vem carregada de um ônus consubstanciado no perigo que a militância LGBTIAP+ tem se exposto nos últimos anos. Acompanhei pessoalmente casos de ameaças ou, até mesmo, de agressões físicas sofridas por pessoas da organização em razão de sua atuação. Até mesmo sua líder, Indianarae Siqueira, foi recentemente espancada e, depois, ameaçada. Não são episódios isolados, mas comportamentos que se repetem e criam uma atmosfera de insegurança.

Nesse período, a organização vem implementando ações para melhorar a segurança de seu coletivo militante e ativista: fundou uma rede de casas de

Página 2 de 2

acolhimento em todo o Brasil, realizou obras para melhoria da segurança no KuzinhaNem, organizou estratégias de proteção. Contudo, todas essas iniciativas podem ser desenvolvidas e melhoradas se houver acesso ao aporte financeiro necessário para isso.

Por isso, é tão importante que o Grupo TransRevolução tenha acesso ao financiamento do edital. As pessoas que compõem seus quadros se expõem a perigo para lutar por direitos e merecem ser protegidas.


Nélcio Georgini da Silva
233.301 OAB/RJ

Nélcio Georgini é advogado e membro permanente da Comissão de Direitos Humanos do Instituto dos Advogados do Brasil. Bacharel em Direito (Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, 2020). Representou o Brasil no Fórum Virtual Jovens Líderes Argentina-Brasil (2020). Especialista em Empreendedorismo e Gestão de Novos Negócios (MBA-FGV-Rio, 2013), Mestre em Interdisciplinar de Linguística Aplicada (UFRJ-2007), Especialista em Língua Inglesa (PUC-Rio, 2003), Bacharel em Letras (Português-Literaturas, UFRJ-2002), Licenciado em Letras (Português-Inglês-UVA-2004). Capacitou-se no Programa Internacional de Seminários em Governabilidade, Gerência Política e Gestão Pública (George Washington University - CAF-FGV-RJ) e em Gestão Patentária no USPTO (DC/US) 2016. Atuou como gestor da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual da Prefeitura do Rio (2017-2021) e coordenador da Coordenadoria de Projetos Especiais, da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda (Janeiro de 2021 a junho de 2021). Atualmente exerce a função de assessor especial da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado do Rio. Fundador do 1º Hotel Municipal de acolhimento LGBTIA+ do Rio de Janeiro, inspirado no projeto CasaNem.


**REBRACA**



REDE BRASILEIRA DE CASAS DE ACOLHIMENTO LGBTQIA+

2024 PROJETO DE ACOLHIMENTO

PROPOSTA DE ACOLHIMENTO PARA
PESSOAS LGBTQIA+ EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIAL E VÍTIMAS
DE LGBTFOBIA.



 98 98868-1307
21 99128- 2569

@rebracalgbtia 
rebracalgbtqia@gmail.com 



REBRACA
REDE BRASILEIRA DE CASAS DE ACOLHIMENTO LGBTQIA+

Quem Somos

Somos uma rede de organizações não governamentais de caráter privado e sem fins lucrativos e que atuam em todas as regiões do Brasil implementando a política de acolhimento de pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social.

Somos um grupo de defensores de direitos humanos de pessoas LGBTQIA+, sendo nossa atuação direta o enfrentamento à LGBTFOBIA.



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Estamos organizado por meio de uma Diretoria forma por Presidência, Secretaria de Comunicação e Secretarias Regionais.

Visão & Missão



Missão

Articular, planejar e executar serviços de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade.

Defender e Promover Direitos Humanos de Pessoas LGBTQIA+

Visão

Ser reconhecida a nível nacional na implementação da política de acolhimento LGBTQIA+ em todo território brasileiro.

Ser Referência Nacional para a comunidade LGBTQIA+ no enfrentamento à LGBTFOBIA



Nossa Equipe



INDIANARAE SIQUEIRA

Presidente

Atvista de Direitos Humanos LGBTQIA+ e fundadora da Casa Nem no Rio de Janeiro



SANDRA MUÑOZ

Vice-presidente

Coordenadora da Casa Marielle Franco na Bahia



LOHANNA PAUSINI

Secretaria de Comunicação

Jornalista e Diretora da Casa FloreSer Maranhão

MAPA DE ATUAÇÃO



Secretarias Regionais

INSTITUIÇÃO	REGIÃO	Nº DE FILIADAS POR REGIÃO
Casa Miga	Norte	1
Casa FloreSer Maranhão	Nordeste	4
Casa Rosa	Centro-Oeste	2
Casa Resistências	Sudeste	5
Casa Construindo Igualdade	Sul	1

Serviços Ofertados

- Alojamento
- Refeições diárias
- Assistência psicossocial
- Assistência jurídica
- Assistência Médica
- Qualificação Profissional



PROJETOS DE EMPREENDEDORISMO

Visando para além da qualificação profissional os acolhidos são incentivados por meio de iniciativas empreendedoras a participarem de ações com fomento no empreendedorismo objetivando gerenciarem em um futuro próximo seus pequenos negócios

Estrutura das Casas de Acolhimento

As Casas de Acolhimento são instituições que zelam pela segurança de seus acolhidos e por conta disso necessitam de estrutura onde os alojamentos possam está distribuídos de modo que as áreas de atividades como oficinas, projetos, cozinha e demais serviços possam está subdivididos por meio de cômodos para essas finalidades específicas.

Outro importante determinante é que, embora sejam instituições, as casas precisam apresentar um caráter de residências, justamente porque a ideia do acolhimento é ofertar aos acolhidos um lar, justamente por se tratar de pessoas que perderam seus vínculos familiares .

Estruturadas em prédios residenciais as casas de acolhimento conseguem despertar em seus acolhidos a fraternidade, constituindo-se então novos vínculos familiares



Segurança Alimentar

Uma das grandes responsabilidades das Casas de Acolhimento é assegurar as refeições diárias de seus acolhidos. Embora as Casas de Acolhimento filiadas à REABRACA possuam autonomia para atender suas respectivas demandas de acolhimento, é preciso que a segurança alimentar seja um dos principais eixos a serem trabalhados e que se construa estratégias em busca dessa garantia.



Os impactos em despesas e custos para garantir a segurança alimentar dos acolhidos é sem dúvida um grande desafio para muitas Casas de Acolhimento. Por conta disso à REBRACA sempre está em busca de novas estratégias para convênios, parcerias, doações e patrocínios no auxílio para aquisição de alimentos.

Perfil dos Acolhidos

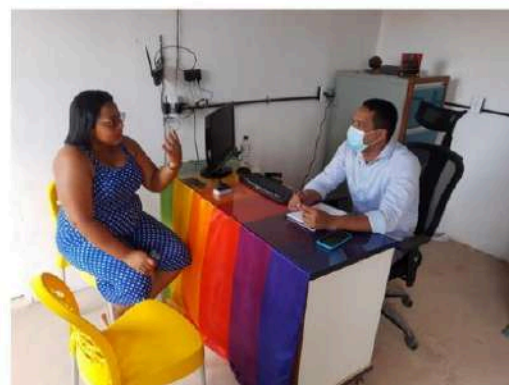
As pessoas acolhidas pelas Casas de Acolhimento da REBRACA, são genuinamente pessoas LGBTQIA+ e que estejam em situação de vulnerabilidade social por conta da LGBTFOBIA. Uma grande parte das demandas de acolhimento são de pessoas trans em uma faixa etária entre 18 à 50 anos.



São pessoas que por conta da intolerância familiar por não aceitarem suas identidades de gênero ou orientações sexuais, e por não terem independência/estabilidade econômica, enfrentam a perda de vínculos familiares, ficando extremamente vulneráveis socialmente.

Resgataando Cidadanias LGBTQIA+

É importante destacar que as pessoas acolhidas, são pessoas feridas por uma rejeição social e familiar, e que por conta disso, muitas poderão ter a tendência à depressão ou até mesmo tenham envolvimento com uso de substâncias psicoativas. E sob essa perspectiva é necessário que se desenvolva atividades de cunho psicopedagógico no ambiente das Casas de Acolhimento, bem como apoio psicológico para tratamento de transtornos psíquicos.



É também dever institucional das Casas de Acolhimento buscar estratégias para resgatar a cidadania de seus acolhidos por meio de acesso a serviços básicos como emissão de documentação, e ações nos eixos da profissionalização e escolarização.

Regimento Interno



Para manter e assegurar a harmonia de convivência entre os acolhidos se faz necessário a institucionalização de regras de convivência previstas em um Regimento Interno, e que obrigatoriamente precisará ser obedecido tanto pelos assistidos como também pelos membros da diretoria das casas de acolhimento.

Viver e conviver sob regras é sem dúvida um grande desafio, mas é uma normativa indispensável para o funcionamento das Casas de Acolhimento, pois embora o público-alvo sejam pessoas LGBTQIA+ vítimas de LGBTFOBIA em situação de vulnerabilidade, é preciso levar-se em conta a singularidade de cada indivíduo a fim de evitar-se os conflitos de convivência, bem como estabelecer o respeito entre os acolhidos e o vínculo institucional com as casas de acolhimento.

Sistematização

Com o objetivo de gerar dados de atendimento ofertado pelas Casas de Acolhimento é importante a Sistematização que vai desde o cadastro no ato da admissão de uma pessoa acolhida até seu desligamento e notificados os casos de evasão e expulsão por infrações graves previstas em regimento interno.



A Sistematização pode contribuir significativamente também para fortalecimento de pesquisas em âmbito nacional sobre LGBTFOBIA e demais contextos sociais envolvendo os direitos humanos de pessoas LGBTQIA+.

Outra vantagem é que o número de vagas ofertadas nas Casas de Acolhimento poderão está sempre alinhadas para pronto atendimento diante às demandas mais urgentes independentes de suas limitações geográficas.

Restauração de Vínculos Familiares



Embora as pessoas acolhidas sejam pessoas sem vínculos familiares é dever institucional das Casas de Acolhimento tentar resgatar esse vínculo com o objetivo de dirimir os impactos negativos de âmbito psicológico de seus acolhidos.

Não existindo uma única diretriz para que se atinja esse objetivo, as casas de acolhimento possuem diversos mecanismos para esse fim tais como Círculos de Práticas Restaurativas; entrevistas, contatos telefônicos, rodas de conversas, visitas institucionais e etc.

A pertinência das Casas de Acolhimento LGBTQIA+

O Brasil continua no ranking de ser o país onde pessoas LGBTQIA+ mais sofrem violência com o triste recorte de ser o lugar no mundo, onde mais pessoas trans são assassinadas. Essa realidade gera impactos sociais na vida de pessoas LGBTQIA+ vivendo no Brasil porque subentende-se que todas estejam a mercê de sofrer violências físicas, verbais, morais e até mesmo letais.

A LGBTFOBIA é sem dúvida o grande embate na vida de todas as pessoas LGBTQIA+ e essa intolerância começa no contexto familiar e sendo alicerçado por discursos religiosos, políticos e morais.



E mesmo após a criminalização da LGBTFOBIA, a violência contra pessoas LGBTQIA+ continua crescendo, porque infelizmente alguns dos atos dessa violência se apresentam máscarados e de forma institucionalizada

A tipificação, portanto, do crime em muitos dos Estados do Brasil torna-se falha no enquadramento na Lei do Racismo. Além disso, a ascensão de pessoas trans em uma sociedade extremamente transfóbica, tem causado verdadeiros conflitos sociais, tornando a sociedade brasileira cada vez mais estratificada.

Nesse contexto a luta do movimento social LGBTQIA+ desde a década de 70 tem avançado em conquistas de significativa importância na garantia de direitos humanos, assegurando mais dignidade para pessoas LGBTQIA+.



Todavia, se por um lado essas conquistas tem sido uma estratégia de enfrentamento à LGBTFOBIA no Brasil, se fazia necessária uma política que acolhesse às vítimas dessa violência e, sobretudo, para as pessoas excluídas das políticas públicas do estado brasileiro democrático de direito e essa lacuna hoje está consolidada por meio da Rede Brasileira de Casas de Acolhimento -REBRACA.



REBRACA


REDE BRASILEIRA DE CASAS DE
ACOLHIMENTO LGBTQIA+

Obrigado!

Faça parte desta rede de solidariedade filiado-se ou firmando
parcerias com uma de nossas Casas de Acolhimento.
Juntos somos mais fortes contra à LGBTFOBIA

 98 98868-1307

 21 99128- 2569

@rebracalgbtia 

rebracalgbtqia@gmail.com 